



**UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA**  
**ANDERSON BARCELOS DOS SANTOS**

**O CHARGISTA COMO PORTA-VOZ:  
PROJETANDO-SE NUMA POSIÇÃO-SUJEITO**

Palhoça  
2015

**ANDERSON BARCELOS DOS SANTOS**

**O CHARGISTA COMO PORTA-VOZ:  
PROJENTANDO-SE NUMA POSIÇÃO-SUJEITO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem.

Orientadora: Profa. Dra. Giovanna Benedetto Flores  
Palhoça

S23 Santos, Anderson Barcelos dos, 1985-  
O chargista como porta-voz : projetando-se numa posição-sujeito /  
Anderson Barcelos dos Santos. – 2015.  
103 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Pós-  
graduação em Ciências da Linguagem.

Orientação: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Giovanna Benedetto Flores

1. Análise do discurso. 2. Sátira - Análise do discurso. 3. Jornalismo -  
Aspectos políticos - Análise do discurso. I. Flores, Giovanna Benedetto. II.  
Universidade do Sul de Santa Catarina. IV. Título.

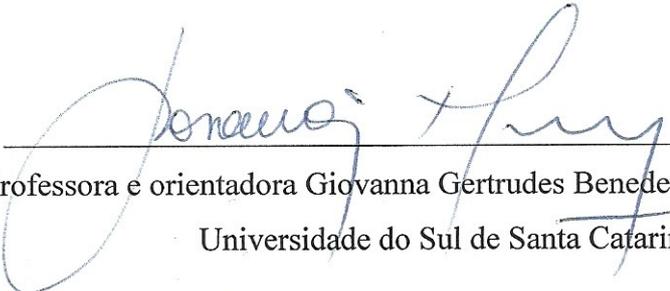
CDD (21. ed.) 401.41

ANDERSON BARCELOS DOS SANTOS

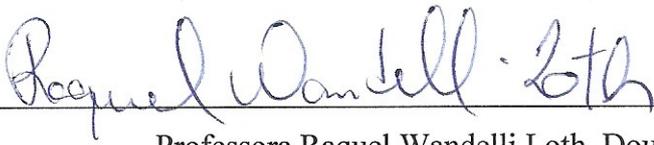
**O CHARGISTA COMO PORTA-VOZ:  
PROJETANDO-SE NUMA POSIÇÃO SUJEITO**

Esta dissertação foi julgada adequada à obtenção do título de Mestre em Ciências da Linguagem e aprovada em sua forma final pelo Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Palhoça, 30 de junho de 2015.

  
\_\_\_\_\_  
Professora e orientadora Giovanna Gertrudes Benedetto Flores, Doutora  
Universidade do Sul de Santa Catarina

  
\_\_\_\_\_  
Professora Débora Raquel Hettwer Massmann, Doutora  
Universidade do Vale do Sapucaí

  
\_\_\_\_\_  
Professora Raquel Wandelli Loth, Doutora  
Universidade do Sul de Santa Catarina

Dedico este trabalho à minha esposa Flávia dos Santos Abalém Antônio e aos demais familiares que sempre me deram forças para prosseguir com os meus objetivos.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço este trabalho a Deus. Ficam também meus eternos agradecimentos ao capitão de Mar e Guerra Luís Filipe Rabello Freire por tornar este sonho possível e, em especial, à Prof.<sup>a</sup> e Dr.<sup>a</sup> Giovanna Benedetto Flores pelas infinitas horas dedicadas à minha orientação.

“É preciso respeitar as pessoas que não são comuns, que não são maioria.” (RUSSO, 2000, p. 170).

## RESUMO

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias foi destaque no cenário nacional no ano de 2013, com a polêmica que girou em torno do pastor/deputado Marco Feliciano ao assumir a CDHM daquele ano. Uma vez que seus dizeres políticos soaram como preconceituosos e homofóbicos, surgiram diversas charges com o tema “*ele me representa*”. Elas circularam em redes sociais e nas mídias de referência. Esta dissertação visa analisar discursivamente, sob a luz da teoria da Análise do Discurso de linha francesa, as charges publicadas na mídia a respeito do pastor/deputado e presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias Marco Feliciano. O objetivo é analisar a possibilidade de o chargista se inscrever na posição-sujeito porta-voz (PÊCHEUX, 1990b), falando em nome de uma instituição, de uma classe ou de um grupo social. Para isso, busca-se a aproximação teórica entre os discursos chárigo (BARONAS, 2009), político (COURTINE, 2009) e jornalístico (FLORES, 2011) com a noção de porta-voz de Pêcheux (1990) reformulada por Zoppi-Fontana (1997). As teorias aqui apresentadas contribuem para fundamentar que os dizeres do chargista, conforme material analisado, não podem ser simplesmente compreendidos como um ato constitutivo de fala, mas como um movimento do discurso causado pela exterioridade da língua cujas consequências acarretam na pluralidade dos efeitos de sentidos, isto é, na possibilidade de os sentidos das charges publicadas serem outros.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Charge. Porta-voz.

## ABSTRACT

The Commission of Human Rights and Minorities was the national focus in 2013 due to the polemic about pastor/deputy Marco Feliciano when he accepted to be the respective president of that year. Due to the fact of his political speech have been looked like prejudiced and homophobic many cartoons had been born related to the theme “He does (not) represent me”. It has circulated on social network as well as on the reference media. The objective of this thesis is to analyze discursively, with basis on the French Discourse Analysis, cartoons about Marco Feliciano published on the media. The purpose is to analyze the possibility of the cartoonist projects himself in a subject position of spokesman (PÊCHEUX, 1990b), able to speak in the name of an institution, class or a respective social group. That’s why it is important to mention Baronas (2009) about Charge Discourse, Courtine (2009) about Politics Discourse, Flores (2011) about Journalism Discourse and Pêcheux (1990) about Spokesman notion rebuilt by Zoppi-Fontana (1997). These presented theories have contributed to justify some speeches don’t belong to a simple speech act, but as a discourse movement caused by extra linguistics aspects which outcomes origin many effects of senses, it means, they product in the charges the possibility of other senses.

Key words: Discourse Analysis. Cartoon. Spokesman.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Representação da Resistência .....	20
Figura 2- Manifestações de ativistas pelo Brasil .....	23
Figura 3- A primeira charge no Brasil.....	41
Figura 4- “Em nome do Pai” .....	66
Figura 5- “Davi & Golias” .....	71
Figura 6- “A Origem das Espécies”.....	75
Figura 7- “Feliciano diz que só deixa a Comissão da Câmara se Morrer”.....	78
Figura 9- “PL 122”.....	80
Figura 10- “Joelma Compara Homossexuais a Drogados”.....	84

## LISTA DE SIGLAS

AD- Análise do Discurso .....	16
AIE- Aparelhos Ideológicos do Estado .....	21
APTR- Associação dos Produtores de Teatro .....	14
ARE- Aparelhos Repressivos do Estado .....	72
CDHM- Comissão de Direitos Humanos e Minorias .....	12
DC- Discurso Chárgico .....	56
DJ- Discurso Jornalístico .....	55
DP- Discurso Político .....	54
FD- Formação Discursiva .....	31
FI- Formações Ideológicas .....	32
GGB- Grupo Gay da Bahia .....	15
IURD- Igreja Universal do Reino de Deus .....	64
LGBT- Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis, Transexuais e Transgêneros .....	13
PLC- Projeto de Lei Complementar .....	12
PS- Posição-Sujeito .....	68
PSC- Partido Socialista Cristão .....	12
SD- Sequência Discursiva .....	70

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1. A CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i> DISCURSIVO .....</b>	<b>17</b>
<b>2. UM CAMPO DE ESTUDOS PARA A PROJEÇÃO DO PORTA-VOZ: A ANÁLISE DO DISCURSO.....</b>	<b>29</b>
<b>3. AS CHARGES E AS FORMAS DE DISCURSO .....</b>	<b>40</b>
3.1 DA ENUNCIÇÃO AO DISCURSO CHÁRGICO .....	41
3.2 O DISCURSO POLÍTICO: O LUGAR DISCURSIVO DO PORTA-VOZ .....	49
3.3 A CONSTRUÇÃO DA CHARGE NO DISCURSO JORNALÍSTICO.....	56
3.4 O DISCURSO DIGITAL: UM NOVO ESPAÇO ENUNCIATIVO DA CHARGE .....	59
<b>4. CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO: UM GESTO POLÍTICO DE ANÁLISE .....</b>	<b>62</b>
4.1 A EXPOSIÇÃO DO GGB .....	64
4.2 A CENTRAL RECORD DE COMUNICAÇÃO .....	64
4.3 O PORTAL FIEL.....	65
4.4 O JORNAL “O POVO” .....	66
4.5 CHARGE “EM NOME DO PAI”.....	67
4.6 CHARGE “DAVI & GOLIAS”.....	71
4.7 CHARGE “A ORIGEM DAS ESPÉCIES” .....	75
4.8 CHARGE “FELICIANO DIZ QUE SÓ DEIXA A COMISSÃO DA CÂMARA SE MORRER” .....	78
4.9 CHARGE “PL 122” .....	80
4.10 CHARGE “JOELMA COMPARA HOMOSSEXUAIS A DROGADOS”.....	84
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>86</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>95</b>
<b>ANEXO: POLÍTICA E CIA.....</b>	<b>100</b>

## INTRODUÇÃO

A temática para essa pesquisa se consolidou pela imagem que um sujeito pode transmitir ao falar de outro lugar discursivo, como exemplo, do jornalístico no político e vice-versa. Imagem que se materializa também nas charges. Nessa troca de posição e atravessamentos discursivos, chama nossa atenção como a imprensa, a mídia e a sociedade podem produzir diversos efeitos de sentidos, a partir da imagem criada do pastor/deputado Marco Feliciano como Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias<sup>1</sup> da Câmara dos Deputados, impressa nas charges.

Mas o mais importante se refere ao questionamento sobre a possibilidade de o chargista se projetar em diferentes posições-sujeito tendo em vista os possíveis atravessamentos discursivos nos quais a charge está sujeita. Diante disso, o questionamento principal desse trabalho pauta-se na possibilidade de o chargista se projetar como porta-voz. (PÊCHEUX, p. 17, 1990b).

Uma vez que o chargista é quem atribui, na charge, posições-sujeito ao personagem Marco Feliciano, torna-se premente analisar o sujeito que está no *background* dela. Por outro lado, não podemos analisar discursivamente as charges sobre Marco Feliciano sem primeiro entender as condições de produção que o levaram a ser retratado pelos chargistas.

Por isso, remontaremos, historicamente, desde a vacância da cadeira do presidente da CDHM no ano de 2013, a assunção do pastor/deputado Marco Feliciano e seus motivos de ser retratado pelos chargistas.

Após deixar a presidência da CDHM em 2013, o PT abriu espaço para que o PSC indicasse para o respectivo cargo o deputado federal Marco Feliciano, cantor gospel, empresário e escritor. Mas, foi na função de pastor evangélico que o fez filiar-se ao Partido Socialista Cristão<sup>2</sup>, sendo eleito ao cargo de deputado federal, devido, principalmente, ao apoio dos evangélicos.

Tal apoio político permitiu que o recém-deputado rapidamente assumisse a liderança do respectivo partido e assim, fosse indicado para o cargo de presidente da CDHM. A justificativa de Marco Feliciano para a assunção ao cargo, segundo ele, está ligada ao fato de que a PLC 122, projeto de lei nacional referente ao combate de crimes resultantes de preconceito ou discriminação por raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, gênero,

---

<sup>1</sup> Doravante CDHM.

<sup>2</sup> Doravante PSC.

sexo, orientação sexual e identidade de gênero “não poderia ser aprovada do modo na qual estava sendo elaborada, em virtude de ela estar ferindo o artigo 5º da constituição, ao confundir homofobia<sup>3</sup> com direito de liberdade de expressão de opinião”. Nos seus incisos IV, VI, VIII e IX, a liberdade de expressão de opinião é abarcada da seguinte forma:

[...] IV- é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; [...] VI- é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias; [...] VIII- ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para exprimir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei; [...] IX- é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença; [...] (BRASIL, 2015, p 5).

A Comissão dos Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, sendo uma das 21 comissões permanentes do Congresso Nacional, atua como órgão técnico constituído por 18 deputados membros e igual número de suplentes. São várias as atribuições da CDHM. Suas atribuições constitucionais e regimentais são principalmente “receber, avaliar e investigar denúncias de violações de direitos humanos; discutir e votar propostas legislativas relativas à sua área temática; etc<sup>4</sup>”.

Independentemente do poder que um partido possui, bem como do acordo partidário estabelecido entre os deputados para que se fosse escolhido Marco Feliciano como presidente da CDHM, cabe ressaltar que isso trouxe muita repercussão na sociedade, na imprensa e na mídia em geral.

A repercussão social tornou-se oriunda de grupos minoritários e apoiadores, principalmente os afrodescendentes e o movimento composto por Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT). Eles ficaram insatisfeitos com a nova nomeação, insurgindo diversos protestos no âmbito nacional. Uma dos protestos mais expressivos ocorreu no dia 7 de março de 2013, em frente à Esplanada dos Ministérios em Brasília, que reuniu cerca de 20 mil pessoas entre grupos sindicais, movimentos estudantis e grupos de homossexuais, em apoio ao movimento LGBT.

---

<sup>3</sup> SETTI, Ricardo. **Veja entrevistou o controvertido deputado/pastor Marco Feliciano**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/veja-entrevistou-o-controvertido-deputado-pastor-marco-feliciano-leia-e-chegue-as-suas-proprias-conclusoes/>> Acesso em: 30 jun. 2014.

<sup>4</sup> BRASIL, República Federativa. **Conheça a Comissão**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/conheca-a-comissao/oquee.html>> Acesso em: 25 set. 2014.

A insatisfação provém da nomeação de um sujeito conservador para lidar com direitos até então jamais reivindicados anteriormente na história, tais como: direito de igualdade entre homossexuais e heterossexuais, questões relacionadas à tolerância homossexual, ao casamento gay, adoção, expressão de afetividade, orientação homossexual nas escolas, etc.

Os protestos nas ruas se agravaram não somente por terem sido apoiados por ativistas, mas também devido às declarações consideradas homofóbicas e preconceituosas por uma parcela significativa da sociedade. Marco Feliciano foi acusado pela mídia e por uma grande parcela da sociedade de ter dado declarações como “o povo africano é amaldiçoado” e “não apoio o ato homossexual”. A justificativa de Marco Feliciano para tais declarações é, segundo ele, com base no fundamento bíblico, bem como no direito da manifestação de expressão de opinião, preconizado no artigo 5º da Constituição Brasileira. Mas, o sentido dessa fala soou para uma parcela da sociedade brasileira como um enunciado preconceituoso e homofóbico.

A repercussão na mídia também se tornou significativa. Atores como Tunico Pereira, Caio Blat, Fernanda Montenegro e Camila Amado protestaram através de um beijo na boca, como resposta às referidas declarações de Marco Feliciano durante um evento promovido no Rio de Janeiro pela Associação dos Produtores de Teatro- APTR<sup>5</sup>.

Aliado a esse acontecimento, reiteramos que em 2012, aproximadamente um ano antes de o pastor/deputado assumir a presidência da CDHM, a Rede Globo de Televisão transmitiu a novela *Insensato Coração*, em que os atores Rodrigo Andrade e Marcos Domingo interpretando “Eduardo” e “Hugo”, dramatizaram um casal homoafetivo que, por diversas vezes ao longo dos capítulos da novela, tornaram-se vítimas de homofobia<sup>6</sup>.

São nessas condições que surgem inúmeras charges a respeito da imagem do pastor/deputado Marco Feliciano enquanto presidente da CDHM. Isso motivou o Grupo Gay da Bahia, registrado como sociedade civil e que tem por objetivo principal “defender os interesses da comunidade homossexual da Bahia e do Brasil<sup>7</sup>”, a organizar uma exposição de charges em comemoração ao dia Mundial de Luta Contra a Homofobia, com o título “Fora

---

<sup>5</sup> RAFAMUSIC. **Fernanda Montenegro beija atriz na boca**. Disponível em: <<http://rafamusictv.blogspot.com.br/2013/03/fernanda-montenegro-beija-atriz-na-boca.html>> Acesso em: 3 nov. 2014.

<sup>6</sup> GSHOW. **Insensato Coração: Eduardo e Hugo oficializam união com presença de Kleber**. Disponível em: <<http://gshow.globo.com/novelas/insensato-coracao/Fique-por-dentro/noticia/2011/08/final-eduardo-e-hugo-oficializam-uniao-com-presenca-de-kleber.html>> Acesso em: 3 nov. 2014.

<sup>7</sup> **Grupo Gay da Bahia**. Disponível em: <http://www.ggb.org.br/ggb.html> Acesso em: 25 set. 2014.

Feliciano: Caricaturas e Charges contra a Homofobia” no qual reuniu 50 charges feitas por 27 artistas brasileiros<sup>8</sup>.

É assim que entra em cena a motivação para pesquisar se o chargista se inscreve na posição-sujeito porta-voz nos diferentes veículos de comunicação através de suas charges. As charges que fazem parte do *corpus* de análise foram publicadas nos sites eletrônicos do jornal “O Povo”, “Humor Político” e “Portal Fiel” como também na exposição do GGB ocorrida numa quinta-feira do dia 1º de maio de 2013.

Padronização: primeira pessoa do plural.

Interessamos em pesquisar o lugar discursivo de onde o chargista fala, para quem o seu discurso se direciona, e, principalmente, se ele pode ser considerado um porta-voz. Tendo por base teórica a Análise do Discurso<sup>9</sup> de linha francesa, é que poderemos analisar a possibilidade de o chargista se inscrever na posição-sujeito porta-voz.

Para isso, o trabalho foi organizado em 4 capítulos além da Introdução e das Considerações Finais. Ele se inicia com a constituição do *corpus* discursivo, perpassando pelos pressupostos da Análise do Discurso, as charges e as formas de discurso, as condições de produção, as análises das charges sobre Marco Feliciano e a produção das charges como um gesto político.

No capítulo 1, em “A Constituição do *Corpus* Discursivo”, fundamentaremos os critérios de escolha da materialidade textual a ser analisada. Já no capítulo 2, em “Um Campo Perfeito para a Projeção do Porta-Voz: a Análise do Discurso”, remontaremos todo o aporte teórico para recortar os dispositivos teórico-analíticos que serão os “bisturis” dessa operação chamada análise discursiva. No capítulo 3, em “As Charges e as Formas de Discurso”, percorreremos todos os caminhos que delineiam a especificidade da charge e seus atravessamentos discursivos.

Sobre o capítulo 4, em “Condições de Produção: Um Gesto Político de Análise”, traçaremos as determinações sócio-histórico-ideológicas nas quais refletem nas condições de produção das charges que serão analisadas e apontaremos os possíveis direcionamentos para emitir “As Considerações Finais”.

---

<sup>8</sup> **Protesto contra Feliciano é tema de exposição do Grupo Gay da Bahia.** Disponível em: <<http://www.doistercos.com.br/protesto-contrafeliciano-e-tema-de-exposicao-do-grupo-gay-da-bahia/>> Acesso em: 25 set. 2014.

<sup>9</sup> Doravante AD.

## 1. A CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* DISCURSIVO

Para analisar as charges sobre Marco Feliciano como possibilidade de o chargista se projetar como porta-voz, buscaremos a filiação teórica da Análise do Discurso (AD) de linha francesa. Fundamentaremos as análises discursivas, principalmente, a partir das contribuições teóricas da obra *Les Vérités de la Palice*, obra de Michel Pêcheux traduzida por Eni Orlandi como “Semântica e Discurso”, que marca a AD como disciplina de entremeio do Materialismo Histórico, da Psicanálise e da Linguística.

Tendo em vista que “o discurso é a figura central do livro” de Pêcheux (MALDIDIER, 2003, p. 45), tentaremos abarcar a charge como discurso com base na publicação do artigo “Do acontecimento histórico ao acontecimento discursivo: o político na charge”, de Baronas (2009).

Pelo fato de a AD tratar do político da/na língua(gem) e de a charge se localizar nesse entremeio, haverá um subcapítulo destinado somente ao discurso político. Nesse espaço discursivo, buscaremos construir a relação da charge com esse discurso, cunhado por Jacques Courtine (2009). Além disso, tentaremos aproximar o discurso chágico e o político por meio da relação entre sujeito chargista e sujeito porta-voz (PÊCHEUX, 1990b). Sobre este, mobilizaremos os estudos teóricos de Zoppi-Fontana (1997), publicados em seu livro “Cidadãos Modernos: discurso e representação política”.

Uma vez que a charge é, historicamente, veiculada nos jornais, abriremos também um subcapítulo para tratar da influência do discurso jornalístico na charge. Para isso, torna-se premente beber da fonte teórica sobre o funcionamento do discurso jornalístico desenvolvido por Flores (2011).

Como a charge também é, comumente, veiculada nos diversos espaços digitais, também destinaremos um subcapítulo para abarcar como a charge pode se relacionar com o discurso digital, noção formulada por Gallo (2009).

Para efeitos de análise das charges, buscaremos integrar esses dispositivos teóricos com as noções de metáfora, memória e efeitos de sentido com base na obra “Análise de Discurso: princípios e procedimentos”, de Eni Orlandi (2001).

Em resumo, a dissertação está fundamentada teoricamente na AD; pelos dispositivos teóricos mobilizados, tais como o discurso chágico (BARONAS, 2009), o discurso político (COURTINE, 2009), o discurso jornalístico (FLORES, 2011) e o discurso

digital (GALLO, 2009), os apontamentos acerca da noção de porta-voz em Michel Pêcheux (1990b) e em Zoppi- Fontana (1997), bem como pelas próprias charges que compõem o *corpus* discursivo de análise e, por fim, pelos dispositivos analíticos acionados, sendo eles a metáfora, a memória e os efeitos de sentido. (ORLANDI, 2001).

As teorias aqui apresentadas permitem olhar para o *corpus* de modo muito mais amplo e contundente, tendo em vista que o *corpus* para a AD transpassa a barreira do empírico e atravessa o discursivo, determinando que o analista olhe para as condições de produção do discurso.

Olhar para as condições de produção do discurso requer que o analista de discurso compreenda “as circunstâncias da enunciação, o aqui e o agora do dizer, o contexto imediato. No sentido lato, a situação compreende o contexto sócio-histórico, ideológico, mais amplo.” (ORLANDI, 2006, p.15).

Isso nos leva a afirmar que o *corpus* discursivo para análise não pode ser dado de forma *a priori*. Não se pode concebê-lo como uma unidade fraseológica ou sintática marcadas pelas hierarquizações gramaticais da linguística tradicional. Na verdade, trataremos o *corpus* discursivo como “um fragmento da situação discursiva”. (PÊCHEUX, 1984, p.14).

O *corpus* de análise como fragmento da situação discursiva está situado num dado recorte social, histórico e ideológico. A organização desses recortes pode ser entendida como o todo do texto que, por sua vez, possui “compromisso com as tais condições de produção, com a situação discursiva”. (Ibid, p. 14). Logo, não se pode tratar das condições de produção do discurso sem abordar a exterioridade da língua.

A exterioridade da língua, fato imprescindível que a linguística tradicional rejeita, considera que os sujeitos do discurso são “afetados pelas suas memórias discursivas”, uma vez que “algo fala antes, em outro lugar e independente”. (Ibid, p. 16-21). Afirmar que os sujeitos do discurso são afetados pela memória discursiva significa corroborar que o sujeito falante não é a origem do dizer, ou seja, seus dizeres já se tornaram enunciados anteriormente em outras situações e em outras posições. Para a AD:

Definiremos *corpus* discursivo como um conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a um certo estado das condições de produção do discurso. A constituição de um *corpus* discursivo, é de fato, uma operação que consiste em realizar, por meio de um dispositivo material de uma certa forma (isto é, estruturado conforme um certo plano), hipóteses emitidas na definição dos objetivos de uma pesquisa. (COURTINE, 2009, p.54).

Portanto, o *corpus* para análise serão as charges publicadas durante o ano de 2013 tomadas como objeto discursivo, cujo pastor/deputado Marco Feliciano aparece como presidente da CDHM. A internet e o jornal são os veículos de comunicação nos quais suportam as charges enquanto materialidades possíveis de sofrerem atravessamentos por diversas formas de discurso, como também lugares onde essas charges circularam no ano de 2013.

Entende-se como dispositivo material “a *materialidade discursiva* enquanto nível de existência sócio-histórica” que “remete às condições verbais de existência dos objetos”. (ORLANDI, 2001, p. 152). Quanto à materialidade discursiva, ela não se apresenta de forma estanque. Ela possui uma existência que está imbricada não apenas no plano da linguagem, mas no social, no histórico e no ideológico.

Sobre esses planos, cabe explicitar que as charges foram publicadas em um período em que ocorreu a insatisfação dos grupos minoritários, tais como ativistas negros e gays, pela assunção de Marco Feliciano ao cargo de presidente da CDHM. As avenidas das principais capitais brasileiras foram o palco de uma das maiores manifestações de grupos minoritários que o Brasil já teve ao longo da sua história, como aquele ocorrido no dia 7 de março, na Esplanada dos Ministérios em Brasília, que reuniu cerca de 20 mil pessoas.

Althusser afirma que “o Estado é o objeto da luta de classes e as instituições são o palco”. (ALTHUSSER, 1985, p. 33). Na sociedade atual, o Estado tem o papel fundamental de principalmente atender as determinações do juridismo. Isso quer dizer que o Estado mantém uma relação com o indivíduo pautada nos direitos e deveres, tratando igual os iguais e desigual os desiguais pelo princípio da igualdade. Sobre essa tutela Estatal que se expressa pela contradição do princípio da igualdade, Rancière destaca o litígio como objeto de existência na relação entre indivíduo e Estado.

Antes de qualquer confronto de interesses e de valores, antes de qualquer submissão de afirmações a pedidos de validade entre parceiros constituídos, há o litígio em torno do objeto do litígio, o litígio em torno da existência do litígio e das partes que nele se enfrentam. Pois a ideia de que os seres falantes são iguais por sua capacidade comum de falar é uma ideia razoável/desarrazoada, desarrazoada em relação à maneira como se estruturam as sociedades, desde as antigas realezas sagradas até as modernas sociedades de peritos. (RANCIÈRE, p. 66, 1996).

Desde os primórdios, o homem viveu e conviveu com os litígios. Ele resolvia seus conflitos pela força, ou seja, pela autodefesa. É desse momento histórico que o ditado “somente os mais fortes sobrevivem” está relacionado. Porém, o Estado avoca para si o poder

de resolver os conflitos. Isso marca a ruptura com o respectivo ditado, porque o Estado, a partir de então, visa garantir “a proteção com que se pode contar sempre que alguém se veja ameaçado ou lesado, em sua esfera jurídica”. (JÚNIOR, 2014, p. 54).

Na sociedade contemporânea, podemos afirmar que a tutela jurisdicional do Estado em resolver os conflitos do indivíduo torna-se uma característica marcante entre o homem da pré-história e o sujeito contemporâneo. Chamamos de sujeito contemporâneo, porque ele se sujeita às determinações desse juridismo, ou seja, ele se submete à tutela jurisdicional do Estado. Da mesma forma que ele possui direitos, em contrapartida, ele deve arcar com os seus deveres. A consequência disso é a fragmentação do sujeito em diversos papéis sociais: sujeito-pai, sujeito-trabalhador, etc.

As instituições do Estado sejam elas repressivas ou ideológicas são as que estreitam a relação jurídica com o indivíduo. Porém, quando o Estado deixa de atender algumas determinações desse juridismo, como, por exemplo, de deixar de garantir o princípio da igualdade, a relação paternal do Estado com o indivíduo contemporâneo sai de cena para dar lugar à luta de classes.

Althusser (1985) afirma que “a luta de classes é essencialmente uma ‘revolução intelectual e moral’ comandada por concepções de mundo” (Ibid, p. 30). É uma luta que ocorre nas camadas verticais da hierarquização administrativa do Estado. Consequentemente, essa luta provoca a tensão na relação entre o Estado e o indivíduo. Essa tensão torna-se ainda mais acentuada em virtude de o advento das novas práticas sociais surgirem e fragmentarem ainda mais o sujeito contemporâneo.

Essa fragmentação do sujeito e dos sentidos é provocada pela multiplicação de seus papéis perante a sociedade, levando o sujeito a se projetar incessantemente cada vez mais em lugares discursivos anteriormente jamais existentes e ocupados. Além do papel de pai e trabalhador, o indivíduo pode assumir o papel de eleitor(a), estudante, etc.

Hall (2006) afirma que essa multiplicação dos papéis sociais é fruto de um fenômeno chamado de crise de identidade “que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social”. (HALL, 2006, p. 1).

Essa clivagem que o Estado realiza sobre o indivíduo que ao mesmo tempo o torna único, mas que, por outro lado, leva-o a se constituir como “mais um” no meio de muitos, determina os diferentes “processos de individualização do Estado”. (ORLANDI,

2012). O indivíduo deixa de se tornar indivíduo e passa a se tornar sujeito<sup>10</sup>, ou seja, há um assujeitamento do indivíduo aos Aparelhos Ideológicos do Estado.

Nesse plano simbólico, cabe ressaltar que o indivíduo ao nascer já se torna interpelado pela ideologia. Essa interpelação ideológica o leva a se projetar em posições-sujeito que funcionam como espelhos da forma-sujeito histórica: a forma-sujeito capitalista. O Estado, por sua vez, individua esse sujeito que se projeta em posições de acordo com os seus papéis atribuídos na sociedade nos quais o torna um agente de práticas sociais.

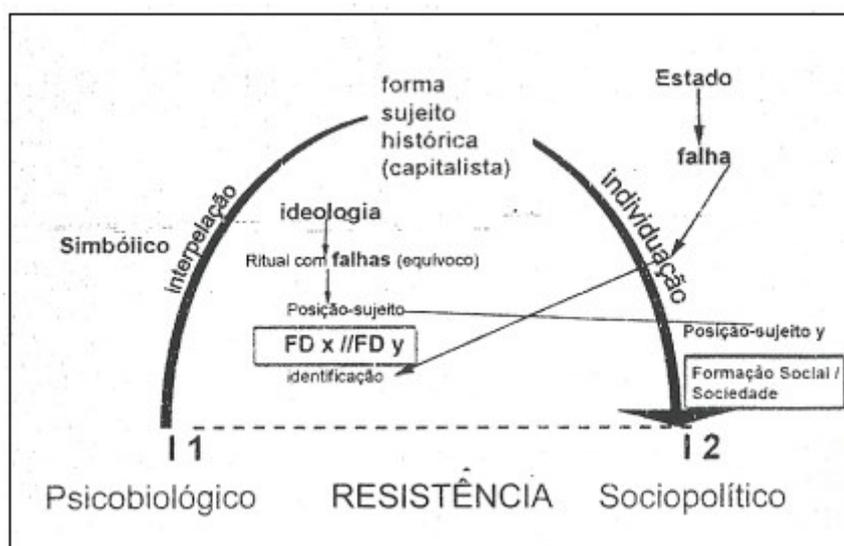


Figura 1: Representação da Resistência

Fonte: ORLANDI, 2012.

Porém, a estruturação vertical da administração hierárquica do Estado passa a se modificar de modo horizontal na busca incessante de controlar a tensão existente entre o estado e o sujeito contemporâneo. O efeito disso é um controle de tensão que ocorrerá sempre no alhures, porque nem mesmo os processos de individua(li)zação do Estado através da sua hierarquia verticalizada que funciona pelos Aparelhos Ideológicos e Repressivos consegue atender as demandas sociais, porque segrega os indivíduos desse novo modelo de sociedade, deixando grandes parcelas de indivíduos às margens.

De acordo com Rancière (1996) “a noção de aparelho de Estado encontra-se, de fato, ligada à pressuposição de que Estado e sociedade se opõem, sendo o primeiro figurado como a máquina, o "monstro frio" que impõe a rigidez de sua ordem à vida da segunda”. (RANCIÈRE, 1996, p. 41). O corolário disso é o discurso da resistência que se institui como

<sup>10</sup> No capítulo 2, veremos a noção de sujeito para a AD.

via única de parlamentar de igual para igual com o Estado. Não apenas porque o Estado possui aparelhos que impõem sua rigidez, mas porque ele “falha, estruturalmente, em sua articulação do simbólico com o político.” (ORLANDI, 2012, p.231).

A instauração de forma horizontal de novas instituições, ou seja, a instalação de novos Aparelhos sem afetar a estrutura hierárquica do Estado, tais como o advento das Comissões Temáticas da Câmara de Deputados, torna-se um possível remendo para fechar as brechas e sanar as falhas do Estado. Porém, elas até evitarão com que os palcos da luta de classes deixem de existir, mas torna-se incontornável o advento de uma nova luta causada por esse novo modelo de organização dos Aparelhos Ideológicos do Estado: a luta de *places*<sup>11</sup>.

Diferentemente da luta de classes, o indivíduo que peleja na luta de *places* está às margens do Estado. Ele ainda não está “catalogado”, ou seja, enquadrado nos moldes da maquinaria vertical do Estado. E isso causa, sem dúvida, um empecilho tão grande para estrutura administrativa vertical do Estado que se torna necessário horizontalizá-la.

Não está mais em jogo apenas os direitos do eleitor, do trabalhador e do aposentado, mas das minorias. Neste cenário, instaura-se um novo litígio baseado na luta pelos direitos do afrodescendente, dos índios, das mulheres, dos LGBT, etc. A escola e a igreja, por exemplo, não conseguem mais abarcar essa respectiva pauta. Elas e outras instituições do Estado cedem seus lugares às Comissões, aos projetos sociais e até às organizações não governamentais. E são nessas instituições horizontalizadas que a Comissão de Direitos Humanos e Minorias tem o seu lugar devidamente marcado no palco da luta de *places*.

Numa sociedade de direitos onde se formam novos laços sociais em que nem mesmo a tendência de horizontalizar os novos Aparelhos Ideológicos do Estado conseguem abarcar todos os direitos, as consequências no cenário da luta de *places* são enormes. Primeiramente porque se torna imprescindível a participação dos Aparelhos Repressivos do Estado<sup>12</sup> como forma de tentar reestabelecer o controle do Estado sob o indivíduo. Conforme Althusser, é “o Aparelho Repressivo que garante as condições políticas da reprodução e serve de ‘escudo’ para a atuação dos AIE”. (ALTHUSSER, 1985, p.31). Em segundo, isso ocorre porque o resultado dessas consequências eclode no choque e na tensão de forças antagônicas, ou seja, na luta ideológica entre a ideologia dominante e dominada.

---

<sup>11</sup> Segundo Schaller (2001), “a relação não é de classes, mas de lugares e se apresenta horizontalmente.” (ORLANDI, 2008, p. 2).

<sup>12</sup> Doravante ARE.

Essa luta de cunho ideológico, principalmente, ocorre na instância do político da linguagem. É importante lembrar que não podemos falar do político da linguagem, sem olhar para a luta de *places*, a reprodução da ideologia dominante e os discursos que a história, ao longo dos séculos, legitimou e silenciou. Sobre isso, podemos comparar ao que Mariani (1998) afirma: “a ‘direita’ sofre um processo de naturalização pelo qual é normal ser-se de direita; a esquerda, ao contrário, é um exercício de alter-ação do normal, sendo posto como aquilo que pode fazer mal”. (MARIANI, 1998, p. 10).

O objetivo não é discutir as ideologias partidárias, mas quanto à questão do “normal ser de direita”, percebemos que, ao longo da história, muitos discursos se legitimaram e foram reproduzidos pelo controle dos AIE.

Nessa perspectiva, o nosso olhar analítico se volta para os grupos minoritários que, assim como a esquerda, estão sendo vistos como uma ameaça à ordem, capaz de causar um motim e que “pode fazer mal” (Ibid, 1998) aos Aparelhos Ideológicos do Estado, mas deve ser um olhar sem perder de vista como o Estado e seus aparelhos se articulam com esse novo modelo de sociedade se instaurando.

Assim como a escola, o advento da Comissão de Direitos Humanos e Minorias torna-se um dos mais novos aparelhos ideológicos do Estado a submeter “os indivíduos a uma ideologia” (Ibid, p. 32), cujas atribuições constitucionais e regimentais são principalmente “receber, avaliar e investigar denúncias de violações de direitos humanos; discutir e votar propostas legislativas relativas à sua área temática, etc.”<sup>13</sup>

No Brasil, já ocorreram diversas manifestações populares que visavam garantir os direitos fundamentais do cidadão, tais como as “Diretas Já” em 1984 e a manifestação de *Impeachment* de Fernando Collor em 1992. As duas estão diretamente relacionadas com a hierarquia verticalizada do estado. Em 2013, o Brasil foi palco de mais uma manifestação de caráter popular que tomou as ruas das capitais brasileiras. A manifestação soava como um gesto político em resposta à assunção de Marco Feliciano como presidente da CDHM.

---

<sup>13</sup> Ver nota 4.



Figura 1: Manifestações de ativistas pelo Brasil<sup>14</sup>  
 Fonte: VEJA, 2013.

Mas dessa vez, o deslocamento dessa manifestação se direciona para onde o Estado se horizontaliza em busca incessante de submeter a ideologia ao sujeito contemporâneo, tendo em vista que, de acordo com Orlandi (2012), “a falha do Estado é estruturante do sistema capitalista.” (ORLANDI, 2012, p. 230). Paralelamente a essa falha, a autora advoga que a ideologia também falha durante o processo simbólico de “identificação do sujeito à formação discursiva”. (Ibid, 230).

Resultante dessas falhas, torna-se premente afirmar que o sujeito pode causar rupturas em discursos legitimados no qual possibilita o eco de novos sentidos a partir de sua matriz. A manifestação contra a assunção do pastor/deputado é a marca de um discurso de resistência, ou seja, é a marca de um eco que produz novos sentidos. Cabe lembrar que são sentidos resultantes daqueles que veem seus direitos sendo consumidos pelos aparelhos ideológicos e repressivos do Estado. Em resumo, a resistência se instala na articulação entre o simbólico e o político.

Não se devem descartar os dois grandes motivos que levaram a eclodir as manifestações: declarações, como já mencionadas anteriormente, consideradas

<sup>14</sup> SEQUEIRA, Cláudio Dantas et al. **Marco Feliciano**: o homem que desafia o país. Disponível em: <[http://www.istoe.com.br/reportagens/286746\\_MARCO+FELICIANO+O+HOMEM+QUE+DESAFIA+O+PAIS](http://www.istoe.com.br/reportagens/286746_MARCO+FELICIANO+O+HOMEM+QUE+DESAFIA+O+PAIS)> Acesso em: 07 jun. 2014.

preconceituosas e homofóbicas por parte da sociedade, da mídia e da imprensa e o fato de Marco Feliciano não atender aos anseios dos gays acerca da aprovação da PLC 122.

Uma das maiores causas que coloca em questão a sua representatividade como presidente da CDHM é sem dúvida, a tramitação da PLC 122. A criação do projeto de Lei número 122 de 2006 pelo senador Paulo Paim visa alterar a lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, e o § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 intitulado como Código Penal. Este define e pune os crimes de ódio e intolerância resultantes de discriminação ou preconceito. A necessidade da alteração decorre de o Estado possuir um grande desafio no futuro: acompanhar as mudanças sociais, garantindo ao indivíduo os seus direitos e deveres.

O artigo 8º da lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 preconiza como crime de preconceito ou discriminação qualquer cidadão que “impedir o acesso ou recusar atendimento em restaurantes, bares, confeitarias, ou locais semelhantes abertos ao público.”<sup>15</sup> No projeto de lei do senador Paulo Paim, além da alteração do texto original, há também a criação do parágrafo único a respeito do respectivo artigo.

O respectivo senador sugeriu a seguinte alteração do texto do artigo 8º da lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989: “impedir o acesso ou recusar atendimento em estabelecimentos comerciais ou locais abertos ao público”<sup>16</sup>. A consequência dessa alteração é a amplitude dos direitos que a lei visa abarcar. A tipificação do crime de preconceito e discriminação não ocorrerá somente nos restaurantes, bares e confeitarias, mas em todos os estabelecimentos comerciais, como também não ocorrerá apenas nos locais semelhantes abertos ao público, mas em todos aqueles locais realmente abertos ao público.

Isso, sem dúvida, ganha contornos expressivos que, de acordo com os parlamentares religiosos e mais conservadores, repercute negativamente nos cultos evangélicos e nas missas, lugares onde a ideologia religiosa é disseminada. Consequentemente, essa proposta de alteração de lei do Senador Paulo Paim levou a bancada evangélica eleger como líder da oposição para intervir na aprovação da PLC 122 o pastor/deputado Marco Feliciano.

Salientamos que a PLC 122 buscou criminalizar todos as ações de discriminação e preconceito, não somente aqueles relacionados à homofobia. Ela é preconizada na lei assim como os demais crimes, tais como o preconceito étnico-geográfico, religioso, cor, raça, etc.

---

<sup>15</sup> SARNEY, José. Lei Nº 7.716, de 5 de Janeiro de 1989. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17716.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm)> Acesso em: 10 jan. 2015.

<sup>16</sup> PLC122. **Texto Atual de Paim**. Disponível em: <<http://www.plc122.com.br/plc122-paim/#ixzz2lQ5O4RLZ>> Acesso em: 10 jan. 2015.

No entanto, ela foi tomada como carro-chefe para que a PLC 122 fosse problematizada, dando inclusive nome ao PLC 122, a saber:

- 1) Lei Anti-homofobia;
- 2) Lei Contra a Homofobia;
- 3) Lei da Homofobia;
- 4) Lei da Mordaça Gay;
- 5) Lei Alexandre Ivo.

Nessa evolução de nomenclatura legislativa, percebemos como os efeitos de sentido do nome da lei orbitam entre o fundamentalismo religioso e os direitos humanos capaz de estabelecer um sentido que vai se historicizando e se articulando entre o plano simbólico e o político.

Nessa luta ideológica, a indignação da oposição se agravou quando ocorreu a proposta de criação do parágrafo único no artigo 8º da PLC 122: “... incide na mesma pena quem impedir ou restringir a manifestação de afetividade de qualquer pessoa em local público ou privado aberto ao público, resguardado o respeito devido aos espaços religiosos”. O entendimento da oposição se firma na possibilidade de a igreja ser considerada como espaço público ou privado. Isso acarretaria na aceitação homoafetiva não apenas nas igrejas, mas nos lugares onde houver celebração de cultos e missas ao ar livre, seja nos grandes centros urbanos, seja nas praças públicas, etc.

A bancada evangélica que, na sua maioria são membros da CDHM, não concordou com a aprovação do texto, tendo em vista que segundo eles, a PLC 122 estaria impedindo a liberdade de manifestação de opinião, direito preconizado no artigo 5º da Constituição Federal Brasileira. O problema ainda se agravou quando Marco Feliciano, então, na época, presidente da CDHM, posicionou-se contra aprovação, porque, segundo ele, de acordo com a sua posição, sua função é não deixar que ela seja aprovada:

[...] Eu fui enviado aqui pelo movimento evangélico. Minha função primordial é não deixar que se aprove o PL 122, o projeto de lei que criminaliza a homofobia. Não queremos que ele seja aprovado tal como foi previsto. Ele precisa de alterações. O texto diz que quem discriminar será preso; mas não esclarece o que é discriminação. Se eu, como pastor, não quiser casar um casal homossexual, posso ser preso [...] <sup>17</sup>

Percebemos pelo trecho da entrevista que o motivo que o leva a se identificar com a posição assumida de presidente é justamente a não-aprovação da PLC 122. Muito embora ele conceda uma possibilidade para sua aprovação, isto é, desde que seja definido o termo discriminação, no seu exemplo ele continua se posicionando como pastor e não como um cidadão comum. Nessas condições, a PLC 122 está localizada numa linha tênue entre o discurso do ódio bem como da resistência e dependendo da posição de cada indivíduo na sociedade ela pode ter um efeito diferente.

Para os gays em geral, o que ocorre é o atravessamento do discurso do ódio, marcado pelo preconceito e pela discriminação, principalmente oriundos dos religiosos. Por isso, a comunidade gay os denomina de conservadores e fundamentalistas, e intitula o ex-presidente da CDHM de homofóbico. Para os conservadores, sua aprovação acarretaria no advento de um novo discurso do ódio capaz de colocar em cheque ao que a sociedade brasileira conquistou com muita luta: o direito de liberdade de expressão.

Esses fatores também acarretaram em muitos embates políticos nas sessões da Câmara dos Deputados entre Marco Feliciano e Jean Wyllys<sup>18</sup>. Nesse cenário da luta de *places*, o Grupo Gay da Bahia se tornou um dos personagens protagonistas desse episódio marcado pelas relações de tensão entre o poder do Estado e o sujeito contemporâneo ao organizar uma exposição de charges sobre a assunção de Marco Feliciano ao cargo da presidência da CDHM.

O Grupo Gay da Bahia é uma entidade que foi registrada em 1983 como uma associação sem fins lucrativos cuja finalidade é lutar pelas garantias e direitos dos gays do Brasil. É um grupo organizado e articulado, cuja sede localiza-se em Salvador. Mesmo tendo Jean Wyllys como o único representante político das causas LGBT no Congresso Nacional, a articulação do grupo no âmbito político é tão grande que o GGB elabora anualmente um

<sup>17</sup> LINHARES, Juliana. Veja entrevista o controvertido deputado-pastor. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/04/02/leia-a-transcricao-da-entrevista-de-marco-feliciano-a-folha-e-ao-uol.htm>> Acesso em: 03.Jul.15

<sup>18</sup> Jean Wyllys é deputado federal da Câmara e defensor das causas do movimento LGBT. É um dos políticos que apoia a aprovação imediata da PL 122 e que lutava pela saída de Marco Feliciano com presidente da CDHM.

relatório a nível nacional, discriminando índices de homicídios contra LGBT, elaborando gráficos comparativos e apontando possíveis soluções<sup>19</sup>.

A exposição de charges chamada “Fora Feliciano: Exposição de Caricaturas e Charges contra a Homofobia” ocorreu no Pelourinho, em Salvador, na Bahia e reuniu inúmeras charges e diversos chargistas que juntos compuseram uma verdadeira galeria de arte a céu aberto. Essas charges expressam opinião que questiona o porta-voz Marco Feliciano enquanto presidente da CDHM.

Diante disso é possível questionar se essa opinião expressada pelos chargistas pode produzir um efeito-autor, ou seja, um efeito de autoria que pode legitimar o chargista da exposição. Em outras palavras, a questão que colocamos para reflexão é analisar se o chargista da exposição está realmente autorizado a falar da/na posição de chargista, sendo capaz de produzir um efeito de autoria. Por outro lado, não descartamos a possibilidade de o chargista apenas produzir um ato reivindicatório, ou seja, um ato alavancado pela liberdade de expressão.

As charges foram selecionadas para análise em razão de apresentarem marcas discursivas que expressam regularidades linguísticas bem peculiares: charges vinculadas à exposição do GGB e charges que sofrem a clivagem dos AIE tais como da imprensa e da mídia. Essas condições de produção contribuirão significativamente para analisar as charges sobre a representatividade de Marco Feliciano para, enfim, poder responder com propriedade se o chargista pode ser considerado um porta-voz.

Quanto à repercussão social, as charges “Em nome do Pai” de Cau Gomez, “Davi e Golias” de Carlos Latuff e “A Origem das Espécies” de Simanca apontam para a insatisfação dos grupos minoritários em relação à assunção de Marco Feliciano à presidência da CDHM. Elas são trabalhos produzidos por chargistas e cartunistas que compuseram o rol da exposição “Fora Feliciano: Caricaturas e Charges contra a Homofobia”.

Já em relação à imprensa e à mídia em geral, foram selecionadas para análise as charges “Feliciano diz que só deixa a Comissão da Câmara se morrer”, “PL 122” e “Joelma compara gays a drogados”. A primeira foi vinculada no blog do Eliomar, que compõe uma das seções do jornal eletrônico “O Povo”, jornal de grande referência do Estado do Ceará. A segunda localiza-se no “Portal Fiel”. A charge “Joelma compara homossexuais a drogados” foi publicada no blog “Humor Político”, da Rede Record de Televisão.

---

<sup>19</sup> Ver: **Relatório 2013/ 2014**. Disponível em: <<http://homofobiamata.files.wordpress.com/2014/03/relatc3b3rio-homicidios-2013.pdf>> Acesso em: 31 out. 2014.

As discussões teóricas girarão em torno dessas charges, cujo objetivo geral tem por base analisar a possibilidade de o chargista se inscrever na posição-sujeito porta-voz. Para isso, torna-se fundamental buscar compreender o discurso do porta-voz e os processos discursivos que podem fazer do chargista um representante em potencial, analisar discursivamente os efeitos de sentido que as charges podem produzir e identificar as regularidades, atravessamentos e rupturas nos discursos chárgicos.

## 2. UM CAMPO DE ESTUDOS PARA A PROJEÇÃO DO PORTA-VOZ: A ANÁLISE DO DISCURSO

A AD tem o seu marco inicial em 1969 através dos estudos inaugurais de Michael Pêcheux na França. Ela é considerada uma disciplina de entremeio, situada no ponto de intersecção do tripé interdisciplinar da Linguística, da Psicanálise e do Materialismo Histórico. Através das contribuições teóricas de Saussure acerca da Linguagem; de Lacan ao propor uma releitura de Freud sobre o inconsciente; e de Althusser ao estudar as questões da Ideologia em Marx é que ela se consolida como campo científico de pesquisa.

Para melhor entender o porquê do surgimento desse tripé interdisciplinar, pontuaremos as principais características de cada uma delas. Na linguística, Saussure “define as estruturas da língua em função da relação que elas estabelecem entre si no interior de um mesmo sistema linguístico.” (MUSSALIM, 2006, p. 103). Isso vale dizer que “a língua não é apreendida na sua relação com o mundo, mas na estrutura interna de um sistema fechado sobre si mesmo [...]” (MUSSALIM, op. cit., 103), ou seja, desconsidera-se a exterioridade da língua, isto é, o que é da ordem do ideológico, do histórico e do social.

Mas para a AD esses três elementos mencionados são essenciais. O ideológico se materializa na língua, e esta, no discurso. A língua é vista como a possibilidade de fornecer evidências ideológicas, marcando o fato de que ela não é neutra. No ideológico, ocorre o assujeitamento do indivíduo ao discurso e às instituições que marcam os lugares de onde, como e para quem o sujeito fala. Quanto ao histórico, deve-se considerar que a luta de classes também está presente na língua. Por isso, ela se materializa em marcas que também exprimem conflito, contradição, aliança, etc. Do social cabe à AD investigar como se processam as posições ideológicas de um sujeito dividido pela ideologia.

Do social ainda nos faz pensar na relação entre o GGB e a sociedade, as relações de poder entre sujeito e AIE e suas posições no discurso. Diante disso, a ideologia ecoa como possível de ser observada no discurso seja na sua normatização, circulação, reprodução ou transformação que tem na linguagem sua forma material.

Partindo da tese de Althusser de que “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos [...]” (ALTHUSSER, 1985, p. 81), os indivíduos são sujeitos que estão determinados ao assujeitamento ideológico pelos Aparelhos Ideológicos do Estado<sup>20</sup>. Os AIE são as instituições do Estado que têm por objetivo propagar a ideologia dominante. A ideologia

---

<sup>20</sup> Doravante AIE.

dominante não é vista como as ideologias partidárias, mas ela pode ser entendida enquanto um conjunto de práticas sociais.

Por isso, uma vez assujeitados ideologicamente, os indivíduos são considerados agentes sociais sujeitos à “reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalista.” (ALTHUSSER, 1985, p. 31). Paralelamente à reprodução, pode haver mudanças nessas relações de produção que ocasionam na transformação dessa exploração capitalista, cujas práticas sociais podem se alterar no curso da história. Essas transformações podem marcar novas posições ideológicas e sociais como também novas relações de poder, capazes de provocar uma tensão ainda maior na relação entre a ideologia dominante e a dominada.

Além do assujeitamento ideológico, o sujeito somente se torna agente social de práticas “se se revestir da forma-sujeito.” (PÊCHEUX, 1997, p. 183). Essa realidade impressa/imposta da classe dominante aos sujeitos sob a ótica do histórico, do ideológico e do social é que “produz uma forma-sujeito.” (Ibid, p. 170). Essa forma-sujeito é espelhada na sociedade capitalista e no sujeito de direito.

Do ponto de vista histórico, na era Medieval, não se concedia ao indivíduo uma sociedade de direitos. O Religioso se sobrepunha ao Direito. As práticas sociais eram inteiramente voltadas aos rituais, às liturgias, às doutrinas e aos dogmas religiosos em que minimizavam o indivíduo e glorificavam a Deus. Assim, constituía-se um sujeito religioso através da devoção inquestionável do discurso religioso. A possível alteração de suas práticas que não fossem imbricadas à religião, concedia-lhe apenas o direito a responder pelos seus pecados. Logo, na sociedade religiosa, o principal direito do indivíduo era não ter direitos.

Porém, com as revoluções intelectuais ocorridos ao longo da história, tais como a Revolução Francesa, o Iluminismo como também as séries de revoluções industriais, a sociedade passaria por uma nova transformação. A passagem do sujeito religioso para o sujeito de direito seria marcante. Ela marcaria uma transformação histórica na relação do indivíduo com a sociedade, ou seja, uma transformação nas práticas sociais que produziria, até mesmo nos dias atuais, uma forma-sujeito.

Pêcheux (1997) define forma-sujeito como a “forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais” (Ibid, p. 183), ou seja, o efeito ideológico na sociedade atual, segundo Orlandi, “produz uma forma-sujeito capitalista”. (ORLANDI, 2007, p.1). Percebemos então que, historicamente, o sujeito de direito é marcado na sociedade atual capitalista pela ideologia. O efeito disso, como já mencionado, é a produção de uma forma-sujeito.

De acordo com Orlandi (2012), “com esta forma-sujeito constituída, teríamos, então, os modos de individua(aliz)ação do sujeito pelo Estado (instituições e discursos).” (ORLANDI, 2012, p. 228). Nada melhor que exemplificar isso através dos números cadastrais dos indivíduos inscritos na carteira de identidade, de eleitor, de trabalho, etc. Esses são os modos de como o Estado individualiza os sujeitos, ou seja, são os modos de como o Estado controla os sujeitos para se assujeitarem aos seus aparelhos ideológicos e repressivos.

Ainda segundo Orlandi (2012), desse controle resultaria “sua inscrição em uma formação discursiva e sua posição-sujeito que se inscreve então na formação social (posição sujeito padrão, traficante, Falcão etc).”

Essa inscrição do sujeito nas formações sociais, que se materializa na língua através da identificação do sujeito com as formações discursivas que o leva a se projetar numa posição-sujeito, só é possível porque o sujeito se torna individualizado pelo Estado e controlado pelos seus AIE. Mas assim como a ideologia pode falhar, o Estado também falha durante o seu processo de individualização. Isso ocorre porque as relações de produção estão sujeitas às transformações.

Na sociedade atual essa alteridade nas relações se evidencia constantemente, em virtude da ocorrência da descentralização do Estado que não consegue abarcar aquilo que o jurídico impõe para garantir uma sociedade de direitos e deveres. A consequência disso, como já vimos, torna-se um Estado não mais tão verticalizado hierarquicamente e, sim, mais horizontalizado, onde novas posições-sujeito se irrompem, produzindo novos efeitos de sentido.

Diante dessas circunstâncias, é possível afirmar que o chargista se projeta na posição-sujeito porta-voz (PÊCHEUX, 1990b)? Além disso, elas permitem compreender, através dos efeitos de sentido, em quais formações discursivas o chargista se inscreve?

Sobre a questão da inscrição do sujeito em uma determinada formação discursiva (FD), vale-se dizer que ela é entendida como “aquilo que pode e deve ser dito por um sujeito em uma posição discursiva em um momento dado em uma conjuntura dada” (PÊCHEUX, 1997, p. 160), representando “na ordem do discurso, as formações ideológicas<sup>21</sup> que lhes correspondem [...]” e constituindo “o domínio do saber”. (ORLANDI, 1996, p. 108).

A inscrição do sujeito numa FD marca a presença indissociável de uma tríade composta pelo sujeito-discurso-ideologia. Há nesse entendimento uma condição *sine qua non* que se pauta sobre a inexistência da ideologia sem sujeito e sem discurso. Assim, o sujeito e o

---

<sup>21</sup> Doravante FI.

discurso constituem os espelhos da ideologia. Daí então o seu caráter material pautado nas evidências ideológicas.

Quanto à materialidade dessas evidências, as formações ideológicas (FI) são representadas na língua pelas FD. Por isso, “o sentido de uma palavra, uma expressão, de uma proposição, etc. não existe em si mesmo... mas é determinado pelas posições ideológicas postas em jogo.” (PÊCHEUX, 1997, p. 108). Isso vai de encontro ao fato de que dependendo da posição que o sujeito ocupa num lugar social, o efeito de sentido produzido pelo sujeito na língua poderá ser outro.

Por isso a importância de verificar como se constitui o sujeito chargista de rua e o sujeito chargista do jornal, analisar de quais posições ele se projetam, etc. E é nesse ponto que se pode distinguir uma FD da outra, as suas relações de oposição e de aliança. Para melhor entender as formações e posições ideológicas, Pêcheux (1997), afirma que:

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados. (PÊCHEUX, 1997, p. 160).

A ideologia é capaz de fornecer as evidências se o chargista se inscreve como porta-voz? Com relação a esse caráter material da língua, questiona-se sobre a hipótese de tornar visíveis essas evidências que fazem todo mundo saber não apenas o que é um chargista, mas de forma mais ousada, em saber se ele pode se projetar na posição-sujeito porta-voz, com base nas análises discursivas das charges.

Um dos pontos importantes para análise é perceber a quem o chargista pode representar que, assim como o porta-voz, além da representação política pode falar em nome daqueles que ele realmente representa. É nessa linha tênue do porta-voz que “representa” e do chargista que “pode representar” é que se torna possível analisar o discurso em seu movimento, emergindo porta-vozes principalmente de acordo com as condições de produção.

Torna-se imprescindível frisar que um indivíduo ao ser interpelado pela ideologia em sujeito, fala de um lugar ou de uma posição e dependendo dela, os sentidos podem ser outros. Grigoletto (2007) afirma que esses “lugares discursivos são construídos pelo sujeito na sua relação com a língua e a história.” (GRIGOLETTTO, 2007, p. 7).

Por isso nos interessa a historicidade do chargista para poder compreender como é possível ele se posicionar no lugar discursivo do porta-voz. A historicidade a que nos

referimos tem a ver com a relação entre o chargista como posição e sua prática social como reprodução/ transformação ideológica perpassados no espaço e no tempo.

Essa projeção da forma-sujeito soldado, operário ou chargista que ocorre pelas tomadas de posição do sujeito só é possível “porque há uma determinação social que institui determinados lugares, os quais podem e devem ser ocupados por sujeitos autorizados para tal.” (GRIGOLETTO, op. cit., p. 7). Pensando nisso, existe uma determinação social ou autorização que permita ao chargista se posicionar como sujeito porta-voz?

Para responder a essa pergunta torna-se necessário analisar de onde o chargista fala, ou seja, a qual instituição suas charges estão vinculadas. Em um segundo momento, torna-se premente analisar quais determinações são capazes de afetar as condições de produção do chargista. Isso permitirá identificar traços que delineiam a constituição do sujeito chargista que produz charges para a mídia e para a imprensa bem como do sujeito chargista que produz charges para a exposição.

Tendo em vista que o discurso é prática e que as práticas mudam, esses dois “tipos” de chargista se inscrevem como um porta-voz? Há uma alteração substancial na sua forma-sujeito que impeça o sujeito de uma dessas práticas chárgicas a se posicionar como porta-voz?

Mussalim (2006) afirma que “o conceito de sujeito sofre uma alteração substancial, pois seu estatuto de entidade homogênea passa a ser questionado diante da concepção freudiana.” (MUSSALIM, 2006, p. 107). O que a autora expressa é a marca de um sujeito ao mesmo tempo fragmentado, dividido e heterogêneo. Sobre o chargista da exposição e o chargista da mídia e imprensa vale ressaltar que este está sujeito principalmente à clivagem do discurso jornalístico. Existem rituais próprios de sua prática social que o chargista da mídia e da imprensa em geral deve seguir.

Das diversas formas de se fazer charge, torna-se premente questionarmos se o chargista da exposição está autorizado a falar da posição-sujeito chargista. Os subsídios necessários para responder a esse questionamento dar-se-ão mediante as análises discursivas. De antemão, podemos adiantar que torna-se imprescindível a identificação da especificidade da charge tanto da exposição quanto da imprensa e da mídia em geral.

Diante disso, é cabível investigar de que forma se evidencia não somente essa fragmentação e divisão, mas também a heterogeneidade do chargista enquanto possível sujeito porta-voz. Analisar quais formas de discurso ele abarca enquanto sujeito heterogêneo e em quais formações discursivas ele se inscreve torna-se tarefa primordial. Gallo (2001), ao

desenvolver a noção de heterogeneidade discursiva<sup>22</sup>, afirma que o sujeito “conta com ela para fazer sentido.” (GALLO, 2001, p. 2). Esse “contar com ela” significa que o sujeito não nega a tese de que o discurso se constitui pela sua própria heterogeneidade.

Mittmann (2010) aponta que “a própria constituição do discurso se dá pela multiplicidade de fragmentos, de partículas disformes de discursos e, também, de saberes dispersos cujo manancial muitas vezes se perdeu.” (MITTMANN, 2010, p. 85). Com base nessas afirmações, são esses fragmentos e essas partículas disformes de discursos que se encontram no discurso chágico e que podem fazer emergir o sujeito chagista como porta-voz?

A meu ver, o fato de o sujeito contar com a heterogeneidade discursiva obriga-lhe a ter uma relação de identificação, desidentificação ou contraidentificação com as formações discursivas que tangenciam as charges. Uma vez abarcada as charges sobre Marco Feliciano, o chagista pode falar, por exemplo, do discurso religioso sem aceitar os dizeres autoritários desse discurso, propondo novos efeitos de sentido que venham a não se identificar com a FD religiosa. Por outro lado, o chagista pode falar na charge de modo no qual ele venha a se identificar com o discurso jornalístico. Em resumo, numa mesma charge, pode haver diferentes vozes discursivas sob diferentes movimentos de identificação do sujeito.

O esforço teórico de Pêcheux (1997) ao afirmar que “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina” (PÊCHEUX, 1997, p. 163) leva a autora Indursky (2011) a propor uma releitura de Michel Pêcheux (1997) acerca das modalidades de identificação do sujeito.

Essas modalidades de identificação do sujeito permitem pensar a rede de filiações na qual esse sujeito está inscrito, ou seja, possibilitam refletir sobre quais dizeres esse sujeito mobiliza pelo acionamento de sua memória discursiva. Essa reflexão torna-se uma porta de entrada acerca das discussões teórico-analíticas que podem conceber o chagista como um sujeito que pode se projetar na posição de porta-voz.

Nessa perspectiva, é evidente que a noção de porta-voz se imbrica à questão da representatividade política. Não há como falar da representatividade do porta-voz sem pensar na rede discursiva de filiações que ele carrega consigo. Por isso, o delineamento das tomadas de posição-sujeito torna-se fundamental para compreender como o porta-voz pode, simultaneamente, representar o seu grupo e parlamentar com o outro.

---

<sup>22</sup> Com base em Authier-Revuz (1990) que propôs um estudo acerca da heterogeneidade enunciativa, Gallo (2001) desenvolve sua noção de heterogeneidade ao partir de uma perspectiva discursiva.

Segundo Indursky (2011), as tomadas de posição-sujeito ocorrem por meio de três modalidades processuais de identificação. A primeira delas, “Pêcheux designou de superposição entre o sujeito do discurso e a forma-sujeito. Tal superposição revela uma identificação plena do sujeito do discurso com a forma-sujeito da FD<sup>23</sup> que afeta o sujeito.” (INDURSKY, 2011, p. 80). Essa identificação plena do sujeito o faz caracterizá-lo como o bom sujeito do discurso no qual ele se identifica com os saberes da FD em que ele está se relacionando. Os saberes da FD são a autorização discursiva que regula o que o sujeito (não) pode e (não) deve dizer dentro de uma determinada conjuntura.

Com relação à segunda modalidade, Indursky (2011) afirma que “ao contrário, caracteriza o discurso do ‘mau sujeito’, discurso em que o sujeito do discurso, através de uma ‘tomada de posição’, se contrapõe à forma-sujeito e aos saberes que ele organiza no interior da Formação Discursiva”. (INDURSKY, op. cit., p. 80). Essa modalidade de tomada de posição também é conhecida como contra identificação do sujeito com a FD.

Na terceira modalidade também chamada de desidentificação ocorre a ruptura do sujeito com a formação discursiva pela qual ele está sendo afetado, fazendo surgir uma nova FD. Sendo assim, outro questionamento merece destaque: a possibilidade de o chargista se projetar na posição-sujeito porta-voz o faz romper com a sua formação discursiva dominante?

Primeiramente é necessário enfatizar que a posição de chargista é uma posição inscrita no discurso chárstico. Em contrapartida, a posição de porta-voz está inscrita no discurso político. Quando se pensa em ruptura de uma FD, é indissociável não pensar na FD dominante. Pois dela tangenciam-se outras FD que se relacionam pela lei da desigualdade, contradição e subordinação. Projetar-se na posição de porta-voz não faz o chargista romper com a sua inscrição na FD chárstica, pois ele precisa dela para se constituir como chargista.

Por outro lado, a projeção do chargista na posição de porta-voz não o faz se inscrever no discurso político, porque a sua posição de chargista já o inscreve por meio do atravessamento do político na charge. A meu ver, o que ocorre é a mudança da FD dominante. Nesse complexo de formações discursivas nas quais a charge está inserida, ao projetar-se em porta-voz, a FD dominante deixa de ser a FD chárstica e passa a ser a política. O discurso chárstico torna-se tangencial e passa a se subordinar ao político.

As modalidades de identificação do sujeito falante com as formações discursivas, direcionam o sujeito à sua própria dessubstancialização, conforme Mussalim (2006), tendo em

---

<sup>23</sup> Doravante Formação Discursiva.

vista que essa fragmentação do sujeito é devido ao fato de ele ser dividido tanto pela ideologia quanto pelo inconsciente. Isso faz remeter à seguinte afirmação de Orlandi (2003):

Os sujeitos ‘esquecem’ o que já foi dito- e este não é um esquecimento voluntário-para, ao se identificarem com o que dizem, se constituírem em sujeitos. É assim que suas palavras adquirem sentido é assim que eles se significam retomando palavras já existentes como se originassem neles e é assim que os sentidos e sujeitos estão sempre em movimento, significando sempre de muitas e variadas maneiras. Sempre as mesmas, mas, ao mesmo tempo, sempre outras. (ORLANDI, 2003, p. 36).

Ao mesmo tempo em que ocorre um processo de dessubstancialização do sujeito pelo seu movimento de se projetar em posições, por outro lado, ocorre também um movimento que o constitui e o leva a produzir efeitos de sentido. Conforme advoga a autora com base em Pêcheux (1997), o movimento que o constitui é o esquecimento. O sujeito esquece que seus dizeres são retomados de forma pré e inconsciente do “já-dito” e que ele tem a ilusão de ser a origem dos sentidos.

Maluf-Souza (2012) salienta que o que produz o surgimento do sujeito “é a busca de completude no Outro...” (MALUF-SOUZA, 2012, p. 118). Segundo ela, essa completude tenta se efetivar quando o inconsciente deixa-se, enfim, ser visto:

Falta algo no Outro, engendra-se, irrompe-se o sujeito (do inconsciente) na cadeia; desse modo, enquanto o sujeito está dizendo o que sabe (alienação) ocorre a irrupção do sujeito inconsciente (separação), pois o inconsciente não está todo o tempo na fala, aparecendo quando há falta no Outro. (MALUF-SOUZA, op. cit., p. 118).

Ocorrendo sob a forma dos esquecimentos de ordem enunciativa e discursiva, a retomada dos dizeres no inconsciente, que segundo Lacan define como “discurso do Outro” (PÊCHEUX, 1997, p. 133), atesta que o sujeito é heterogêneo, a língua é marcada pela incompletude e que os sentidos migram de um lugar para outro.

O esquecimento n° 1 Pêcheux o define como aquele “que dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina.” (Ibid, p. 173). Por outro lado, o esquecimento n° 2 é entendido como aquele “pelo qual todo sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, sequências que nela se encontram em relação à paráfrase”. (Ibid, p. 173). Costuma-se dizer que o esquecimento n° 1 é de ordem do inconsciente e do interdiscurso, e o n° 2, do nível da formulação e do intradiscurso, ou seja, do pré-consciente.

Com base nisso, a análise dos efeitos de sentido que estão em jogo nas charges, e o delineamento das regularidades e rupturas discursivas são peças fundamentais para compreender o papel dos esquecimentos nas charges.

Quanto ao discurso do Outro, ele permite com que sejam retomados dizeres, levando os sentidos a se moverem e contribuindo para que palavras e proposições jamais se cristalizem, a partir do “reconhecimento mútuo entre os sujeitos e o Sujeito.” (PÊCHEUX, 1997, p. 170). Com base nessas considerações, a produção dos efeitos de sentido poderá ser uma ferramenta essencial para compreensão dos processos discursivos da charge. Nessa conjuntura, a análise das charges permitirá verificar se o sujeito chargista (com –s minúsculo) reconhece o Sujeito porta-voz (com –S maiúsculo) e vice-versa.

Discorrida a ideia de que os efeitos de sentido ocorrem a partir das retomadas dos dizeres, ou seja, a retomada do discurso do Outro, marca-se a importância fundamental do papel da memória e da metáfora nas charges. A memória discursiva também é entendida como “saber discursivo que faz com que, ao falarmos, nossas palavras façam sentido. Ela se constitui pelo já-dito que possibilita todo dizer.” (ORLANDI, 1999, p. 64). Durante esse processo de retomada ao que já foi dito, a memória “é sempre reconstruída na enunciação.” (ACHARD, 1999, p. 17).

Essa reconstrução da memória pela enunciação deve-se ao fato de que ela está imbricada nos processos de transferência e transporte de sentidos. O fato de transferir ou transportar sentidos tem a ver com a noção de porta-voz. O porta-voz pode fazer isso muito bem devido ao seu caráter de dupla visibilidade, ao negociar com o adversário e falar em nome daqueles que pode representar através da mobilização da memória discursiva.

A análise discursiva das charges neste trabalho também focará no apagamento dos dizeres, isto é, naquilo que, por um lado, está silenciado, mas, por outro, é capaz de retomar o “já-dito” de modo a ser ressignificado nas charges. Nesse batimento entre o inconsciente e a memória discursiva há a possibilidade de desemaranhar diversos efeitos de sentido. Sobre os sentidos, Pêcheux (1998) advoga que:

Uma palavra, uma proposição não têm um sentido que lhes é próprio, preso à sua literalidade e nem sentidos deriváveis a partir dessa literalidade. O sentido é sempre uma palavra, uma proposição por outra e essa superposição, essa transferência (“meta- phora) pela qual elementos significantes passam a se confrontar, de modo que se revestem de um sentido, não poderia ser determinada por propriedades (intrínsecas, eu diria) da língua. (PÊCHEUX, 1998, p. 21).

Afirmar que uma palavra possui um sentido que é próprio, é o mesmo que pensar a língua como um sistema fechado, intrínseco conforme os estudos de Saussure. Em se tratando das charges, o chargista extrapola a literalidade, pois ele também trabalha com imagens.

Segundo Jean Davallon (1999), na visão de Benveniste, “a imagem funciona antes de tudo sob o modo semântico” (DAVALLON, 1999, p. 29), reforçando a ideia de que o trabalho do chargista na elaboração das charges está engajado na atribuição dos sentidos e não atribuição de significados. Disso, ressaltamos que o nosso trabalho é analisar não aquilo que é da ordem do código linguístico, mas aquilo que é da ordem dos sentidos, ou melhor, da produção dos efeitos de sentido como marcas ideológicas que podem denunciar a projeção do chargista como sujeito porta-voz.

Em se tratando de material chárstico, a possibilidade de identificar partículas disformes de discursos é tão grande que podemos adotar a perspectiva de que o discurso chárstico se constitui também na/pela imbricação material. De acordo com Lagazzi (2007), a imbricação material “se dá pela incompletude constitutiva da linguagem, em suas diferentes formas materiais. Na remissão de uma materialidade a outra, a não-saturação funcionando na interpretação permite que novos sentidos sejam reclamados<sup>24</sup>.”

Partindo-se da ideia de que as charges produzem diversos efeitos de sentido, cabe perguntar como se torna possível à remissão de uma materialidade à outra, e se, essa imbricação material na charge é condição *sine qua nuon* para que ela se constitua como tal.

Além disso, tentaremos identificar se “pelo processo de produção de sentidos, necessariamente sujeito ao deslize, há sempre um possível ‘outro’, mas que constitui o mesmo” (ORLANDI, 1996, p. 81), ou seja, se pela produção dos efeitos de sentido será possível identificar no chargista a sua projeção na posição-sujeito porta-voz.

Esse “outro” pode ser entendido como consequência do atravessamento discursivo pelas formações discursivas, seja pelo processo de transferência, seja por transporte, bem como através da inscrição em diferentes posições-sujeitos, tal como a possível projeção do chargista como porta-voz. Outro aspecto importante é delinear as formações discursivas que tangenciam os enunciados chársticos bem como compreender os processos discursivos dos quais podem fazer do chargista um porta-voz.

Por isso, recorreremos à busca pela especificidade da charge, ao entendimento dela como discurso bem como às suas análises discursivas.

---

<sup>24</sup> LAGAZZI, Suzi. **O recorte significativo na memória**. Disponível em: <<http://anaisdosead.com.br/3SEAD/Simposios/SuzyLagazzi.pdf>> Acesso em: 3 abr. 2014.

### 3. AS CHARGES E AS FORMAS DE DISCURSO

Podemos considerar, ao longo da história das ciências da linguagem, a charge como um material de análise muito instigante no que tange às pesquisas acadêmicas. Na linguística textual, por exemplo, torna-se comum o estudo da interdisciplinaridade implícita e explícita ocorrer por meio da leitura da charge. Porém, se tentarmos mudar nossa postura diante do ato de ler, certamente poderemos extrair dela contribuições teórico-científicas que irão muito além do campo da linguística textual.

Para isso, exige-se uma mudança na postura que reflita num gesto de interpretação capaz de levar em conta a possibilidade de os efeitos de sentidos da/ na charge serem outros. Mariani (2007) afirma que “para a Análise do Discurso, portanto, falar do sujeito é falar de efeito de sentido de linguagem”. (MARIANI, 2007, p.208). Por isso, a importância em analisar se o chargista se projeta como sujeito porta-voz e os efeitos de sentido produzidos nas charges, tendo como base o discurso, não aquele discurso visto como “transmissão de informação”, mas entendido como “efeito de sentido entre locutores.” (ORLANDI, 2001, p. 14).

Compreender que as charges podem possuir mais de um efeito de sentido é aterrissar num campo semântico onde a significação das palavras e das proposições na língua não possui um sentido unívoco. É pairar sobre um terreno em que a exterioridade da língua apresenta-se fortemente marcada pelo social, pelo histórico e pelo ideológico. Por isso, o efeito de sentido que um chargista produz poderá ser sempre outro. Tudo dependerá da sua projeção em uma determinada posição-sujeito.

Tendo em vista que “o fechamento das FDs não é rígido e suas fronteiras são porosas” e os sentidos “podem atravessar as fronteiras da FD onde se encontram, e deslizar para outra FD, inscrevendo-se, por conseguinte, em outra matriz de sentido”, (INDURSKY, 2011, p. 71), a charge pode ser analisada sob a perspectiva discursiva (BARONAS, 2009) além dos possíveis atravessamentos do discurso político (COURTINE, 2009), jornalístico (FLORES, 2011) e o discurso digital (GALLO, 2009) <sup>25</sup>.

Percorrer os caminhos desses discursos que constituem as charges permitirá uma compreensão mais detalhada das posições que o chargista pode se projetar, inclusive, na

---

<sup>25</sup> Grifo meu. Muito embora Solange Gallo não utilize em nenhum momento a respectiva nomenclatura em seu trabalho intitulado “A Internet como Acontecimento Discursivo”, a autora possui diversos trabalhos relacionados ao discurso *online*.

possibilidade de ele se posicionar como porta-voz de grupos minoritários ao falar para os seus e representá-los.

### 3.1 DA ENUNCIÇÃO AO DISCURSO CHÁRGICO<sup>26</sup>

Para Carlos Alberto Rabaça e Gustavo Barbosa (1978), a charge é conceituada como “*cartum* cujo objetivo é a crítica humorística imediata de um fato ou acontecimento específico, em geral de natureza política.” (RABAÇA; BARBOSA, 1978 apud DAGOSTIM, 2009, p. 21). Por outro lado, de acordo com Borba (2002), em seu “Dicionário de Usos do Português”, ela pode ser entendida da seguinte forma: “Charge. Nf. Caricatura, representação pictórica, de caráter burlesco e caricatural, em que se satiriza algo<sup>27</sup>”.

Entre os dois entendimentos citados, há uma distância conceitual considerável. Acreditamos que a noção mais próxima do que é charge é a de Romualdo (2000). Segundo ele, a charge “é um texto visual humorístico que critica um evento específico, uma personagem, fato ou acontecimento político específico. Por focalizar uma realidade específica, ela se prende mais ao momento, tendo, portanto, uma limitação temporal.” (ROMUALDO, 2000, p. 21-22).

Tendo em vista que as charges que compõem o *corpus* de análise criticam o pastor/deputado Marco Feliciano ao ser retratado como personagem e se prendem a uma limitação temporal uma vez que foram publicadas no ano de 2013, começamos a traçar um rumo para afirmar qual é realmente a especificidade da charge enquanto prática social. Pois delineando suas peculiaridades, a atenção se volta para verificar se a sua relação com o chargista se reproduz ou se transforma.

A preocupação não é reformular uma definição do que é a charge, mas compreender o seu funcionamento linguístico com base nos processos discursivos. Para situá-la de um modo geral, cabe afirmar que ela é comumente veiculada tanto na internet, quanto nos meios impressos, tais como nos diversos livros didáticos e principalmente nos jornais. Ela trabalha com materialidades significantes<sup>28</sup>. Mesmo nos dias atuais, ela ainda

---

<sup>26</sup> Doravante DC.

<sup>27</sup> BORBA.

<sup>28</sup> Conceito desenvolvido por Lagazzi (2007). Vide página 26.

circula com extremo vigor. No Brasil, a primeira charge circulou no ano de 1837 na cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de expor uma crítica política.



Figura 2- A primeira Charge no Brasil<sup>29</sup>  
Fonte: FACOM, 2014.

Essa charge histórica do autor Manuel de Araújo Porto Alegre (1806-1879) foi publicada no “Jornal do Comércio do Rio de Janeiro” durante o período imperial, mais precisamente no Segundo Reinado, quando o imperador Dom Pedro II governava o Brasil. A charge “faz referência ao pagamento de propina ao jornalista Justiniano José da Rocha (1812-1862), que era considerado favorável ao governo imperial<sup>30</sup>”. É nesse cenário histórico que surge a primeira crítica humorística relacionada à temática de corrupção política no Brasil.

Nessas concepções de compreender o que é charge percebe-se que, nos dias atuais, em comparação à publicação da primeira charge brasileira, as charges contemporâneas ainda se mantêm focadas no político. Verifica-se também um grau de humor mais elevado, pois o direcionamento da construção das personagens se volta para a ordem do caricatural, onde se acentuam marcas de expressão através das características fisionômicas das personagens que mais se sobressaem, garantindo, logo de imediato, o caráter humorístico da charge. Elemento esse que na primeira charge do Brasil não se observa.

Tendo em vista a acentuação do humor nas charges, segundo Sousa, “existe um contrato social que permite ao discurso humorístico tratar de variados e complexos temas, sem que o sujeito que se utiliza do humor seja julgado ou condenado, mas desde que isso seja

<sup>29</sup> Foi exibida pelo Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, nº277, de 14 de dezembro de 1837. FACOM. **Impressão digital**. Disponível em: <<http://impressaodigital126.com.br/2013/04/06/a-historia-das-charges-no-brasil-e-no-mundo/>> Acesso em: 5 mai. 2014

<sup>30</sup> **A Primeira Charge do Brasil**. Disponível em: <<http://estudiorafelipe.blogspot.com.br/2009/11/primeira-charge-do-brasil.html>> Acesso em: 25 set. 2014.

feito de uma forma que leve ao riso<sup>31</sup>”, efeito que Bonnafous (2013) chama de “efeito derrisório<sup>32</sup>”.

Essa permissão do discurso humorístico soa como uma autorização concedida ao chargista para exercer a sua atividade, desde que seja garantida a derrisão como “expressão da atividade [...] artística [...] independentemente de censura ou licença” (BRASIL, 2012, p. 10). É uma concessão que pode ser muito bem comparada em mesmo grau à licença poética que os literários possuem para escrever sem que sua ortografia, sintaxe e outros aspectos linguísticos sejam desqualificados.

Muito embora o conteúdo das charges não comprometa sua veiculação, tivemos a oportunidade de presenciar a intolerância chárstica praticada por extremistas religiosos que atacaram a sede do jornal francês *Charlie Hebdo* e assassinaram diversos chargistas e cartunistas renomados. A consequência disso foi a ocorrência de uma das maiores manifestações que a França já conheceu ao longo das últimas décadas.

Mas, para que possa ser concedido o direito aos chargistas de fazer críticas políticas, a única ressalva que se faz é que o efeito derrisório esteja presente. O riso é uma das cláusulas desse contrato social, ou seja, ele se apresenta como o elemento necessário que regula os limites da crítica política.

Quanto ao seu lugar de veiculação, a charge, historicamente, localiza-se nos editoriais dos jornais, onde circulam os artigos de opinião. Por isso, ela precisa de outro suporte linguístico que a sustente, como uma coluna, uma resenha crítica, uma notícia, uma legenda, etc. A charge tende a circular por um determinado tempo, geralmente até quando se alcança o esgotamento do fato ou acontecimento específico nos noticiários.

Nesse ciclo, novos fatos e acontecimentos são noticiados e, conseqüentemente, novas temáticas serão abarcadas nas charges. Podemos então, afirmar que o caráter temporal das charges é regulado principalmente pela veiculação dos fatos e das notícias na mídia, até que se alcance o seu esgotamento.

Quanto às novas temáticas, Oliveira (2001) afirma que “os textos de charge ganham mais força expressiva quando a sociedade enfrenta momentos de crise, pois é a partir de fatos e acontecimentos reais que o artista tece sua crítica em um texto aparentemente desprezioso”. (OLIVEIRA, 2001, p. 265). Uma das maiores crises políticas, se não a maior

---

<sup>31</sup> SOUSA, Waldenia Klesia Maciel Vargas. **O Discurso Político- Humorístico do Gênero Charge**. Disponível em: < <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/viewFile/343/396>> Acesso em: 13 out. 2014.

<sup>32</sup> Segundo Simone Bonnafous (2003), a derrisão consiste na “associação do humor e da agressividade que a caracteriza e a distingue da pura injúria”.

da sociedade brasileira no ano de 2013, foi o descontentamento dos grupos minoritários com relação à assunção de Marco Feliciano à presidência da CDHM.

Então cabe afirmar que foi a partir desse episódio que o chargista formulou sua crítica política acerca das questões voltadas à CDHM. Tendo em vista que esse acontecimento denota um tempo de crise política, salientamos que a força expressiva dessa crítica pode instituir o chargista como um possível sujeito porta-voz. (PÊCHEUX, 1990b).

Um ponto importante a ser observado é analisar de qual lugar o chargista fala, se ele fala em nome de uma instituição consagrada na sociedade, como por exemplo, os jornais institucionais impressos, ou se o seus dizeres são ditos para um determinado grupo social. Essa marcação de lugar auxiliará nos processos de identificação do chargista com as formações discursivas nas quais ele se inscreve, levando-nos a compreender as formações discursivas dominantes e os atravessamentos.

Além disso, um segundo ponto que merece destaque é como ele fala. Nesse âmbito, cabe perceber quais são os atravessamentos necessários para que o chargista fale na posição de porta-voz. Esse movimento discursivo do “como” torna-se peça fundamental para entender os processos discursivos que torna possível a um chargista se posicionar na posição-sujeito porta-voz.

Por fim, citamos a importância da força expressiva da crítica chárstica estar vinculada ao sujeito para quem o discurso do chargista se direciona. Nesse ponto, a marcação da crítica política começa a ganhar contornos característicos que envolvem a representatividade do porta-voz. Por isso, delinear quais são os traços característicos dessa crítica torna-se fundamental. Se a crítica que o chargista faz é apenas uma crítica política fundamentada na exposição de um problema social ou um gesto político que se baseia na concessão da voz política a um grupo ou uma classe social.

Fernanda Dagostim (2009), ao tentar compreender o que é charge, traz no seu conceito não somente uma aproximação entre enunciador e materialidade significativa, mas também inclui o interlocutor. Segundo ela, “a charge faz alusão à argumentação, desperta o riso, utilizando-se do deboche, do sarcasmo e da ironia, recursos usados pelo chargista para persuadir o leitor, fazendo-o aceitar as ideias trazidas pelo discurso.” (DAGOSTIM, 2009, p. 21).

Essa aproximação entre o enunciador, a materialidade significativa e o interlocutor, ou seja, entre o chargista, a charge e o leitor, bem como o recurso alusivo da argumentação como força expressiva em períodos de crise política permite que se pense num

sujeito na qual se enuncia como possível porta-voz. Nessa imbricação, é válido questionar como esse modo de enunciação se torna possível.

Então, Dagostim (2009) pensa o interlocutor como sujeito-leitor da charge. Sujeito que se comprovada a posição do chargista como porta-voz, conseqüentemente, no plano simbólico, pode ser entendido como o sujeito a ser representado pelo porta-voz chargista que usa da persuasão como forma de que o leitor aceite as suas ideias. As palavras da autora vão de encontro aos dizeres de Ducrot (1979), ao afirmar que:

[...] a linguagem é um jogo de argumentação enredado em si mesmo... é uma dialogia, ou melhor, uma 'argumentalogia'; não falamos para trocar informações sobre o mundo, mas para convencer o outro a entrar no nosso jogo discursivo, para convencê-lo de nossa verdade. (DUCROT, 1979 apud OLIVEIRA, p. 28, 2001).

Uma vez que a ideologia interpela o indivíduo em sujeito na língua pelas formações discursivas que correspondem às formações ideológicas, os dizeres de Dagostim ao atribuir ao texto charge um estatuto argumentativo, determinando conscientemente as intenções do chargista no ato de proferir seu enunciado, apagarão todas as possibilidades de a charge ser tomada como discurso?

Se pensarmos a charge como textualidade capaz de dialogar com outros textos na qual produz diversos efeitos de sentido possíveis, torna-se premente frisar que o sujeito chargista não consegue abarcar e controlar todos os seus dizeres a ponto de afirmar que eles são origens do seu próprio ato de proferir enunciados. Isso porque cada enunciado possui sua própria historicidade. Logo, não se pode falar de texto sem levar em conta sua historicidade. Conseqüentemente, a historicidade da charge nos leva a pensá-la enquanto prática social.

Se pensarmos a charge como prática social, devemos considerá-la como uma prática sujeita à reprodução e à transformação, afetada, inclusive pelo social, pelo histórico e pelo ideológico, ou seja, pela exterioridade da língua. Por isso ressalta-se a importância de analisar discursivamente as charges com um olhar diagnóstico para as suas condições de produção. Porque na língua é que se observa a luta ideológica que marcam as posições-sujeito e que revelam não haver neutralidade.

A legitimação do processo histórico da leitura- que sentidos atribuir ao texto, ou, como o texto deve ser compreendido? – se faz de formas variadas, nas diferentes instituições, através de especialistas, de autoridades: na Igreja Cristã, a leitura competente está a cargo do teólogo, no Direito, do jurista, na Escola, do professor. (ORLANDI, 2003, p. 214).

A constituição da charge em fragmentos de uma situação discursiva que formam uma unidade de sentido permitirá traçar quais são os atravessamentos discursivos, os processos de identificação bem como as posições-sujeito marcadas no enunciado chárstico. As condições de produção são os subsídios necessários para poder, enfim, delinear quais são os possíveis efeitos de sentido produzidos nas charges.

Quanto à produção dos efeitos de sentido, Dagostim (2009) ainda afirma que “o texto *charge* pode ser comparado à crônica jornalística<sup>33</sup>” (DAGOSTIM, 2009, p.21), uma vez que ambos partem de um assunto factual e que procuram dar uma “significação [...]” (Ibid, p. 21). A proposta analítica não é reduzir o trabalho do chargista como um ato de fala. Por outro lado, a afirmação de Dagostim (2009) não garante que a charge, como texto, possua o mesmo funcionamento discursivo que a crônica e que ambos tenham a mesma especificidade, até porque existe, de antemão, uma peculiaridade distinta entre a crônica e a charge que é o humor.

A charge como texto não pode ser encarada como um texto em que as palavras do enunciado chárstico signifiquem entre si, para que, assim, possa-se aferir uma significação. O trabalho do analista não pode ser realizado com base apenas na leitura e interpretação do texto pelo texto. A charge como texto deve ser encarada como “objeto sócio-histórico onde o linguístico intervém como pressuposto” (ORLANDI, 1993, p. 53), ou seja, analisada como um texto que possui uma historicidade, marcado principalmente pelos pontos de deriva.

Os pontos de deriva podem ser encontrados nas fronteiras onde a memória discursiva da charge como texto pode ser mobilizada e “onde, a princípio, todos os sentidos são possíveis, ao mesmo tempo em que sua materialidade impede que o sentido seja qualquer um.” (ORLANDI, 1998, p. 20).

Com base na afirmação de Guimarães de que a enunciação “é um acontecimento de linguagem perpassado pelo interdiscurso que se dá como espaço de memória no acontecimento” (GUIMARÃES, 1995, p. 67), considerar a charge perpassada pela memória discursiva é atribuir a esse acontecimento um estatuto cujo conjunto de dizeres estão associados às filiações sócio-históricas que são atravessadas pelo ideológico. Filiações que se agrupam ou se distinguem por relações simbólicas que exprimem aliança, contradição, subordinação, etc. No discurso, essas filiações aparecem nas formações ideológicas representadas pelas formações discursivas.

---

<sup>33</sup> Ver a seção seguinte a respeito do Discurso Jornalístico.

O ponto crucial para entender a proposta de Guimarães é perceber que o enunciado se relaciona com a língua através do discurso. Considera-se o político da língua, na premissa de que ela não é neutra, pois há sempre a marca da luta de classes que se materializa no discurso. Por isso, o enunciado é histórico, isto é, “uma prática política”, (GUIMARÃES, 1989, p. 73) que, conseqüentemente, pode ser considerado uma unidade discursiva. (Ibid, p. 73).

Mesmo considerando o caráter do enunciado como uma unidade discursiva, isso não dá conta para explicar, por completo, que o enunciado chárstico possui em seu discurso pontos de deriva nas quais os sentidos sempre podem ser outros. Isso porque o discurso se constitui por duas vias: pela via do ideológico, uma vez que “a ideologia interpela os indivíduos em sujeito” (PÊCHEUX, 1997, p. 148) e pela via do inconsciente:

:

[...] no sentido em que a definimos, isto é, como espaço de reformulação-paráfrase onde se constitui a ilusão necessária de uma intersubjetividade falante” pela qual cada um sabe de antemão o que o “outro” vai pensar e dizer..., e com razão, já que o discurso de cada um reproduz o discurso do outro[...]. (Ibid, p. 172).

Muito mais que uma forma de organizar o enunciado como unidade discursiva que exprime regularidades, para Pêcheux (1997), a formação discursiva é afetada não somente pelo ideológico como também pela exterioridade da língua.

A noção de formação discursiva pecheuxtiana permite melhor compreender a dimensão discursiva do político na língua, tendo em vista que não se pode atribuir somente um sentido unívoco possível ao discurso. Isso faz cair por terra a possibilidade de a língua ser neutra e estanque, isto é, um padrão de sentido que possa ser pré-estabelecido. Até porque Pêcheux arrola que “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar outro”. (PÊCHEUX, 1998, p. 80).

Então, Baronas (2009) aproxima o conceito de charge conforme a noção de enunciado formulada por Pêcheux (1991), afirmando que “o enunciado chárstico embora constituído de diferentes materialidades, a partir da sobredeterminação de um sentido já-dito, regula a possibilidade de os sentidos serem outros.” (BARONAS, 2009, p. 7).

Para melhor compreender a proposta de Baronas, torna-se preemente entendê-la a partir da constituição do enunciado chárigo. Considerando-se a charge como texto<sup>34</sup>, cuja unidade “lhe permite ter acesso ao discurso”, (ORLANDI, 1998, p. 60), cabe afirmar que ela possui além da outridade, uma heterogeneidade devido à formação de diferentes materialidades, sejam elas: “1) quanto à natureza dos diferentes materiais simbólicos... 2) quanto à natureza das linguagens... 3) quanto às posições-sujeito”. (ORLANDI, 1998, p. 59).

Quanto à natureza dos materiais simbólicos, a charge pode ser pensada na imbricação entre eles. O relacionamento entre elas pode ocorrer por meio de caricaturas, desenhos, símbolos, frases de efeito, ironia, etc... Como já mencionado anteriormente, ela “se dá pela incompletude constitutiva da linguagem, em suas diferentes formas materiais. Na remissão de uma materialidade a outra, a não-saturação funcionando na interpretação permite que novos sentidos sejam reclamados.”<sup>35</sup>

No plano simbólico, não é a soma de materialidades significantes que é alavancada pela incompletude constitutiva da linguagem, mas a ligação entre elas que provoca a remissão de uma materialidade a outra e que causa o efeito de fecho, ou seja de completude.

No que se refere à natureza das linguagens, a heterogeneidade do enunciado chárigo pode se apresentar na relação entre a linguagem verbal (linguagem publicitária, política, etc.) e a não-verbal (linguagem icônica). São esses elementos que a caracterizam como um discurso apelativo, criativo e persuasivo. São elementos que o chargista jamais denega.

Em relação às posições sujeito, Mariani compartilha a ideia de que o sujeito pode ocupar várias posições: “o sujeito, no todo social, não ocupa apenas uma posição”, assim “o sujeito discursivo é plural, isto é, atravessado por uma pluralidade de vozes e, por isso, inscreve-se em diferentes formações discursivas e ideológicas”. (MARIANI, 1998, p. 25).

São essas vozes presentes nas charges que também nos interessa identificar. Se na charge está presente uma voz dos grupos minoritários ou da classe dominante. Se a presença dessas vozes marca uma ruptura dos dizeres legitimados, estabelecendo uma nova ordem enunciativa e promovendo a visibilidade de vozes até outrora silenciadas.

---

<sup>34</sup> A noção de texto como unidade de sentido, segundo Orlandi (1998), pode ser entendida como “um todo que resulta de uma articulação- representando, assim, um conjunto de relações significativas ‘individualizadas’ em uma unidade discursiva”. (ORLANDI, 1998, p. 59).

<sup>35</sup> LAGAZZI, Suzi. **O recorte significativo na memória**. Disponível em: <<http://anaisdosead.com.br/3SEAD/Simposios/SuzyLagazzi.pdf>> Acesso em: 3 abr. 2014.

Se por um lado, o sujeito se projeta numa posição e se inscreve numa formação discursiva para ser chargista e falar no discurso chárstico, por outro, destaca-se o fato de que esse mesmo sujeito tem a ilusão de ser sempre a origem dos seus dizeres. Orlandi (1998) arrola que esse sujeito realiza a função autor “[...] toda vez que o produtor da linguagem se representa na origem, produzindo um texto com unidade, coerência, progressão, não contradição e fim... afetada pela responsabilidade social.” (ORLANDI, 1996, p.69).

A responsabilidade social que afeta o sujeito chargista e que, conseqüentemente, atribui a ele um efeito de autoria pode levá-lo ao caminho de uma possível inscrição na posição-sujeito porta-voz.

Primeiramente, torna-se premente abarcar a charge enquanto discurso, olhando sempre para sua exterioridade. Muito embora o enunciado chárstico possua características linguísticas que se assemelham às da crônica (como exemplo, a questão da escolha factual), entretanto, a charge possui pontos de deriva que regulam a pluralidade dos sentidos: “todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico- sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis (para nós, deslizos, efeitos metafóricos) oferecendo lugar à interpretação.” (PÊCHEUX, 1991 apud ORLANDI, 1998, p.82).

Com base nisso, torna-se importante analisar quando se tornam visíveis os lugares de deriva no discurso chárstico. Por isso vale ressaltar a importância de detectar “os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos...” (Ibid, p. 87). É nesses pontos de deriva, onde se materializam as tomadas de posição-sujeito, que nos interessa analisar se o chargista se projeta como um possível porta-voz.

### 3.2 O DISCURSO POLÍTICO: O LUGAR DISCURSIVO DO PORTA-VOZ

Não há como folhear um jornal e deixar de ler as charges que nele se encontram. Pois, Rabaça e Barbosa (1978) afirmam que a charge expressa, em seu enunciado, uma crítica política, porém de forma humorada. Além disso, o chargista leva o leitor a concordar com o

seu discurso ao expressar, segundo Baronas (2009), uma linha tênue de opinião. Essa linha tênue de opinião sobre o político faz o chargista se inscrever no discurso político?

Não se pode pretender falar do discurso político sem tomar simultaneamente posição na luta de classes, pois, na realidade, essa tomada de posição determina, na verdade, a maneira de conceber as formas materiais e concretas sob as quais as “ideias” entram em luta na história. (PÊCHEUX, 1990a, p. 246).

Com base na tese de Althusser (1985) de que “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” (ALTHUSSER, 1985, p.81), a luta de classes ocorre por meio das ideologias como práticas sociais de sujeitos interpelados. Ainda com a assunção sempre precisa de Althusser (1985). “em cada ideologia o lugar do sujeito é ocupado por entidades abstratas, Deus, Humanidade, o Capital, a Nação, etc...” (Ibid, p. 8). Portanto, na ideologia política, o lugar do sujeito enquanto cidadão de direito é ocupado por seu representante. Cabe então investigar se o lugar do porta-voz (PÊCHEUX, 1990b) pode ser ocupado pelo chargista.

O representante, ao ocupar o lugar do sujeito na ideologia política, possibilita compreender a ocupação do chargista no lugar de um sujeito porta-voz nas charges. Nessa concepção, torna-se premente analisar nas charges de que forma é possível a projeção desse chargista. Para isso, retomamos a questão do representante político em Rosseau (1753) e Guilhaumou (1989).

O porta-voz para Rosseau (1753) é o resultado de uma representação política. Mas uma representação sem pautar nas condições de *produção*, ou seja, sem a exterioridade. É uma posição dada, isto é, pré-determinada. Ainda segundo ele, “a palavra do representante não está no lugar da palavra do povo; ela é a sua expressão imediata”. (ROSSEAU, 1753 APUD ZOPPI-FONTANA, 1997, p. 74).

Por outro lado, pensando-se no porta-voz como uma posição-sujeito que se consolida por aquilo que é exterior à linguagem, Michel Pêcheux (1997) propõe uma teoria não-subjetiva da subjetividade ao afirmar que “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”, (PÊCHEUX, 1997, p. 161) cabendo, portanto, questionarmos se o chargista se projeta em porta-voz pelo discurso político.

Em resumo, a ideologia se materializa no discurso e este, na língua cujo sujeito falante se sujeita a ele, ou seja, “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina”. (Ibid, p. 214). Logo, para que o sujeito fale no/sobre o discurso político é necessário que ele seja

afetado pelos processos de identificação, isto é, se ele, possivelmente, identifica-se, contra-identifica-se ou se desidentifica com a referida formação discursiva.

Para que ocorra o processo de identificação, o sujeito tem de se projetar numa posição no discurso. Nessa tomada de posição, ocorre a identificação do sujeito falante ao “sujeito universal (ou sujeito do saber)” que “é interpelado e se constitui em sujeito ideológico”. (GRIGOLETTO, 2005, p. 3).

A projeção do sujeito na posição-sujeito porta-voz ocorre na possibilidade da “língua legítima<sup>36</sup> do povo” (GUILHAUMOU, 1997, p. 74) se materializar em discurso político<sup>37</sup> pela “língua do saber político enunciada pelo poder do Estado” (Ibid, p. 74). É assim também que ocorre a identificação do sujeito porta-voz com o discurso político.

Das contribuições teóricas de Guilhaumou (1997) e de Pêcheux (1990), esse é o modo no qual se faz emergir o sujeito porta-voz, não aquele definido pelo senso-comum, mas sim aquele segundo o movimento discursivo que leva o sujeito a assinar aquilo que Rosseau (1753) denominou de contrato social.

Esse contrato social<sup>38</sup> permite a possibilidade da língua do povo se materializar em discurso político pela língua do saber político enunciada também pelas charges e, conseqüentemente, fazendo o sujeito da charge, ou seja, o chargista se emergir como porta-voz? Porém, antes, vejamos o funcionamento do lugar discursivo do porta-voz.

O porta-voz se expõe ao olhar do poder que lhe afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob o seu olhar. Dupla visibilidade (ele fala diante dos seus e parlamenta com o adversário) que o coloca em posição de negociador potencial, no centro visível de um “nós” em formação e também em contato com o adversário exterior. (PÊCHEUX, 1990b, p. 17).

Antes de tudo, cabe frisar que a dupla visibilidade do porta-voz na charge deve-se fazer presente. Para melhor compreender como o chargista pode se projetar nessa posição, torna-se necessário distinguir os processos discursivos dessa dupla visibilidade, ou melhor, de como o porta-voz fala diante dos seus e parlamenta com o adversário.

O ato de falar diante dos seus torna-se um ato enunciativo. Benveniste ressalta que esse ato “possui propriedade de ser único [...]. Ele é acontecimento porque cria o acontecimento.” (BENVENISTE, 2005, p. 273).

<sup>36</sup> A nosso ver, entendemos “língua legítima do povo” como discurso.

<sup>37</sup> Doravante DP.

<sup>38</sup> De acordo com sua tese central, Rosseau (2002) afirma que o contrato social “é uma forma de associação que defende e protege de toda a força comum a pessoa e os bens de cada associado, e pela qual, cada um, unindo-se a todos, não obedeça portanto a si mesmo, e permaneça tão livre como anteriormente.” (ROSSEAU, 2002, p. 24).

Para Pêcheux (1990), todo dizer, que possui essa propriedade de ser único, está sujeito “ao acontecimento (o fato novo, as cifras, as primeiras declarações) em seu contexto de atualidade e no espaço de memória que ele convoca e que já começa a reorganizar.” (PÊCHEUX, 1990b, p. 19).

A proposição de Benveniste (2005) é postular o acontecimento enunciativo como efeito de unicidade do dizer produzido pelo sujeito enunciador da enunciação. Pêcheux (1997); porém, propõe um dizer que se sujeita às tensões da luta ideológica e que, delas, pode causar o rompimento da formação discursiva a partir da desidentificação do sujeito, esburacando-a e instaurando uma nova FD no discurso.

Na enunciação, o locutor, o enunciador e o autor são marcados de acordo com as suas funções enunciativas, “onde o locutor é aquele que se representa como “eu” no discurso, o enunciador é a perspectiva que esse “eu” constrói, e o autor é a função social que esse “eu” assume enquanto produtor da linguagem.” (ORLANDI, GUIMARÃES, 1988, p. 24). Para concluir a possibilidade de inscrição do chargista na posição de porta-voz, o que mais nos interessa desses “eus” é o “eu” autor. O “eu” que pode traçar a função social do chargista, ou seja, o “eu” que é capaz de assinar o contrato social, garantindo a legitimidade desse contrato pelo efeito-autor.

A função social do “eu” chargista, de acordo com Sousa, marca a especificidade da charge que é falar do político pelo humor. Uma vez imbuído dessa responsabilidade social, o chargista está a um passo de assinar o contrato social do porta-voz, ou seja, tornando possível que a língua do povo se materialize em discurso político pela língua do saber político enunciada também pelas charges.

Tomando-se a charge como texto, delinear os traços enunciativos de um sujeito que tem a ilusão pela responsabilidade dos seus dizeres torna-se tarefa primordial para analisar os efeitos de autoria do chargista. A partir das análises, interessa marcar no discurso chárstico aquilo que é do ato de fala característico de um porta-voz que fala para os seus, e aquilo que é parlamentado com o adversário interlocutor. Esse encontro de vozes do ‘eu’ enunciativo e do ‘eu’ discursivo que marca a dupla visibilidade do porta-voz, segundo Zoppi-Fontana (1997), só se torna possível pela mediação:

A figura do porta-voz é definida como um funcionamento enunciativo de mediação da linguagem, como forma nova de enunciar a palavra política, através da qual um sujeito pertence a um grupo, e reconhecido pelos outros integrantes como igual, destaca-se do resto como centro visível de um nós em formação, que o coloca em posição de negociador potencial com o poder constituído. (ZOPPI-FONTANA, 1997, p. 20).

O porta-voz é visto pela autora como um sujeito inscrito em uma posição que leva consigo o poder da igualdade ao se tornar “reconhecido pelos integrantes”, mas que também carrega o poder constituído ao se colocar em posição de negociador potencial. Nessa contradição política do/ no GGB de se tornar igual por pertencer a um grupo social e de se distinguir do referido grupo por se tornar negociador da palavra política só é possível em razão de o porta-voz se submeter ao contrato social (GUILHAUMOU, 1989). Para Zoppi-Fontana (1997), do contrato social, depreende-se a contradição:

A contradição constitutiva que afeta o funcionamento enunciativo<sup>39</sup> do porta-voz, contradição que consiste no fato de essa representação ser produzida através de processos discursivos de identificação e diferenciação que igualam/ distinguem ao mesmo tempo o porta-voz do grupo enunciatário que ele representa. (ZOPPI-FONTANA, 1997, p. 76).

Se o contrato social é o resultado de o sujeito traduzir a língua legítima do povo materializando-se no discurso político pela língua do saber político enunciado pelo estado, o contrato social do porta-voz torna-se um modo de o sujeito identificar-se com a formação discursiva política.

Considerando-se a inscrição do porta-voz e do chargista no discurso político, cabe compreender se as charges sobre Marco Feliciano trazem essas marcas enunciativas/discursivas que são constitutivas do sujeito porta-voz. No capítulo anterior, vimos que o chargista possui uma responsabilidade que o leva a adquirir uma função social, falando do político através do humor. Essa predisposição à responsabilidade pode ser um fator primordial para que ele assine o contrato social do porta-voz.

Parafraseando Zoppi Fontana (1997), cabe salientar que os processos discursivos do enunciado do sujeito porta-voz afetada pelo político produzem um efeito de contradição. Se por um lado o enunciado do porta-voz se identifica com o seu grupo representado, por outro ele pode causar estranhamento. Em um determinado momento, percebe-se que o processo de identificação do porta-voz com o seu grupo deixa de existir. O porta-voz deixa de mobilizar a memória discursiva de seus representados. Nesse laço social, Conein (1981) então advoga que:

---

<sup>39</sup> Considera-se que o funcionamento enunciativo do porta-voz é visto “como forma histórica de representação do sujeito da enunciação política... afetado pela inscrição do sujeito do discurso em diversas e conflitantes FDs.” (ZOPPI-FONTANA, 1997, p. 77).

O que nunca é introduzido no enunciado do porta-voz é aquilo que o povo diz ou disse. O discurso do relatado é estranho ao discurso do porta-voz. A representação do povo como locutor (discurso relatado) está ausente, e a possibilidade de que o povo ocupe um lugar de orador está excluída, pois anularia a função do porta-voz”. (CONEIN, 1981 apud PÉCHEUX, 1990b, p.19).

Vale afirmar que é nessa transição de reivindicar para o ato de negociar com o seu adversário é que pode ocorrer a visibilidade do acontecimento. Isso remete ao fato de que o porta-voz expõe diante do seu interlocutor um dizer que possivelmente venha a se identificar com o dizer do adversário sendo capazes de se enquadrar numa mesma formação discursiva ou em outra em formação, silenciando a voz do grupo no qual ele representa. Por isso, é importante verificar por meio das análises discursivas se o chargista enquanto porta-voz pode silenciar os dizeres do seu grupo representado torna-se fundamental para compreender o movimento do discurso político.

Se o porta-voz se submete ao contrato social ao traduzir a língua do povo no discurso político, concedendo voz aos seus representados, o chargista, de acordo com Sousa (2014), inscrito no discurso do humor, só é autorizado a falar sobre/ no político desde que se utilize dos recursos do humor<sup>40</sup>. Ou seja, o chargista também só se inscreve nessa posição-sujeito como tal, apenas pela função social do humor político. Logo, o contrato social enquanto exterioridade pode movimentar o chargista para se emergir como porta-voz.

Com relação ao contrato social do porta-voz, através de suas metáforas, Lula realizava essa operação material de transformar, transportar e transferir a língua do povo para o discurso político<sup>41</sup> pela língua do saber político, ressignificando, como porta-voz do povo brasileiro “o que é governar”. (DALTOÉ, 2011, p. 195). Zoppi-Fontana ainda afirma que “para que a palavra do representante seja legítima, ela deve coincidir necessariamente com a do povo representado e, para isto, é preciso que ela se institua no instante mesmo em que o povo se constitui como povo”. (ZOPPI-FONTANA, 1997, p. 74).

Uma das formas de traduzir a língua legítima do povo no político são as metáforas de Lula enquanto presidente da república. Seu enunciado coincide com ao do povo por ele representado: “[...] de vez em quando inventam uma briga entre Congresso e Executivo, Legislativo e Judiciário. Ninguém aqui é freira e santa, e não estamos num convento.” (LULA, 2009 apud DALTOÉ, 2011, p. 26). Conseqüentemente, isso leva ao presidente daquele período a se projetar na posição de porta-voz, não pelo efeito metafórico,

---

<sup>40</sup> SOUSA, Waldenia. **O discurso político-humorístico do gênero charge**. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/viewFile/343/396>> Acesso em: 11 jan. 2014.

<sup>41</sup> Doravante DP.

mas na possibilidade de ocorrer a tradução da língua do povo para o DP pela língua do saber político.

Nessa conjuntura, as análises das charges permitem identificar a impressão da autoria no chargista e se ele é determinado pela responsabilidade social da função-autor, da função social do chargista e pela assinatura do contrato social do porta-voz. Além disso, analisar se o movimento do discurso leva a responsabilidade social do chargista a assinar o contrato social do porta-voz: permitir que a língua legítima do povo se materialize no discurso político pela língua do saber político (GUILHAUMOU, 1989 apud ZOPPI-FONTANA, 1997, p. 74) enunciada pelas charges. Isso permitirá afirmar se o chargista se projeta no discurso como porta-voz, falando enunciativamente para os seus e parlamentando com o adversário interlocutor, sugerindo um nós em formação. (PÊCHEUX, 1990b, p. 17).

A nosso ver, a inscrição do sujeito chargista na FD política produz um gesto político capaz de questionar a formatação atual da CDHM. Historicamente criada em 1995 para atender às solicitações da Conferência da ONU sobre Direitos Humanos em Viena (1993), e, principalmente da sociedade brasileira, ela, na sua atual condição política, é uma instituição inserida num modelo social que reproduz a ideologia religiosa pautada no judaísmo-cristão. São valores semelhantes àqueles da Organização Católica Tradicionalista e Conservadora Brasileira da década de 60, pautados na tradição, família e propriedade.

Se analisarmos esse panorama mais a fundo, veremos que desde a antiguidade atrás a igreja esteve articulada com o Estado. Na Grécia antiga temos registros de que as atividades políticas do senado estavam ligadas aos Deuses do Olimpo. Há também diversos registros históricos de que na idade média aqueles que discordavam dos princípios da igreja católica eram inquiridos impiedosamente com o auxílio da repreensão do Estado. Portanto, tanto a história nacional quanto a mundial mostram que a igreja sempre caminhou lado a lado do Estado.

Mas, a constituição de 1988 garante em seu inciso I do artigo 19 que o Estado seja laico, isto é, que seja vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o estabelecimento de “cultos religiosos ou igrejas<sup>42</sup>”. Ao perceberem a articulação da bancada evangélica para eleger o pastor/deputado Marco Feliciano para presidente da CDHM, os chargistas produzem um gesto político que visa questionar essa aproximação entre o discurso

---

<sup>42</sup> BRASIL, República Federativa. **A Constituição Federal**. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988\\_04.02.2010/CON1988.pdf](http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_04.02.2010/CON1988.pdf)>. Acesso em: 16. mar. 2015.

político e o religioso, colocando em questão a representatividade desse “porta-voz” das minorias.

Não nos esqueçamos de que a CDHM possui em seu bojo também a luta pelas Minorias. Tendo em vista aquele ditado que “quando se dá direito a alguns, dá-se deveres aos outros”, a prática do chargista se direciona para um gesto político no dever de conceder voz política para aqueles que estão às margens de uma sociedade de direitos e deveres.

### 3.3 A CONSTRUÇÃO DA CHARGE NO DISCURSO JORNALÍSTICO

Como já afirmamos, a primeira charge do Brasil foi publicada no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro em 1837. Quase dois séculos após a sua primeira publicação, ela ainda continua sendo, deliberadamente, veiculada nos editoriais dos jornais, lugar onde circulam os artigos de opinião.

Mariani (1998) aponta que o discurso jornalístico<sup>43</sup> está fundado sob a ilusão de ser imparcial, devido ao funcionamento do DJ ter criado o mito da imparcialidade. Mas essa imparcialidade é apenas uma ilusão. Flores (2011) desenvolve a noção de ilusão de jornalismo-verdade ao afirmar que:

Podemos considerar o discurso jornalístico semelhante a um discurso pedagógico, em sua forma autoritária, porque no discurso pedagógico autoritário, o professor detém o saber, disponibilizando esse saber para os alunos por meio de estratégias que fazem parecer que o que ele diz é uma verdade incontestável, tirando do aluno a chance de questionamentos. (FLORES, 2011, p. 44).

Isso quer dizer que o discurso jornalístico legitima certos dizeres e silencia outros, funcionando nos mesmos moldes que os AIE. Do mesmo modo que o texto charge pode se inserir no discurso jornalístico, conseqüentemente, ele também pode ser considerado um discurso autoritário no qual inibe qualquer chance de o seu sujeito-leitor apontar questionamentos por estar movido também pela ilusão do jornalismo-verdade.

Por mais que os jornais funcionem instituindo uma ordem e fazendo “circular os sentidos que interessam às instâncias que o dominam” (GRIGOLETTO, 2007, p. 81) e remetendo a ideia de que o DJ se baseia na ilusão do jornalismo-verdade, não se pode afirmar

---

<sup>43</sup> Doravante DJ.

de antemão que o discurso chárstico é um discurso autoritário, até mesmo por que o “discurso tem um funcionamento dominante autoritário, ou tende para o autoritário.” (ORLANDI, 2001, p. 87).

Muito embora haja uma diferença crucial quanto à materialidade significativa entre o discurso chárstico e o discurso jornalístico, sendo este determinado pela clivagem do mito da imparcialidade e aquele, da parcialidade, isso não exime de afirmar que o DC ao se imbricar no DJ, pode se submeter à circulação dos sentidos que interessam aos jornais. Até mesmo porque o discurso chárstico funciona com base no apoio de outras materialidades significantes para que ele possa produzir efeitos de sentido. Isso quer dizer que a produção dos efeitos de sentido do discurso chárstico pode se condicionar à circulação dos conteúdos do discurso jornalístico de acordo com os seus interesses.

Com relação à circulação dos conteúdos, cabe tomarmos o DJ atravessado pelo discurso da mídia no qual podemos compreender como a figura política de Marco Feliciano bem como a sua forma de representação é retratada pela mídia e pelo discurso jornalístico e, conseqüentemente, o impacto que esse retrato pode projetar no ofício do chargista para a construção das suas personagens no DC.

Outro ponto a ser destacado é a questão da desqualificação do político. Do ponto de vista do senso comum, se considerássemos o pastor/deputado Marco Feliciano como um porta-voz da CDHM que fala em nome dos conservadores, pensaríamos na possibilidade de o chargista retratá-lo em seu discurso chárstico como uma forma de desautorizá-lo ou desqualificá-lo como tal e podendo emergir o próprio chargista como porta-voz (PÊCHEUX, 1990b).

Mas caso essa desqualificação se concretize, ela pode ser vista apenas como um ato enunciativo ou como um possível efeito do movimento discursivo do chargista inscrito na posição-sujeito porta-voz. Uma análise discursiva das charges com base nas condições de produção podem fornecer subsídios para compreender a desqualificação do político.

A circulação dos conteúdos no DJ leva “a imprensa a lançar direções de sentidos a partir do relato de determinado fato como pode perceber tendências de opinião ainda tênues e dar-lhes visibilidade, tornando- as eventos-notícias<sup>44</sup>.” (MARIANI, 1998, p. 59).

Se o DJ tem o poder de fazer circular os sentidos que lhe interessa, dar visibilidade às tendências de opinião e estabelecer critérios para a publicação dos eventos-notícias, tal como o interesse, isso quer dizer que o DJ possui um discurso que pode causar

---

<sup>44</sup> Os eventos- notícias são o “entrelaçamento entre os eventos políticos e a notícia”. (MARIANI, 1998, p. 59). De outros modos, os processos que levam os eventos políticos a se tornarem notícias com base nos critérios.

um efeito de controle sobre o sujeito, legitimando os sentidos que lhes convém e levando os sujeitos desse discurso a se subordinarem a ele pelos processos de identificação.

Esse controle se dá na perspectiva do DJ ser considerado como um discurso “sobre.” (MARIANI, 1998, p. 60). Conforme Mariani (1998) advoga, “os discursos ‘sobre’ atuam na institucionalização dos sentidos, portanto no efeito de linearidade e homogeneidade da memória.” (MARIANI, op. cit., p. 60). Esse efeito de linearidade e homogeneidade da memória são efeitos que legitimam os sentidos que interessam ao DJ.

Em resumo, o DC também pode funcionar na linearidade e homogeneidade da memória, muito embora não descartamos a possibilidade de o chargista romper com esses fatores ao se posicionar como sujeito porta-voz, capaz de reconstruir a memória discursiva dos seus representados.

Se por um lado, o DJ se constitui por um discurso autoritário, por outro, trata-se de um discurso cuja forma-material é abrangente e polifônica. Esse paradoxo do DJ pode ser mais bem compreendido se adotarmos a perspectiva de que ele é capaz de institucionalizar sentidos, por isso o seu caráter homogêneo. Mas para Grigoletto (2007), é um discurso que está imbricado em diferentes materialidades, daí então o seu caráter heterogêneo, (2007), é “um discurso constitutivamente heterogêneo, já que abriga, na sua materialidade, diferentes sujeitos e, conseqüentemente, diferentes vozes, diferentes ordens de saberes [...]” (GRIGOLETTO, 2007, p. 1).

No batimento homogeneidade *versus* heterogeneidade do DJ, ou seja, na dualidade entre a institucionalização dos sentidos e a constituição de diversas vozes no discurso jornalístico, como essa dualidade se aplica na construção do discurso chágico no DJ?

O DC é abarcado pelo efeito de homogeneidade do DJ devido à circulação dos conteúdos que interessam aos jornais nos quais a charge se imbrica materialmente, contribuindo assim para que sejam institucionalizados efeitos de sentidos que se legitimam. Nesse processo parafrástico, a charge procura “manter o sentido igual sob diferentes formas.” (ORLANDI, 1984, p. 11).

Mas, tendo em vista que a charge é construída sob diferentes formas, imbricando-se em diferentes materialidades significantes (imagens, caricaturas, símbolos, etc.), segundo Baronas (2009), “a charge possibilita que os sentidos sejam sempre outros” através de um processo polissêmico “que, na linguagem, permite a criatividade. É a atestação da relação entre o homem e o mundo. A tensão entre esses processos instala o conflito e o legítimo (o produto institucionalizado) e o que tem de se legitimar.” (Ibid, p. 11).

Mesmo sendo oriundas do DJ, nos dias atuais, as charges não são somente veiculadas nos jornais. Elas se difundem também no meio digital, em sites e blogs, lugares onde a institucionalização dos sentidos se abre para o alhures, para o deslize, os pontos de deriva, etc.

### 3.4 O DISCURSO DIGITAL: UM NOVO ESPAÇO ENUNCIATIVO DA CHARGE

A veiculação da charge, como já foi exposta no capítulo anterior, é oriunda do discurso jornalístico. Mas, nos dias atuais, com o advento da internet, sua veiculação se expandiu para o meio digital, como em *sites* e *blogs*. Tendo em vista que a assunção de Marco Feliciano ao cargo de presidente da CDHM foi motivo de insatisfação da sociedade, o meio digital tornou-se lugar de organização para manifestações políticas, capaz de mobilizar grupos e até instituições.

Como o objetivo geral é analisar o chargista como um possível sujeito porta-voz, torna-se importante olhar para as charges que circulam em ambientes de maior visibilidade considerando também sua relevância no meio digital. Por isso, o *corpus* de pesquisa das charges a respeito do pastor/ deputado Marco Feliciano passam pelos sites do Grupo Gay da Bahia, do Humor Político e pelo Portal Fiel.

A exemplo, cita-se o site do “Grupo Gay da Bahia”. O grupo divulgou a manifestação de caráter expositivo com o tema “Fora Feliciano: Caricaturas e Charges Contra a Homofobia” nas quais foram expostos 50 cartuns contra a homofobia<sup>45</sup>.

Além disso, o site Humor Político, filiado à Rádio e Televisão Record S/A e idealizado pelo jornalista Diogo Ramalho, também publicou suas charges a respeito da assunção de Marco Feliciano à presidência da CDHM, uma vez que a maioria dos membros da equipe do site são chargistas e cartunistas.

Nessa conjuntura, o site Portal Fiel, idealizado e gerenciado pelo Departamento de Informática do Grupo CASA- Centro de Atenção Social Amém, possui um link dedicado às

---

<sup>45</sup> GGB. **17 de maio de 2013**: Exposição Fora Feliciano reúne caricaturas e cartoons contra homofobia. Disponível em: <<http://www.ggb.org.br/exposicao%20fora%20feliciano%20ggb%202013.html>>. Acesso em: 05 out. 2014.

charges na qual expôs uma delas relacionada à assunção do pastor/ deputado ao cargo de presidente da CDHM.

Tendo em vista que a charge se articula com diferentes formas de significação, não descartamos que haja processos discursivos característicos do meio digital capazes de permitir novas imbricações. Cabe salientar que a sua inserção ocorre através do modo como o texto charge se arquiva na internet, ou seja, por meio da memória metálica:

Sua particularidade é ser horizontal (e não vertical, como a define Courtine), não havendo assim estratificação em seu processo, mas distribuição em série, na forma de adição, acúmulo: o que foi dito aqui e ali e mais além vai se juntando como se formasse uma rede de filiação e não apenas uma soma, como realmente é, em sua estrutura e funcionamento. (ORLANDI, 2010, p. 9).

Uma vez inserida no meio digital, o discurso chárstico na internet pode formar uma nova rede de filiação que não esteja apenas vinculada ao discurso chárstico, político e jornalístico. Isso abre as fronteiras porosas do DC capaz de possibilitar ao sujeito chargista se inscrever em outras formações discursivas e, assim, produzindo diversos efeitos de sentido.

Além do processo discursivo horizontal natural da memória metálica, cabe salientar que uma charge inserida no discurso digital pode abarcar a imbricação de materialidades significantes próprias desse discurso, tais como postagens, enquetes, etc. Por sua vez, essas materialidades podem permitir a ocorrência de uma representação peculiar do enunciador chárstico.

Os *links* e as áreas para postagens de comentários existentes nos *sites* em que as charges são veiculadas são exemplos de elementos do discurso digital que podem formar uma rede de filiação possível de ocorrer uma diferente representação do –eu discursivo. Guimarães (1988) afirma que o locutor pode “[...] marcar-se como eu no texto”, “[...] ocultar-se na impessoalidade” ou ainda “[...] representar-se como responsável pela enunciação, representar-se como locutor-enquanto-pessoa, como origem do discurso.” (GUIMARÃES, 1988, p. 25).

De forma natural, a charge já possui um estatuto discursivo em que o chargista usa do humor e da crítica política sem necessariamente se automarcar explicitamente no próprio discurso, ou seja, o chargista dificulta a sua identificação enquanto locutor que fala. Prova disso é o fato de o chargista, em geral, não falar pela via do que a gramática tradicional intitula como discurso indireto livre, cuja marcação do locutor é mais visível. O uso das personagens no discurso direto livre camufla a marcação do chargista enquanto locutor, porque os elementos dêiticos que marcam a pessoa no discurso e que estão presentes no discurso indireto se ausentam no discurso direto.

Porém, isso não quer dizer que a posição do chargista no discurso não seja clara de se identificar, até porque os atravessamentos discursivos nas charges permitem verificar em quais FDs o chargista se inscreve, mais precisamente as posições-sujeito nas quais ele pode se projetar. Logo, o que nos interessa é verificar se o chargista pode “representar-se como responsável pela enunciação, representar-se como locutor-enquanto-pessoa, como origem do discurso” (GUIMARÃES, 1989, p. 25).

A soma da presença desse tipo de locutor, capaz de responder a pergunta “quem fala”, a tradução da língua legítima do povo “em nome de quem se fala” e a parlamentação com o adversário na forma de “para quem se fala” no discurso político podem marcar a possível responsabilidade social do chargista em se projetar como porta-voz.

Isso pode levar a um efeito de autoria do chargista que permitiria analisar discursivamente se ele se porta na ilusão de que é a origem do seu dizer, produzindo, inclusive, um efeito de fim, conforme Gallo (1992), ao partir do discurso da escrita para compreender a autoria do sujeito:

Os textos inscritos no Discurso da Escrita, obviamente originaram-se na forma linguística grafada, mas tendo passado por um longo processo de institucionalização e legitimação dos seus sentidos, esses textos, hoje, podem apresentar-se de muitas formas, por exemplo, na forma audiovisual, como no jornal televisivo, ou como uma música executada por uma orquestra sinfônica...Enfim, o importante, neste caso, é ser um produto “acabado”, com efeito de “fim” e legitimidade, ou seja, com EFEITO-autor. (GALLO, 1992, p. 3).

Vale salientar que a legitimidade é um fator imprescindível para que o chargista se projete como porta-voz. Vimos que se torna também necessário que ele se apresente como locutor-enquanto-pessoa para que a sua posição seja devidamente marcada no discurso no qual o chargista se inscreve. Isso demandaria em uma responsabilidade social suficiente para que ocorra a sua projeção pelo efeito de autoria.

Questionamos se essa rede de filiação característica do discurso on line e seus diversos elementos tais como os links e as áreas de postagens de comentários podem ratificar a legitimidade do chargista como possível porta-voz.

#### 4. CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO: UM GESTO POLÍTICO DE ANÁLISE

É certo que a consideração da charge como texto ocorre não somente pelo atravessamento do ideológico, mas do histórico e do social. O que nos faz olhar para as condições de produção das charges são os diversos atravessamentos que afetam a sua produção de sentidos. O urbano e o digital são os cenários principais onde ocorreu a luta ideológica nas charges sobre Marco Feliciano no ano de 2013. E é sobre a análise discursiva desse *corpus* que nos interessa realizar.

Como possível gesto de interpretação e de análise, resta-nos investigar os vestígios ideológicos nas charges sobre Marco Feliciano. O objetivo principal, como já foi dito anteriormente, foca-se em investigar se as possíveis pegadas do chargista podem ser consideradas como marcas de um sujeito porta-voz que se move discursivamente da função social do chargista em direção à assinatura do contrato social do porta-voz, traduzindo a língua legítima do povo e materializando-a em discurso político pela língua do saber político enunciada pelo poder da charge.

Para alcançar tal objetivo mobilizaremos duas importantes ferramentas de análise discursiva, sendo elas a metáfora e a memória discursiva, como também olharemos para a exterioridade da charge como texto, isto é, analisaremos discursivamente as charges sobre Marco Feliciano através das suas condições de produção.

Do urbano, vejamos como foi organizada e articulada a exposição do Grupo Gay da Bahia. Do digital, os espaços onde as charges foram principalmente veiculadas, sendo eles: o blog da Record, o “Portal Fiel” e o jornal “O Povo”. As instituições Rede Record e o Portal Fiel são lugares onde o discurso religioso pode se materializar efetivamente. Por outro lado, o jornal “O Povo” por se tratar de um jornal de grande referência do estado do Ceará cuja imparcialidade nesse discurso institucionalizado é um mito, cabe também analisar as tendências de opinião jornalística na charge.

Por isso, pretendemos realizar o recorte do material chárstico para analisá-lo discursivamente. De antemão, entende-se por recorte o “fragmento da situação discursiva” que “varia segundo... a configuração das condições de produção.” (ORLANDI, 1984, p. 14). Isso nos leva a entender que para realizar o recorte do material de análise deverá ser levado em conta à exterioridade, ou seja, o gesto de análise.

Quando falamos que realizar um recorte é levar em consideração as condições de produção, podemos afirmar que não nos interessa realizar uma análise do código linguístico,

ou seja, dos aspectos intralinguísticos e muito menos dos fatores relacionados à linguística imanente.

Interessa-nos o social, a historicidade e as formações ideológicas que permitem identificar a produção dos diferentes efeitos de sentido no objeto de análise, sobretudo da possibilidade de o chargista se posicionar como um sujeito porta-voz, concedendo voz política a alguns e anulando outras vozes.

Como já frisado em capítulos anteriores, as marcas ideológicas presentes nas charges serão analisadas através do acionamento da memória discursiva, ou seja, através do “já-dito que possibilita todo dizer” (ORLANDI, 1999, p. 64), por meio da metáfora, isto é, através “de elementos significantes que se confrontam e que não podem ser pré-determinados”. (PÊCHEUX, 1975 apud ORLANDI, 1998, p. 21).

Esses dispositivos analíticos permitirão analisar discursivamente as tendências de legitimação de determinados efeitos de sentidos presentes nas charges, assim como também analisar a existência de pontos de deriva passíveis de ocorrer rupturas com a ideologia dominante e possíveis discursos que se tendem a legitimar. Além disso, cabe verificar se, decorrente dessas rupturas, o chargista se projeta na posição-sujeito porta-voz, sem também perder o compromisso de identificar a produção de diferentes efeitos de sentido nas charges.

Sendo o *corpus* discursivo para análise entendido “como um conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a certo Estado das condições de produção do discurso” (COURTINE, 2009, p.54), cabe ressaltar que as charges que compõem o *corpus* discursivo são charges que fizeram parte da exposição urbana organizada pelo GGB e charges que foram publicadas no espaço digital Humor Político subordinado a Central Record, no Portal Fiel e no jornal “O Povo”.

As charges de rua que fizeram parte da manifestação do GGB são “Em nome do Pai”, “Davi & Golias” e “A Origem das Espécies”. As que foram veiculadas na mídia e que fazem parte deste *corpus* discursivo são “Feliciano diz que só deixa a Comissão da Câmara se Morrer”, charge publicada no jornal “O Povo”, “PL 122” publicada no Portal Fiel, *site* do Centro de Atenção Social Amém, e “Joelma Compara Homossexuais a Drogados” publicada no blog “Humor Político” da Rede Record.

#### 4.1 A EXPOSIÇÃO DO GGB

A exposição do GGB ocorreu numa quarta-feira do dia 1º de maio de 2013, às 18h30min no Pelourinho em Salvador, com o objetivo de protestar nas ruas contra a escolha de Marco Feliciano como presidente da CDHM. A exposição contou com 27 artistas brasileiros, entre eles cartunistas e chargistas de ofício, que questionaram a representatividade do pastor/deputado. Além disso, foram expostas 50 charges a respeito do então eleito, na época, presidente, sendo a exposição aberta à população.

Em se tratando de divulgação e organização, a exposição realizada pelo GGB comparou-se com as paradas gays. Houve ampla divulgação na mídia, como as chamadas nos *sites*. Muitos cartunistas e chargistas escolhidos para participarem da exposição eram artistas e jornalistas renomados que fazem suas charges também para os jornais impressos, tais como os chargistas e cartunistas Simanca e Cau Gomez do jornal “A Tarde” de Salvador.

Isso quer dizer que essas charges no período pós-exposição poderiam ganhar contornos ainda mais significativos. Pois a filiação dos cartunistas e chargistas nos jornais impressos permitiria que essas charges ainda circulassem não apenas no site do Grupo Gay da Bahia, mas também nos jornais onde esses chargistas de ofício estão vinculados. O reflexo disso, por um lado, é o aumento significativo da força da charge como também o aumento expressivo do movimento LGBT para a saída de Marco Feliciano da presidência da CDHM.

#### 4.2 A CENTRAL RECORD DE COMUNICAÇÃO

A Central Record de Comunicação, com suas atividades não somente ligadas à rede de televisão, foi fundada por Paulo Machado de Carvalho no de ano de 1953. Historicamente, ela é considerada a emissora mais antiga do Brasil. No ano de 1989, ela foi comprada pelo pastor Edir Macedo, eleito pela revista Forbes pela terceira vez<sup>46</sup>, o pastor

---

<sup>46</sup> ESTADO DE MINAS. **Edir Macedo e mais sessenta e quatro estão em lista do 64 bilionários da Forbes**; Eike fica de fora. Disponível em: <[http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2014/03/03/internas\\_economia,504187/edir-macedo-e-mais-64-estao-em-lista-de-bilionarios-da-forbes-eike-fica-de-fora.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2014/03/03/internas_economia,504187/edir-macedo-e-mais-64-estao-em-lista-de-bilionarios-da-forbes-eike-fica-de-fora.shtml)> Acesso em: 19dez. 2014.

mais rico do Brasil. Além disso, ele é o fundador da Igreja Universal do Reino de Deus<sup>47</sup>, igreja de cunho evangélico e que adquire, anualmente, um número infindável de fiéis.

Tendo em vista a aquisição da emissora pelo referido pastor, é importante destacar que a partir de 1989 a Rede Record sofre uma clivagem religiosa que irá excluir vários programas de televisão em detrimento de outros, desde que esses estivessem filiados à religiosidade. As minisséries sobre a Bíblia, os desenhos bíblicos e as pregações das IURD são os principais programas ligados à religiosidade que irão compor o rol da programação da emissora até os dias atuais.

O poder de mídia da Central Record de Comunicação ultrapassa os limites da televisão. Ela possui também um *site* institucional que funciona como uma extensão da TV onde é possível assistir vídeos relacionados à programação da emissora, tais como telejornais, programas de auditório, etc. Por outro lado, o *site* também veicula notícias do mesmo modo que os jornais impressos, com seções esportivas, de entretenimento, etc.

Além disso, filiado ao site da Record, encontra-se o blog Humor Político onde charges são veiculadas diariamente. Nessa seção, encontra-se a charge “Joelma Compara Homossexuais a Drogados”, de Elihu Duayer, que, indiretamente, engrandece a imagem do ex-presidente da CDHM Marco Feliciano quanto à sua representatividade.

### 4.3 O PORTAL FIEL

O Portal Fiel, surgido no ano de 2010, é gerenciado por uma associação de evangélicos chamada Centro de Atenção Social Amém do Piauí. A maioria dos seus colaboradores e administradores é evangélica, pertencente à congregação da igreja Assembleia de Deus.

O portal disponibiliza espaço virtual para *chat*, para divulgação de negócios comerciais, etc. Portanto, suas principais atividades do portal giram em torno da divulgação da religião, sejam através de artigos religiosos, eventos, notícias, etc.

Mas o que mais chama a atenção é o subtítulo da seção “Charges” em que sua existência no portal é justificada por serem intituladas como “charges Gospel com temas

---

<sup>47</sup> Doravante IURD.

diversos sobre: Acontecimentos Evangélicos, Bíblia, Políticos e Atualidades. Todos voltados para informar, entreter e edificar<sup>48</sup>”.

Isso nos faz afirmar que os colaboradores do *site* acreditam que através da veiculação da charge gospel é possível evangelizar pessoas, já que, segundo eles, são charges voltadas para edificar o espírito dos leitores.

Uma dessas charges veiculadas no respectivo Portal se chama “PL 122”. Ela foi veiculada nesse portal no ano de 2013. Veicular essa charge no portal é aproximar a formação discursiva religiosa à política, ou seja, a possibilidade de que os efeitos de sentidos legitimados pela instituição igreja continuem a se propagar não apenas nos cultos religiosos, nos programas de televisão e na internet, mas também nas diversas instituições sociais, principalmente àquelas ligadas ao poder do Estado.

#### 4.4 O JORNAL “O POVO”

O empresário Demócrito Rocha fundou o jornal “O Povo” em 17 de janeiro de 1928. Ele tinha o intuito de defender a comunidade do Ceará contra as oligarquias dominantes da época bem como levar o desenvolvimento econômico e social ao Estado<sup>49</sup>.

Rachel de Queiroz, autora consagrada na literatura brasileira, também veiculou parte das suas obras nesse jornal, contribuindo significativamente para que o próprio jornal passasse a se destacar no cenário nacional como jornal institucional de referência. Originalmente o nome do jornal era “O Jornal das Multidões”, devido ao fato, como já salientado anteriormente, estar diretamente ligado à sociedade e ao cidadão comum.

Em 2001 foi fundado “O Povo” *online* onde foi veiculada no ano de 2013 a charge “Marco Feliciano diz que só sai da presidência da Câmara se for morto”, do chargista Clayton Rebouças.

---

<sup>48</sup> WATERS, Mike. **Charges Gospel**- Evangélicos. Disponível em: <<http://www.portalfiel.com.br/charges>> Acesso em: 05. Jul. 2015.

<sup>49</sup> O POVO. **Demócrito dummar é um dos homenageados com medalha da abolição.**

Disponível em:

<<http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2014/03/25/noticiasjornalpolitica,3225729/democrito-dummar-e-um-dos-homenageados-com-medalha-da-abolicao.shtml>> Acesso em: 24 mai. 2015.

Hoje em dia, seu prestígio regional e notoriedade nacional mantêm-se tão evidente que ele é facilmente comparado aos grandes jornais nacionais impressos, tais como “O Globo” e “O Dia”, ambos do Rio de Janeiro, o “Estadão” de São Paulo, etc.

#### 4.5 CHARGE “EM NOME DO PAI”<sup>50</sup>”



Figura 1: Charge “Em Nome do Pai”  
Fonte: GGB, 2013.

Essa charge foi criada pelo chargista mineiro “Cau Gomez” e publicada no dia 17 de maio no site do Grupo Gay da Bahia, fazendo parte da exposição “Fora Feliciano: Caricaturas e charges contra a Homofobia.”

A charge mostra três pessoas sendo revistadas. Dos envolvidos, há uma pessoa negra, uma mulher e uma supostamente homossexual. Todos estão encostados na parede onde o personagem Marco Feliciano aponta, com uma das mãos, o símbolo da cruz nas costas do negro, e com a outra, Marco Feliciano segura a Bíblia e um suposto “saco de dinheiro”. Além disso, ele se apresenta trajando terno e gravata.

Discursivamente, a maneira como Marco Feliciano aborda as pessoas remete ao modo de como os policiais abordariam supostos criminosos: solicitando que permaneçam virados de costas, com as mãos ao alto ou na parede e com as pernas abertas. Essa descrição

<sup>50</sup> GOMEZ, Cau. **Em nome do Pai**. Disponível em: <<http://www.ggb.org.br/exposicao%20fora%20feliciano%20ggb%202013.html>> Acesso em: 18 out. 2014.

permite afirmar que as personagens são retratadas como bandidos, em que a polícia, como aparelho repressor do Estado, garantiria ao povo a manutenção da ordem pública.

Isso vai ao encontro das publicações na mídia a respeito da insatisfação dos grupos minoritários, tais como ativistas negros e gays, pela assunção de Marco Feliciano ao cargo de presidente da CDHM, no sentido de o referido presidente “dar pouca importância” para as reivindicações dos respectivos grupos minoritários e possuir muito mais interesse aos assuntos ligados aos Aparelhos Ideológicos do Estado.

Outro fato importante, é que o pastor-deputado é retratado à direita, e os demais personagens à esquerda, o que nos remete a pensar nas políticas partidárias. Quanto às personagens retratadas à esquerda, podemos analisar que o gay está no meio do negro e da prostituta. Isso nos faz refletir que o movimento LGBT representado pelo GGB possui o apoio de outras minorias, tais como os afrodescendentes e os profissionais do sexo.

Além disso, a ponta mais comprida da cruz está virada para as costas do negro, funcionando como alusão à arma de fogo. O “saco de dinheiro” no qual Marco Feliciano segura com uma das mãos remete a possível materialidade da corrupção política, fornecendo marcas de se tratar de um suposto assalto ou roubo. Disso, depreende-se um efeito de sentido que se atribui a Marco Feliciano o fato de ele ser considerado uma corrupção política.

O efeito metafórico não está apenas na crítica ao dízimo e às ofertas como práticas religiosas que supostamente roubam o fiel dizimista, mas também, se interpretado pelo olhar do político, na relação com a acusação do Ministério Público do Rio Grande do Sul de acusá-lo de estelionato<sup>51</sup>. Nesse sentido, o estelionato materializado pelo saco pode ser compreendido, simbolicamente, como também um roubo aos próprios direitos humanos das minorias. Essas considerações permitem delinear a projeção do chargista nas seguintes posições-sujeito:

PS<sub>1</sub>. ativista do GGB;

PS<sub>2</sub>. chargista;

PS<sub>3</sub>. político;

PS<sub>4</sub>- religioso.

---

<sup>51</sup> OLIVEIRA, Mariana. **Supremo absolve deputado Marco Feliciano de Estelionato**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/05/supremo-absolve-deputado-marco-feliciano-do-crime-de-estelionato.html>> Acesso em: 09 out. 2014.

Sobre a PS<sub>1</sub>, o modo como Marco Feliciano é retratado é de quem não está engajado com os grupos minoritários, tais como o GGB e o movimento LGBT. Engajamento no qual o GGB prioriza e faz Cau Gomez se inscrever como ativista não apenas por participar de uma manifestação do Grupo Gay da Bahia, mas porque sua charge traz marcas que o inscreve no discurso do GGB, como por exemplo, a temática da destituição de Marco Feliciano como porta-voz da CDHM.

Sobre a PS<sub>2</sub>, tendo em vista a afirmação de Baronas (2009) de que o discurso chárstico se forma a partir da “sobredeterminação de um sentido já-dito”, regulando “a possibilidade de os sentidos serem outros” (BARONAS, 2009, p.7) e que se localiza nos editoriais dos jornais, percebe-se que Cau Gomez se projeta como chargista porque, em primeiro, ele parte dos noticiários do jornalismo, ou seja, sua charge se apoia num evento-notícia. Além disso, e, principalmente, ele assume a função social do chargista que é fazer humor pelo político.

Sua inscrição na PS<sub>2</sub> deve-se também ao fato de os chargistas se apoiarem na proposta da mídia em desqualificar o político de Marco Feliciano e, conseqüentemente, desautorizá-lo moralmente, falando o modo sobre o qual Marco Feliciano não venha se inscrever no discurso religioso.

A desqualificação de Marco Feliciano enquanto presidente da CDHM ocorre por meio de um gesto político. Ele desautoriza um sujeito legitimado pelo discurso político a falar para os seus por meio da intimidação e da coerção do personagem aos seus próprios representados, recursos usados pelos Aparelhos Repressivos do Estado que agem como escudos ideológicos dos Aparelhos Ideológicos do Estado. Devido a essas condições, é que o chargista se projeta na PS<sub>3</sub>.

Porém, o modo como ele realiza esse gesto político, o faz assumir a PS<sub>4</sub>. Ele usa diversos elementos presentes no discurso religioso para retratar as charges sobre Marco Feliciano. O discurso religioso<sup>52</sup> funciona no “que ele diz não só nos seus testamentos, nos seus teólogos, nos seus sermões, mas também nas suas práticas, nos seus rituais, nas suas cerimônias e nos seus sacramentos.” (ALTHUSSER, 1985, p. 99). Isso quer dizer que o DR funciona também pela mídia, pelos jornais e pelas charges.

Além disso, Orlandi (2003) advoga que o discurso religioso é caracterizado “como aquele em que fala a voz de Deus: a voz do padre- ou do pregador, ou, em geral, de qualquer representante seu- é a voz de Deus.” (ORLANDI, 2003, p. 243). Embora o chargista

---

<sup>52</sup> Doravante DR.

use os elementos do discurso religioso, a charge revela que ele não se identifica plenamente com os saberes da formação discursiva religiosa. Com base na memória do DR ele produz novos efeitos de sentido.

Isso quer dizer que muito embora haja a imbricação material dos elementos religiosos tais como a cruz e trecho da oração de Jesus, o chargista produz um sentido cuja voz de Deus não fala em Marco Feliciano como autoridade religiosa. O que o chargista faz, por meio do seu personagem, é descaracterizar através do efeito metafórico atribuído a Marco Feliciano o sentido legitimado do discurso religioso.

Porque, de fato, se observarmos a gênese do discurso religioso considerando que a charge abarca as diferentes minorias e a oração “Em nome do Pai”, percebemos que se coloca em funcionamento o discurso anticristão, isto é, na contramão do discurso de Jesus que dava conta de agregar as minorias. Assim, Marco Feliciano não representa a “voz de Deus”, mas sim a voz da discriminação/ preconceito que é incitado por algumas vertentes religiosas. Nessas circunstâncias, a charge parece produzir um efeito de sentido em relação antagônica com o discurso religioso.

O sujeito inscrito no discurso religioso é um sujeito que “está em busca do ser divino- Sujeito pelo sujeito-fiel, para a sua completude, resulta na constituição do efeito-santidade.” (ALMEIDA, 2001, p.35). Esse mesmo sujeito em que a voz fala também se constitui historicamente pelo efeito-santidade<sup>53</sup>. Logo, o efeito de sentido produzido pela charge não se constitui pelo efeito-santidade, tendo em vista que a voz de Deus não fala no personagem Marco Feliciano.

Isso ocorre por meio da sugestão da ruptura de um comportamento ético- religioso de Marco Feliciano como personagem. Esse rompimento na charge é alavancado pela forma na qual a mídia, apoiada pelos movimentos sociais, encontrou de desqualificar o “político”, mais precisamente as “políticas partidárias” (MARIANI, 2007, p. 46) como também as religiosas, como escolha temática das notícias que abrangem o interesse geral. Essa ruptura de um comportamento ético- religioso atribuído a Marco Feliciano é o que desqualifica como porta-voz religioso.

O deslocamento de “Em nome do pai” bíblico para os muros de rua permite pensar no efeito de autoria do chargista pela reformulação dessa sequência discursiva<sup>54</sup> que soa como um questionamento às atitudes de Marco Feliciano: “Em nome do pai?” Como um

---

<sup>53</sup> Para Almeida (2001) “essa busca do ser divino- Sujeito- pelo sujeito- fiel, para a sua completude, resulta na constituição do efeito-santidade, cujo sentido se impõe pelo prevailecimento do espiritual sobre o temporal, ou seja do Sujeito sobre os sujeitos”. (ALMEIDA, 2001, p. 35).

gesto de interpretação, a SD “Em nome do pai” poderia ser entendida como “*Em nome da religião*” publicada como forma de questionar um porta-voz que pode usar a palavra divina para silenciar os grupos minoritários através do poder legitimado da igreja.

Nessa contradição entre o discurso autoritário da igreja (cujos sentidos são sempre unívocos) e a metáfora, é que ele desautoriza Marco Feliciano a falar de modo competente no/sobre o discurso religioso. O efeito é imediato: no momento em que o chargista atribui um efeito de sentido que leva Marco Feliciano a se desidentificar com a formação discursiva religiosa o deixa também de se tornar um porta-voz dos conservadores.

Portanto, isso mostra que o chargista atribui um efeito de sentido que desqualifica o político de Marco Feliciano. O chargista questiona a conduta de um líder legitimado pelo discurso religioso, desconstruindo sua imagem que reverbera na sua conduta moral do discurso político.

#### 4.6 CHARGE “DAVI & GOLIAS<sup>55</sup>”



Figura 4: Charge “Davi e Golias”  
Fonte: GGB, 2013.

A charge Davi & Golias também faz parte da exposição de rua do GGB\_“Fora Feliciano: Caricaturas e charges contra a Homofobia.” Ela foi elaborada por Carlos Latuff. A charge mostra o desenho de um duelo entre Jean Wyllys e Marco Feliciano. Jean Wyllys com

<sup>54</sup> Doravante SD.

uma vestimenta de cidadão greco-romano que, ao segurar um bastão, desfere um golpe em Marco Feliciano. Este, por sua vez, está vestido com uma armadura, portando espada e escudo. Jean Wyllys aparece de forma proporcionalmente menor, sem armaduras. Lendo o título “Davi & Golias” percebe-se que o chargista se inscreveu na formação discursiva religiosa.

Ele atribui a Jean Wyllys a posição-sujeito Davi e a Marco Feliciano, Golias. Davi, de acordo com a Bíblia, vence o gigante Golias ao acertá-lo com uma pedra durante um ataque com sua funda. O bastão segurado por Jean Wyllys produz um efeito de sentido de representar a funda de Davi, as cores do respectivo bastão trazem à memória discursiva o movimento LGBT no qual ele como ex-presidente da CDHM o representava. O coração que atinge Marco Feliciano é um efeito metafórico da pedra usada por Davi para derrotar o gigante. As vestimentas de Jean Wyllys são vermelhas, produzindo um efeito de sentido de representar o amor. A presença da armadura em um e a ausência dela em outro produz o efeito de sentido de que quem está na presidência da CDHM possui mais poder e um exército mais bem preparado.

Além disso, a cena da batalha está estampada na página de um livro que tende ser a Bíblia. A memória do discurso religioso é reconstruída pelo chargista com base no efeito metafórico. Como gesto de interpretação, o chargista está colocando em voga a briga política entre a bancada evangélica da CDHM, liderada na época pelo presidente Marco Feliciano, e os políticos que apoiam o movimento LGBT liderados pelo deputado Jean Wyllys.

Nesse embate político, quem está vencendo é o movimento LGBT. Um dos efeitos de sentido que a charge está produzindo é que o deputado Jean Wyllys, assim como Davi, representa o lado do bem e, assim como Golias, o ex-presidente Marco Feliciano representa o mal. Este, novamente, é retratado à direita da charge, enquanto aquele, à esquerda, remetendo-nos a memória das políticas partidárias. Esse gesto de interpretação sobre o político faz-nos mobilizar a memória discursiva dessa luta e entender que o estopim foi a questão da aprovação da PLC 122. O bem queria aprová-la, mas o mal não.

Além disso, outro efeito de sentido é possível depreender: se Jean Wyllys está vencendo Marco Feliciano ao atacá-lo com um coração, logo, não se pode vencer uma batalha contra a homofobia de forma armada e autoritária, isto é, pela religião, pela política da CDHM ou por qualquer ARE. O efeito derrisório está justamente no ponto em que a pedra

---

<sup>55</sup> LATUFF, Carlos. **Davi e Golias**. Disponível em: <<http://latuffcartoons.wordpress.com/tag/homofobia/>> Acesso em: 19 jun. 14.

está sendo ressignificada pelo coração na qual por si só não tem poder suficiente para derrubar um gigante.

Outro sentido produzido pela charge é de que a possível perda da batalha não só sentencia o perdedor como também destitui tanto o porta-voz bíblico quanto o político. O chargista produz um efeito de sentido que sugere a substituição do ex-presidente da CDHM por um político que se inscreve no movimento LGBT.

Em resumo, as relações de sentido depreendidas a partir da charge são marcadas pelo jogo simbólico da religião, por meio do bem x mal; da política, no batimento entre esquerda e direita; do sexual, através do conflito entre o hetero e o homo; do patológico, expressada pela diferença entre o normal e o doentio; do político/ ideológico marcado entre Marco Feliciano e Jean Wyllys; dos Direitos Humanos, por meio das maiorias x minorias; e da religião, através de Davi e Golias. Portanto, para produzir os efeitos de sentido dessa charge, Latuff se enquadrou nas seguintes posições-sujeito:

PS<sub>1</sub>- ativista do movimento LGBT;

PS<sub>2</sub>- chargista;

PS<sub>3</sub>- político;

PS<sub>4</sub>- religioso.

Sobre a PS<sub>1</sub>, o chargista se projeta como ativista do movimento LGBT porque institui Jean Wyllys como porta-voz da CDHM e destitui Marco Feliciano. Jean Wyllys, por também defender as causas do movimento LGBT, tem, historicamente, representatividade muito maior pelo referido grupo social minoritário. Esse gesto político do sujeito chargista o leva a se inscrever na formação discursiva política de um modo que a FD chárstica deixe de ser a FD dominante e passe a ser tangencial.

A respeito da PS<sub>2</sub>, o sujeito se inscreve na posição chargista pela função social da charge: fala do político pelo humor através da disputa pelo poder político entre Jean Wyllys e Marco Feliciano, metaforiza os personagens em personagens bíblicos e inscrevendo-as no discurso religioso, como também nas posições já mencionadas anteriormente.

O sujeito, ao se projetar na PS<sub>3</sub>, produz um gesto político. A perda do combate significa que Marco Feliciano não perde apenas uma luta. Ele perde o poder de continuar a ser

porta-voz das minorias. É um gesto político que concede voz a um sujeito e silencia o outro, ou seja, é o ponto em que ocorre uma ruptura com a reprodução de um discurso legitimado.

Além disso, O *site* “O Contemporâneo” relata que Latuff é ativista de esquerda. Vale salientar que o último presidente da CDHM antes da assunção do ex-presidente Marco Feliciano foi Domingos Dutra do PT, no ano de 2012. Um possível efeito de sentido que se pode depreender é que Latuff, como chargista, apoia o deputado Jean Wyllys para destituir a bancada evangélica, na tentativa de tornar a CDHM, novamente, sob o domínio de um partido de esquerda.

A vitória de Jean Wyllys pode ser entendida como uma aproximação política entre representante e representado no qual esse se identifica com aquele. Essa identificação do representado com o seu representante pode ser vista como um modo de o chargista traduzir a língua legítima do movimento LGBT no político através dos saberes políticos enunciada pelas charges, levando o chargista a se projetar como um porta-voz.

A projeção do chargista na PS<sub>4</sub> ocorre como forma de desautorizar a representatividade de Marco Feliciano pelo discurso no qual o mais legitima: o discurso religioso. Isso ocorre através da reconstrução da memória discursiva religiosa no enunciado bíblico- Davi & Golias e pela imbricação material da charge, sendo veiculada na página da própria Bíblia.

Poderíamos afirmar que nesse discurso religioso, Marco Feliciano estaria para a ordem do sujeito do discurso que “através de uma ‘tomada de posição’, se contrapõe à forma-sujeito e aos saberes que ele organiza no interior da Formação Discursiva”. (INDURSKY, *op. cit.*, p. 80), enquanto que Jean Wyllys para a ordem da “identificação plena do sujeito do discurso com a FD que o domina”. (PÊCHEUX, 1997, p. 163). Portanto, vale ressaltar que Marco Feliciano pode ser comparado ao discurso do mau-sujeito e Jean Wyllys, do bom-sujeito do discurso.

Ressaltamos a importância de marcar o sujeito Davi histórico e o religioso. Da perspectiva histórica, Davi é um sujeito que se destacou na vitória dos israelitas contra os filisteus e que, por fim, sucedeu o trono de Saul, tornando-se rei de Israel. Logo, torna-se inviável afirmar que Davi pode ser compreendido como o bom sujeito do Discurso Religioso.

Mas, em se tratando da Bíblia, Davi é o “sujeito que se identifica plenamente com os saberes da FD” religiosa (INDURSKY, 2011), pois graças a sua fé e devoção, conseguiu derrotar o gigante Golias. O chargista atribui a Jean Wyllys o mesmo papel de Davi, retratando nas páginas da Bíblia o cenário de vitória na luta contra o gigante.

Nesse discurso religioso, Jean Wyllys é retratado como o bom sujeito. Por fim, um dos efeitos de sentido que se torna possível depreender, concentra-se no fato de que a opção sexual por si só de um indivíduo não pode caracterizá-lo como sendo um Mau sujeito.

#### 4.7 CHARGE “A ORIGEM DAS ESPÉCIES”<sup>56</sup>”



Figura 5: Charge “A Origem das Espécies”  
Fonte: GGB, 2013.

A charge “A Origem das Espécies” elaborada pelo chargista Simanca também foi veiculada na exposição do Grupo Gay da Bahia GGB “Fora Feliciano: Caricaturas e charges contra a Homofobia.” O chargista retratou Charles Darwin, um dos cientistas mais famosos que o mundo já conheceu. Na charge, ele segura um cartaz com o texto: “Sou evoluído e o pastor Marco Feliciano não me representa.” Além disso, em seu braço direito, ele possui o livro “A Origem das Espécies”. Diante dessa charge, o chargista se projeta nas seguintes posições-sujeito:

<sup>56</sup> REDAÇÃO UOL. **Mostra "Fora Feliciano" reúne cartuns e caricaturas no GGB.**

Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/cultura/exposicao/noticias/1500982-mostra-fora-feliciano-reune-cartuns-e-caricaturas-no-ggb>> Acesso em: 8 dez. 2014.

PS<sub>1</sub>- ativista do GGB;

PS<sub>2</sub>- chargista;

PS<sub>3</sub>- político;

PS<sub>4</sub>- cientista.

Simanca se projeta como chargista porque coloca em questão a representatividade política do pastor/ deputado Marco Feliciano enquanto presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias no ano de 2013 pelo humor. A responsabilidade da função social do chargista está presente na charge através da concessão da voz política a um personagem que desqualifica Marco Feliciano enquanto presidente da CDHM e o leva assim, na projeção do chargista na PS<sub>3</sub>.

O livro que Darwin segura produz o efeito de sentido de proporcionar maior credibilidade aos seus dizeres. A identificação do chargista com o discurso científico é o que leva à sua projeção na PS<sub>4</sub>. O atravessamento do discurso científico na charge por meio de Darwin e seu livro produz um efeito que legitima quem é evoluído e quem não é.

Ainda sobre o atravessamento do discurso científico na charge, cabem mais algumas considerações. O dizer “sou evoluído” proporciona diversos efeitos de sentido. Um desses efeitos é o fato de que o ser humano é uma espécie que evoluiu biológico e cientificamente. Nesse efeito de sentido, é possível demarcar dois apagamentos discursivos.

O primeiro na conjunção e; o outro, no segundo dizer de Darwin. No primeiro, podemos compreender que a conjunção e pode ser entendida como “por isso”. Logo, poderíamos interpretar os enunciados da seguinte forma: “Sou evoluído, por isso o pastor Marco Feliciano não me representa.” Já o segundo apagamento discursivo ocorre no dizer “Marco Feliciano não me representa”. O não dito está no fato de que o chargista leva o personagem de Darwin a proporcionar o efeito de sentido de que “Marco Feliciano não é evoluído”. Aí também se encontram os diversos efeitos de sentido que esse apagamento pode proporcionar, tais como os de que “Marco Feliciano não é evoluído como o movimento LGBT e o GGB”.

Nesse sentido, há um efeito metafórico que está justamente na relação entre a primeira e a segunda SD. O fato de Darwin não se sentir representado por Marco Feliciano pelo fato dele não ser evoluído vai de encontro à ideia de que ele não possui competência para assumir a presidência da CDHM e tomar as decisões em prol das minorias.

Além disso, chama atenção os marcadores verbo-pronominais de pessoa “sou” e “me”. Muito embora possa se referir à fala de Darwin, ele permite pensar no chargista como

um locutor “[...] responsável pela enunciação” em que é capaz de “representar-se como locutor-enquanto-pessoa, como origem do discurso” (GUIMARÃES, 1988, p. 25), soando como se os dizeres fossem dele.

Essa responsabilidade social do chargista em produzir um efeito de sentido em que ele se apresenta como origem do discurso sobrepõe-se à função social da posição-sujeito chargista de falar do político pelo humor. Portanto, trata-se de um ato enunciativo de “falar em nome dos seus” pela via do discurso chárigo, científico e também do político.

Se adotarmos a perspectiva de que o discurso científico é um discurso legitimado na escola assim como o discurso pedagógico, podemos afirmar que o sujeito em algum momento de sua vida já se inscreveu ou ainda se inscreve nessa FD. Logo, cabe afirmar que a marcação de pessoa “me” na charge e o atravessamento do discurso científico produzem um terceiro apagamento discursivo.

O que ocorre é o apagamento discursivo do pronome “nós”, tendo em vista que, em tese, todos aqueles que já passaram pela escola tornam-se interpelados pelo discurso científico, fator que nos proporcionaria uma identificação com essa FD. Por fim, vemos que essas observações fazem emergir um porta-voz em potencial, capaz de falar para os seus e parlamentar com o adversário, sugerindo “um nós em formação” pecheuxiano.

Eis então o gesto político que o chargista produz. A desautorização de um representante político por meio de uma teoria científica positivista, levando-o a tradução da língua legítima do movimento LGBT no político através dos saberes não apenas políticos, mas científicos enunciados pela charge. Desse posicionamento como gesto é que o leva a se projetar na posição de porta-voz.

Resta-nos afirmar que o chargista é um porta-voz que nega o discurso religioso pelo discurso científico, mais precisamente pela teoria darwinista da evolução das espécies. Além de se projetar como porta-voz, o chargista mobiliza a memória discursiva da historicidade da luta ideológica entre a igreja e a ciência, desde a época da santa-inquisição. Naquela época, a igreja era soberana, ou seja, seu discurso era totalmente legitimado pelo Estado e ela agia como um dos seus aparelhos repressivos. Por fim, cabe afirmar que, historicamente, igreja sempre se posicionou contra a teoria da evolução.

#### 4.8 CHARGE “FELICIANO DIZ QUE SÓ DEIXA A COMISSÃO DA CÂMARA SE MORRER”<sup>57</sup>”



Figura 6: Charge “Feliciano diz que só deixa a Comissão da Câmara se morrer”  
Fonte: O Povo, 2013.

A respectiva charge do chargista Clayton Rebouças circulou no jornal de grande referência intitulado “O Povo” do Ceará. A charge retrata três personagens: Marco Feliciano na função de presidente da CDHM, sua suposta assessora bem como a médica Virgínia Soares de Souza, na função de chefe do Hospital Evangélico de Curitiba, empunhando uma foice. Clayton Rebouças, ao elaborar sua charge, tomou-se das seguintes posições-sujeito:

PS<sub>1</sub>- chargista;

PS<sub>2</sub>- político;

PS<sub>3</sub>- jornalista.

Marco Feliciano e sua assessora, de acordo com a charge, mostram-se assustados com a entrada da respectiva médica. A relação entre Marco Feliciano e a médica somente é possível pela imbricação material da notícia “Feliciano diz que só deixa comissão da câmara se morrer”<sup>58</sup>. Tal declaração foi dada durante uma entrevista realizada pelo programa “Pânico na TV” cujo recorte do chargista permitiu que se acionasse a memória discursiva relacionada

<sup>57</sup> REBOUÇAS, CLAYTON. **Feliciano diz que só deixa a Comissão da Câmara se morrer**. Disponível em: <<http://blog.opovo.com.br/blogdoeliomar/categoria/charge/page/10/>> Acesso em: 10 out. 2014.

<sup>58</sup> LIMA, Eliomar. **Feliciano afirma que não sai da CDM**. Disponível em/: <<http://noticias.band.uol.com.br/brasil/noticia/?id=100000589276&t=>> Acesso em: 8. out. 2014.

a notícia da médica Virgínia Soares de Souza. Essa memória discursiva do jornalístico na charge leva o chargista a se projetar na PS<sub>1</sub>.

No ano de 2013, a médica Virgínia Soares de Souza foi acusada pelo Ministério Público do Paraná e condenada pela justiça a cumprir pena sob a acusação de ter cometido homicídio doloso sobre várias pessoas que estavam internadas no hospital Evangélico em Curitiba enquanto estava na função de chefia. O chargista usa dessa notícia para poder retratá-la na charge.

Descreveremos como a personagem Virginia é retratada. Ela possui em suas mãos a foice, instrumento inscrito, historicamente, no discurso religioso usado como arma dos cavaleiros do apocalipse e do ceifador (a morte). A personagem assessora do presidente, ao abrir a porta, dirige-se a Marco Feliciano dizendo que a visita é para ele.

Os efeitos de sentidos se direcionam para a impossibilidade de Marco Feliciano continuar na função de presidente da CDHM. Essa sugestão de Clayton Rebouças em destituir um porta-voz da CDHM pelo humor o leva a se projetar na PS<sub>2</sub>, ou seja, ele se posiciona como chargista por que cumpre com a função social da charge, falando do político pelo humor.

A metáfora também se faz presente. Ela se apresenta como a possibilidade de que os “atos de homicídio” da médica sejam expandidos para além do quarto da unidade de terapia intensiva do hospital Evangélico, chegando até a porta da sala do presidente da CDHM. Por outro lado, o chargista atribui ao personagem Marco Feliciano o acesso à mesma posição em que um dia se encontraram os pacientes do hospital: diante da médica Virginia Soares.

Marco Feliciano disse na mídia que somente sairia da CDHM se fosse morto. Na charge, ele recebe a visita de uma médica acusada de vários homicídios ao então presidente da CDHM, atribuindo a ele um risco de vida eminente. Disso, depreende-se um efeito de sentido que propõe a alteração do presidente da CDHM, tendo em vista que não há outra condição para Marco Feliciano deixar a presidência senão através da morte, representada pela médica Virgínia Soares.

Essa abertura da voz política através de um gesto político, consequência das partículas disformes do discurso político que se desprenderam da função social do chargista, levou a emersão de um outro porta-voz, projetando o sujeito chargista a se posicionar na PS<sub>3</sub>.

Mesmo na expressão de uma linha tênue de opinião, o chargista se posiciona em prol daqueles que não se sentem representados pelo pastor/deputado, no sentido de atestar que Marco Feliciano não age como porta-voz, não representando o povo, nome no qual também se

atribui ao próprio jornal. A desautorização do discurso de Marco Feliciano como porta-voz ocorre pelos efeitos de sentido causados pela própria declaração de Marco Feliciano.

#### 4.9 CHARGE “PL 122<sup>59</sup>”



Figura 7: Charge “PL 122”  
Fonte: Portal Fiel, 2013.

A charge PL 122 de Mário Teixeira foi publicada no site Portal Fiel, como já mencionado anteriormente, portal Evangélico do Estado do Piauí e idealizado e gerenciado pelo Departamento de informática do GRUPO CASA (Centro de Atenção Social Amém) na qual faz uma referência indireta a Marco Feliciano.

A charge é elaborada sob três planos: em primeiro plano há o retrato de um casal homossexual abraçado andando na rua, sendo um deles beijado no rosto pelo outro. No segundo plano, estão as pessoas ao redor. Elas estão em segundo plano porque são retratadas por um tamanho menor que o casal. Elas também estão andando na rua, porém possuem uma mordada de cor azul escrito: PL 122.

Quanto às pessoas, a charge expressa dois casais heterossexuais com filhos, uma idosa, uma criança negra e um cachorro que também usa uma mordada. O efeito de sentido produzido é de que o PLC 122 se trata da lei da Mordada Gay. De todas as pessoas somente

<sup>59</sup> TEIXEIRA, Mário. **PL 122**. Disponível em:  
<<http://www.portalfiel.com.br/charges/43-pl-122-politica.html>.> Acesso em: 18 out. 2014.

os calçados da criança negra são retratados. Muito embora, os demais sejam desenhados sem os pés, o casal gay é retratado com calçados coloridos de tamanho superior ao negro.

Além disso, vale ressaltar nesse ponto a questão do estereótipo gay. As cores dos cabelos do casal homossexual não são comuns ao que a sociedade convencionou, as roupas são coloridas e há entre o casal uma demonstração de afetividade. Com relação às cores, cabe frisar que o chargista produz um efeito de sentido na qual a bandeira do movimento LGBT está se sobrepondo às demais instituições, como uma vitória dessa nova instituição sobre os aparelhos ideológicos do Estado, como a igreja e a escola.

Consequentemente, em um terceiro plano, Teixeira retrata uma escola e uma igreja. Ambas, de acordo com Althusser (1985), são Aparelhos Ideológicos do Estado cujas “instituições concretas possuem a unidade do efeito de sujeição sobre os agentes sociais ao seu alcance” (ALTHUSSER, 1985, p. 8-9). A charge produz o efeito de sentido de que essas instituições podem conviver com a mordada, caso houver a aprovação da PLC 122 do modo como ela está.

Althusser (1985) ainda afirma que “todos os aparelhos ideológicos de Estado concorrem para o mesmo resultado: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalista” (Ibid, p. 31). Ainda sobre o sentido que a lei da mordada produz é a quebra com essa reprodução da relação de produção do predominante conceito familiar brasileiro, regido pela ideologia judaico-cristã: a união entre o homem e a mulher, que dela, gera o filho.

Sobre esse jogo simbólico entre a legitimação do hetero como conceito e valor basilar da família brasileira e o preconceito/ discriminação do homo regido por uma questão ideológica, Massmann (2012) afirma que:

[...] A sociedade ainda é refém de uma memória histórico-ideológica, cuja gênese é o século XIX. No que diz respeito às relações humanas, essa sociedade “moderna” do século XXI ainda re-produz pré-conceitos e sustenta certo dualismo entre o que é normal e o que não é. (MASSMANN, 2012, p. 63).

Do que é normal e o que não é, pode-se observar o jogo simbólico que se instaura pela ordem do patológico. A questão homoafetiva é vista pela memória histórico-ideológica como uma patologia. Ao quebrar com essa memória, a charge produz um efeito de sentido que altera as relações de conceito familiar brasileiro, por meio da possibilidade da união homossexual gerar também uma família. Isso produz um efeito de sentido que colocaria em

risco a religião, a educação, a família- haja vista as polêmicas atuais sobre o tema e a sociedade em geral. Diante disso, Mário Teixeira se projeta nas seguintes posições-sujeito:

PS<sub>1</sub>- chargista;

PS<sub>2</sub>- jornalista;

PS<sub>3</sub>- político;

PS<sub>4</sub>. religioso.

Mário Teixeira se posiciona como chargista por que cumpre com a função social da charge, falando do político, ou seja, da PLC 122, pelo humor. Sobre o humor, um dos efeitos derrisórios está no uso da mordaca pelo cachorro. A mordaca pode ser interpretada como a metáfora do silêncio, assim como a censura na época da ditadura. Quanto à política do silêncio, Orlandi (2007) ressalta que “o silêncio não fala, ele significa”. (ORLANDI, 2007, p. 102). Isso significa que a metáfora da mordaca não implica em apenas silêncio, mas como também em sentidos.

No Brasil da ditadura militar, o silêncio foi imposto ao cidadão brasileiro através da censura da liberdade de expressão pelo Estado. A censura perdurou-se por algumas décadas, atuando de forma repressiva na mídia e na imprensa em geral e culminando na tentativa fracassada de impor apenas um modo de interpretação acerca das questões sociais nas quais o indivíduo daquela época estava inserido.

Orlandi (2007) afirma que “a censura pode ser compreendida como a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas”. (ORLANDI, 2007, p. 76). Um gesto de interpretação possível de se depreender da charge a partir dessa afirmação é a interdição da inscrição das personagens nas suas respectivas FD.

O efeito de sentido que o chargista produz é a interdição da inscrição do garoto na FD pedagógica, da idosa na FD previdenciária, dos casais com filhos na FD familiar, etc. Isso soa como negação aos direitos do indivíduo que são garantidos em lei, tais como o direito à educação, à previdência, à constituição da família, entre outros.

Esses efeitos de sentido só são possíveis de se depreender porque o chargista mobiliza a memória discursiva, remetendo a sua charge ao projeto de lei 122 da Câmara do senado (PLC 122/2006 denominada popularmente como PLC 122). Ela se refere à possibilidade de alterar a lei 7.716 de 5 de janeiro de 1989, propondo-se uma nova definição

sobre os crimes de preconceito e discriminação, bem como a possibilidade de modificar o texto do artigo 140 do código penal.

A necessidade de alteração ganhou força principalmente com a morte do jovem Alexandre Ivo, de 14 anos, vítima de assassinato por preconceito homofóbico. Não obstante, diversos casos de assassinato semelhantes ao de Alexandre Ivo ocorreram no Brasil. Mas, mesmo com os assassinatos de homossexuais, o projeto de lei não foi aprovado, tendo em vista que vários parlamentares e, principalmente, os políticos religiosos (protestantes e católicos) se posicionaram contra a aprovação.

O principal motivo é a alegação de que o projeto de lei, da forma como ele foi redigido, fere o princípio da liberdade de expressão, direito previsto no artigo 5º da constituição federal brasileira.

O efeito de sentido produzido pelo chargista é de que a suposta aprovação do PLC 122, por um lado garantiria um direito aos homossexuais; porém, por outro, destituiria o direito de liberdade de expressão dos demais cidadãos brasileiros, instaurando assim, uma possível “ditadura”: o PLC 122 seria, na verdade, a lei da mordança.

Mário Teixeira se apoia num evento-notícia que se trata do fato de a bancada evangélica, presente na CDHM durante o ano de 2013, não ser favorável à aprovação da PLC 122 do modo como estava. A imbricação material do evento-notícia o faz se posicionar na PS<sub>2</sub>. O gesto político, nessa charge, está na manutenção dos discursos legitimados, levando o chargista a se projetar na PS<sub>3</sub>.

Ao propor a metáfora do PLC 122, comparando-o com uma mordança, o chargista se inscreve na PS<sub>3</sub> falando em nome não apenas daqueles que apoiam a não aprovação do PLC 122, mas em nome também dos evangélicos. Esse apoio a Marco Feliciano para que o PLC 122 não fosse aprovado em prol dos grupos minoritários é que leva o chargista a se projetar na PS religioso.

#### 4.10 CHARGE “JOELMA COMPARA HOMOSSEXUAIS A DROGADOS”<sup>60</sup>”



Figura 8: Charge “Joelma Compara Homossexuais a Drogados”  
Fonte: Humor Político, 2013.

A charge “Joelma Compara Homossexuais a Drogados” foi publicada no blog “Humor Político” no ano de 2013.

O blog “Humor Político” é subordinado à Central Record de Comunicação. Além disso, como já dito anteriormente, a respectiva emissora pertence ao pastor Edir Macedo, líder religioso que fundou em 2014 a maior igreja do Brasil, o Templo de Salomão, superando em tamanho físico a Igreja de Nossa Senhora de Aparecida. Discursivamente, Elihu Duayer se projeta nas seguintes posições-sujeito:

PS<sub>1</sub>. chargista;

PS<sub>2</sub>- político;

PS<sub>3</sub>. jornalista;

PS<sub>4</sub>. religioso.

<sup>60</sup> DUAYER, Elihu. **Joelma Compara Marco Feliciano a drogados**. Disponível em: <<http://www.humorpolitico.com.br/marco-feliciano-2/joelma-compara-homossexuais-a-drogados>> Acesso em 3 nov. 2014.

O título da charge “Joelma Compara Homossexuais a Drogados” está relacionado ao fato de Joelma ter dado uma entrevista à revista *Época* em que explicitou sua posição:

Tenho muitos fãs gays, mas a Bíblia diz que o casamento gay não é correto e sou contra... Lutaria até a morte para fazer sua conversão. Já vi muitos se regenerarem. Conheço muitas mães que sofrem por terem filhos gays. É como um drogado tentando se recuperar<sup>61</sup>.

A imbricação material do evento-notícia sob o título chárstico leva Elihu Duayer a se projetar na posição-sujeito jornalista, tendo em vista que é esse evento-notícia que funcionará como suporte para que a charge produza diversos efeitos de sentido. No trecho da entrevista dada por Joelma, novamente, podemos observar a produção de um efeito de sentido voltado à ordem do patológico: o hetero visto como o normal e o homo como um drogado que tenta de todas as maneiras se regenerar e se recuperar.

Sobre a charge, Joelma da banda Calipso segura uma guitarra na mão direita e com a outra, diz “Feliciano, você me representa”. Joelma é uma cantora cuja banda é do Estado do Pará, região norte do Brasil. Feliciano a quem ela se refere é o pastor/deputado no qual se tornou presidente da CDHM no ano de 2013.

O que sustenta o enunciado “Feliciano, você me representa” é o retorno da memória discursiva da entrevista que ela concedeu à revista *Época* na qual ela se inscreve numa posição-sujeito que se identifica com o discurso religioso, opondo-se ao ato homossexual.

Nessa conjuntura, é pela identificação tanto dela como sujeito quanto de Marco Feliciano à formação discursiva religiosa que permite aproximar esses dois sujeitos e levar Elihu Duayer a se projetar na PS<sub>2</sub>. Pelas condições de produção do enunciado há o discurso dominante da Igreja enquanto AIE sustentando os dizeres no blog da internet, legitimando-os e os reproduzindo. São dizeres que se voltam ao fato de que a igreja tem o poder de recuperar e regenerar o homossexual da sua “patologia” como se houvesse um antídoto para a cura gay.

Assim como na charge “A Evolução das Espécies”, há novamente a aparição da marcação de pessoa “me”. Essa marcação chárstica somada à posição discursiva que a personagem ocupa (quem ela representa) é capaz de propor um “nós em formação pecheuxtiano”. Dessa forma, o chargista atribui à personagem a responsabilidade de se posicionar como um locutor-enquanto pessoa que fala em nome dos evangélicos. Logo,

---

<sup>61</sup> ASTUTO, Bruno. **Joelma compara Gays a drogados e diz ser contra casamento homossexual**. Disponível em: <<http://colunas.revistaepoca.globo.com/brunoastuto/2013/03/30/joelma-compara-gays-a-drogados-e-diz-ser-contra-casamento-homossexual/>> Acesso em: 06 jan. 15.

podemos compreender que o efeito de sentido produzido é de que Marco Feliciano não representa apenas Joelma, mas todos aqueles que se inscrevem na FD religiosa assim como ela. Por fim, vemos que essas observações fazem emergir um porta-voz em potencial, capaz de falar para os seus e parlamentar com o adversário.

Essa superposição da função social do chargista é que o leva a assinar o contrato social do porta-voz, emergindo-se como um representante em potencial. Pois o chargista fala aos seus através da tradução legítima da língua dos evangélicos por meio dos saberes políticos e religiosos enunciada na charge.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de trazer as considerações finais, cabe frisar que a produção dessas charges foi afetada principalmente por um gesto político. Decorrente desse gesto está marcado a não aceitabilidade de que um país democrático de direitos possa compactuar com tomadas de decisões de tendências autoritárias, ou seja, decisões atinentes ao futuro do país sem que o cidadão e o povo, em geral, sejam completamente consultados.

Desse gesto político é que nasce a função social do chargista, ou seja, a sua responsabilidade enquanto sujeito-autor de falar do político pelo humor. Então, podemos afirmar que o discurso chárstico torna-se marcado por um gesto político. Em resumo, esses dois elementos discursivos, o humor e o político, são os elementos que marcam a especificidade da charge e que podem desprender-se de sua formação discursiva chárstica quando atravessado por outras formações.

Uma vez veiculadas na mídia, essas charges aprimoram o gesto político do chargista por usar daquilo que a mídia vem valorizando mais, a saber, a desqualificação do político. Na maioria das vezes, essa desqualificação do político ocorre também pelo DR que atravessa as charges e produz diversos efeitos de sentido.

Sua desqualificação também pelo DR ocorre tendo em vista o alcance da ideologia religiosa judaico-cristã que ultrapassa as fronteiras porosas da sua própria formação discursiva, deslizando-se para o político, cujo efeito de sujeição determina a posição-sujeito do personagem Marco Feliciano. Por mais que se deva falar em outras instâncias tais como no político, ele é afetado pelo efeito de sujeição do DR, fato que o leva a ser desqualificado, na maioria das vezes, como porta-voz pelo chargista.

Não nos esqueçamos de que a exposição do Grupo Gay da Bahia torna-se uma dessas expressões sociais de consulta. Por um lado, os chargistas do evento podem afirmar que foram às ruas e consultaram o povo, questionando se Marco Feliciano pode e deve ser presidente da CDHM, podendo falar, por exemplo, em nome das causas LGBT.

Por outro, eles são os indivíduos que pelem pelo discurso da resistência numa sociedade contemporânea onde as relações sociais não se dão apenas de modo hierarquicamente verticalizado, conforme a estrutura dos Aparelhos Ideológicos do Estado, segundo Althusser (1985). Orlandi (2012) afirma que “se pensamos que a resistência pode se dar no movimento que se faz da forma-sujeito-histórica, pela individu(aliz)ação pelo Estado, podemos dizer mais”. (ORLANDI, 2012, p. 229).

Desse “plebiscito chárstico” é que o chargista potencializa o seu gesto político, na ideia de que se faça valer a democracia e a liberdade de expressão<sup>62</sup> tanto para os políticos conservadores quanto para aqueles que apoiam o movimento LGBT. Logo, podemos pensar que o gesto político do chargista pode ser também um discurso da resistência do sujeito individu(aliz)ado.

Mas o mais importante de tudo isso é a produção de novos efeitos de sentido, a possibilidade de a história ser contada sob outro prisma, concedendo voz política aos grupos minoritários e que dela seja possível ecoá-la até as mídias, lugares onde a voz das minorias podem ganhar mais força e expressividade, podendo dessa forma, emergir um legítimo porta-voz.

A ideia não é atribuir juízos de valor para o sujeito porta-voz. Mas sim marcar o grau de responsabilidade social que o gesto político atribui no sujeito chargista, na tentativa de analisar se o chargista se projeta como porta-voz, independentemente do grupo social, partido político, etc.

Ao mesmo tempo em que esse movimento da produção de charges nas ruas faz-se chegar à mídia onde a voz das minorias pode se tornar visível, também ocorre a instauração de uma posição onde o chargista deixa de se tornar apenas um profissional. Ele está passível de se tornar um porta-voz que desestabiliza os efeitos de sentido legitimados e propõe outros que até então poderiam estar silenciados. São efeitos de sentido onde a voz das minorias se faz presente.

A presença da voz das minorias nesses efeitos de sentido marca uma voz que pode realmente reivindicar e alcançar o direito de ser ouvido pelos seus representantes oficiais pela mobilização de um grupo social. Isso não quer dizer que nesse processo de reivindicação tem de, necessariamente, instaurar-se um porta-voz, pois, primeiramente, seus enunciados precisam ser legitimados para que ele possa se emergir.

Cabe salientar que nesse processo de legitimação do sujeito porta-voz há a necessidade de que o chargista assine as cláusulas do contrato social, traduzindo a língua legítima do povo e materializando-se no discurso político pela língua do saber político enunciado pela charge.

Isso também não garante que o porta-voz atenderá aos anseios de todos aqueles nos quais ele representa. Na nossa visão, Conein (1981) é mais contundente ao afirmar que “o

---

<sup>62</sup> Termo que, no mês de janeiro de 2015, provocou, na França, a maior manifestação de rua que o país já registrou, em virtude dos ataques terroristas à sede do jornal “Charlie Hebdo”.

que nunca é introduzido no enunciado do porta-voz é aquilo que o povo diz ou disse.” (CONEIN, 1981, apud PÊCHEUX, 1990b, p. 19).

Então, se por um lado o chargista pode conceder voz política às minorias por meio do seu enunciado chárstico, por outro, isso não necessariamente o leva a se projetar como porta-voz. Como já foi dito, ressalto que ele deve assinar as cláusulas do contrato social do porta-voz. O efeito disso é a contradição: um sujeito que fala “em nome de” enquanto um ato enunciativo e que se iguala aos seus, mas por outro lado, é um sujeito que “parlamenta com o adversário” pelo movimento discursivo que o leva às filiações discursivas, ou seja, às inscrições nas FD e por estar autorizado a falar “em nome de” se distingue dos seus.

Nas charges “Em nome do Pai”, “Davi & Golias” e “Feliciano diz que só sai da Comissão se for morto” percebemos o chargista se projetando na posição de porta-voz falando em nome do movimento LGBT. Por outro lado, nas charges “PL 122” e “Joelma compara homossexuais a drogados”, notamos o chargista como porta-voz em nome da igreja, dos evangélicos e dos conservadores. Na charge “A Origem das Espécies” o chargista se projeta no porta-voz da comunidade científica.

Essa contradição que também é uma relação de poder tornou-se visível na impressão do chargista em falar “em nome de” pelos marcadores verbo-pronominais de pessoa “sou”/ “me”.

O uso dessas formas da língua marcam, ideologicamente, como um sujeito pode se colocar na origem dos dizeres e como se torna possível produzir um efeito de sentido de grupo, ou seja, de surgimento de “um nós em formação” pelo apagamento e memória discursiva. Essa ilusão de o sujeito se colocar na origem do dizer é movida pela função social do chargista em falar do político pelo humor que reverbera na assinatura do contrato social do porta-voz.

Ao que, exatamente, leva a produção desse gesto político dos chargistas? Para responder a tal pergunta, retomo Courtine (2011), ao afirmar que “em Análise do discurso político, todo discurso concreto remete a uma posição determinada na luta ideológica de classes.” (COURTINE, 2011, p. 35). Essa afirmação nos faz pensar que a produção desse gesto político dos chargistas não é neutra, pois as determinações sócio-histórico-ideológicas refletem nas condições de produção do discurso chárstico na qual já mencionamos anteriormente.

Pois, a ideologia é capaz de fornecer as evidências se o chargista pode se inscrever como porta-voz. Basta olharmos discursivamente para as posições-sujeito nas quais o chargista se projetou e relembremos às instituições nos quais ele se subordinou

ideologicamente: o GGB, a igreja, a comunidade científica e a imprensa. Por isso há na charge uma especificidade que vai além de um simples estatuto do humor.

Não há como pré-determinar as intenções do chargista, ou seja, pré-determinar o que o chargista quis dizer. Seus dizeres são afetados pelas suas condições de produção, ou seja, pela exterioridade do discurso, pelo pré-construído e pelo inconsciente. O discurso humorístico e o discurso político fazem parte da constituição histórica da charge. São esses dois discursos que marcam a especificidade dela: falar do político pelo humor; caso contrário, não é charge, é outra coisa.

A exterioridade ocorre porque existe não apenas uma determinação social, mas histórica e ideológica que permite ao chargista se projetar em posições-sujeito. Tendo em vista que o discurso é efeito de sentido entre locutores conforme as práticas sociais tendem a se reproduzirem ou a se alterarem, conseqüentemente, o chargista está sujeito a se inscrever nas diversas formações discursivas ao elaborar uma charge.

As análises mostraram que a sua inscrição na formação discursiva chárstica permitiu o atravessamento de outros discursos: o político, o jornalístico, o publicitário, o religioso, etc, sem que a FD chárstica deixasse de ser a dominante. Isso se torna possível em virtude de o discurso chárstico se constituir de forma heterogênea, a partir de fragmentos e partículas disformes de discursos que produzem a charge como texto.

Tendo em vista os atravessamentos discursivos na charge há, naturalmente, um desprendimento de fragmentos e partículas de outros discursos que se imbricam no discurso chárstico. Em todas as charges percebemos que o DC é atravessado pelo discurso político e dele nasce o gesto político do chargista. Porém esse não é o fator que leva o chargista a se projetar como porta-voz.

Muito embora a charge, historicamente, tenha uma filiação ao discurso jornalístico, percebemos que as charges do GGB não se submetem a clivagem do DJ. Isso ocorre porque na maioria delas não há a imbricação da charge com o evento-notícia, elemento indispensável para que as matérias sejam veiculadas nos jornais. Na maioria das charges do GGB, o efeito derrisório não se constituía pelos eventos-notícia, mas sim por aquilo que a mídia escolheu para desqualificar o político: a ética. Nos enunciados, o chargista usou da própria representação de Marco Feliciano para garantir o efeito-derrisório. A charge “A Origem das Espécies” é o melhor exemplo disso.

Mas, nas vezes em que a charge era atravessada pelo DJ, pudemos perceber que o chargista produziu o seu trabalho numa linha tênue entre a homogeneidade e a heterogeneidade desse discurso, ou seja, na dualidade entre a institucionalização dos sentidos

ocorrida pelo processo de paráfrase e na constituição de diversas vozes, isto é, da projeção de diversas posições-sujeito. Além disso, o chargista diversas vezes usou da polissemia, proporcionando a multiplicidade de efeitos de sentidos e diversos atravessamentos discursivos. Elementos que estiveram vivamente presentes na charge “PL 122”.

Esses atravessamentos discursivos presentes na charge permitiu que a memória discursiva e a metáfora fossem mobilizadas. Isso garantiu que dizeres legitimados ao serem acionados pela memória fossem ressignificados pelo efeito metafórico, provocando uma desestabilização de alguns dizeres e desautorizando certos efeitos de sentidos.

Vimos que por um ato enunciativo o chargista produzia um efeito metafórico e mobilizava sua memória discursiva. Isso garantiu que o gesto político do chargista se traduzisse na língua legítima do povo no político através dos saberes políticos enunciada na charge, levando-lhe a se projetar na posição-sujeito porta-voz.

Sobre o efeito metafórico, a charge “Davi & Golias” mostrou essa regulação legitimidade do discurso religioso, mas a metáfora proporcionou um novo direcionamento de efeitos de sentido, provocando o efeito-derrisório. Nessa charge, o sujeito-religioso Marco Feliciano não foi personificado em Davi, mas sim em Jean Wyllys. O gesto político do chargista nasceu na maioria das vezes pela (des)qualificação de Marco Feliciano como representante legitimado da CDHM e do movimento LGBT.

Essa desautorização, por assim dizer, ocorreu por um ato enunciativo. O melhor exemplo disso é o dizer “Marco Feliciano não me representa” retratado na charge “A origem das Espécies”. Por outro lado, o dizer “Marco Feliciano, você me representa” na charge “Joelma Compara Homossexuais a Drogados” ocorre também por um ato enunciativo que atesta a confirmação de um porta-voz. Nos dois casos, trata-se de um ato afetado pela exterioridade da língua, ou seja, um ato enunciativo afetado principalmente pelos efeitos metafóricos e pela memória discursiva.

O jogo simbólico da representatividade do porta-voz é observada com base no escopo da negação. Isso permite compreender não só esse escopo como também permite analisar a rede de sentidos e a própria relação (ou não relação) entre as charges e as posições-sujeito de cada chargista.

Nem sempre desse ato enunciativo, há uma desautorização de Marco Feliciano. As charges “PL 122” e “Joelma compara drogados a homossexuais” revelam que ele também pode representar um grupo social ou uma classe. E é no *savior-faire* do seu ofício que o chargista torna-se visível.

Na primeira charge do Brasil, a legitimidade da língua do povo não era evidente, tendo em vista que ela é prioritariamente atravessada pelo discurso jornalístico, com seu linguajar mais técnico, rebuscado e apurado. A população brasileira na época, em sua maioria, não era alfabetizada.

Diferentemente das charges dos dias atuais, vale salientar que ela é comumente trabalhada no discurso pedagógico. Sua linguagem é mais simples, a caricatura se faz presente e os demais elementos chárgicos são acessíveis para a compreensão do povo. Tudo gira para que o político e o humor sejam garantidos pelo efeito derrisório. Não é necessário, pelo processo histórico de legitimação da leitura, que haja um sujeito responsável por dar legitimidade à leitura da charge.

Ela é acessível a qualquer um de nós para dar a interpretação que lhe cabe melhor. Por isso, o seu caráter popular. O grupo social, representado pela igreja, pela comunidade científica ou pelo movimento LGBT, é quem pode legitimar a charge. Dependendo se dessa legitimidade a voz do povo estiver presente, o chargista se emerge como porta-voz.

Essas imbricações materiais ligadas à legitimidade da língua do povo presentes nas charges, se por um lado levam o chargista a se projetar na posição-sujeito porta-voz, por outro fazem a sua forma-sujeito sofrer uma alteração na sua identidade. A evidência é tão visível que se torna difícil pontuar até que ponto quem fala é o chargista ou “um possível ativista”. A diferença é que um ativista não necessariamente está autorizado a falar pela charge e muito menos não necessariamente se legitima como porta-voz.

Porque a posição de porta-voz é uma posição no discurso político que precisa de legitimação dos seus representados. Ele precisa ser reconhecido como aquele que fala em nome do seu grupo através da língua legítima e que parlamenta com o adversário. É dessa forma que ele se sustenta como um sujeito que possui força política, capaz de imprimir o seu “eu” no discurso e, no contrapé do seu enunciado, mobilizar a memória discursiva dos seus representados.

Mas o mais interessante disso é que as charges veiculadas na exposição do Grupo Gay da Bahia foram também veiculadas no espaço digital, tais como o blog “*Latuff Cartoons*” e o site institucional do GGB. A partir de então, as charges do GGB passam a se enquadrar nos rituais institucionais, podendo ganhar novos títulos e se articular aos eventos-notícias. A charge “A Origem das Espécies” é um exemplo de uma charge que se conectou em outras materialidades, mais precisamente no discurso científico, produzindo um novo efeito de autoria.

A manifestação do GGB nas ruas de Salvador revelou sim que pode haver uma alteração substancial na prática do sujeito chargista enquanto agente social. Pois, historicamente, ao estar inserida no DJ a charge de rua rompe com a exploração capitalista de que ela deve ser veiculada nos jornais, sejam eles eletrônicos ou impressos. A charge do GGB é uma marca discursiva que pode causar um desvio na reprodução das relações de produção. Mas a maior alteração substancial do sujeito chargista tanto do GGB quanto da mídia em geral, como vimos anteriormente, ocorre ao se projetar na posição-porta-voz.

As charges mostraram que o chargista pode se posicionar, enquanto sujeito histórico, falando em nome de uma classe, um grupo social ou até mesmo uma instituição. Porém vimos que essa não é a condição essencial para que o discurso faça dele um porta-voz. Um ativista pode falar em nome de uma classe ou um grupo social, mas se ele não produzir um efeito de autoria que o legitime o ativista jamais se tornará um porta-voz. Além disso, para se posicionar como porta-voz é fundamental que o sujeito assine o contrato social e cumpra suas cláusulas.

A partir do momento em que o texto chárstico se insere no DJ, conseqüentemente, ele pode ser considerado um discurso autoritário no qual possui tendências de direcionar os efeitos de sentido desejados, de acordo com os interesses da instituição que o veicula. Mas embora o DC também funcione pela/na linearidade e homogeneidade da memória discursiva, em diversos momentos a charge rompeu com esse paradigma, pois, na maioria das vezes, presenciemos a reconstrução da memória discursiva.

A charge “Davi e Golias” é o exemplo clássico da mobilização da memória discursiva do religioso em que Davi é o bom sujeito e Golias o mau. A questão é justamente questionar quem é Davi e quem é Golias, ou seja, em se tratando de CDHM, o que tem de errado de Jean Wyllys ser comparado a Davi, o bom sujeito, tendo em vista que ele é o único representante do movimento LGBT? É essa força expressiva da charge de rua que ao ser veiculado também na mídia que ganha maior intensidade, mobilizando grupos sociais e podendo fazer emergir um porta-voz.

As rupturas discursivas presentes na charge marcaram de modo geral o atravessamento do discurso científico, jornalístico, religioso e político. Decorrente da especificidade da charge que é falar do político pelo humor, analisamos que o chargista produz um gesto político que lhe dá o direito de ser ouvido assim como um ativista ou manifestante, desqualificando muitas vezes o porta-voz Marco Feliciano e por outras, remontando cenários de lutas ideológicas já travadas ao longo da história.

Então, fruto dessas inscrições, percebemos que o chargista se projeta em diversas posições-sujeito: cientista, jornalista, religioso e ativista. Além disso, o chargista se inscreve na FD política em todas as charges. Mas apenas quando ele se responsabiliza pelos seus dizeres, marcando no discurso sua responsabilidade social como locutor-enquanto-pessoa ou sua tradução da língua legítima do povo através dos saberes políticos enunciados na charge é que percebemos uma produção de efeito de sentido que o legitima a falar em nome de um grupo, uma classe, etc...

Portanto, nas charges “A Evolução das Espécies” e “Joelma Compara Gays a Drogados” percebemos que o chargista assina o contrato social por um ato enunciativo falando “em nome de”, emergindo-se como porta-voz daqueles que se identificam com as FDs nas quais ele se inscreve.

Além disso, nessas duas análises pudemos traçar outra marcação: a ilusão do sujeito de estar na origem do dizer. Isso ocorre porque o chargista ao se colocar na origem do discurso tornou-se movido pela responsabilidade social de mobilizar a memória discursiva dos seus representados, atribuindo à charge como texto um efeito de autoria e obrigando a si mesmo a assinar as cláusulas do contrato social da posição-sujeito porta-voz.

Em resumo, é a assinatura desse contrato social que permite com que a língua legítima do GGB na charge “A Evolução das Espécies”, por exemplo, materialize-se em discurso político enunciado também nas charges, e, conseqüentemente, fazendo o chargista emergi-lo como porta-voz das minorias, seja nas charges urbanas, seja nas charges publicadas no espaço digital.

## REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre et al. Tradução de José Horta Nunes. **Papel da memória**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

ALMEIDA, Eliana de. Discurso religioso. Um espaço Simbólico entre o céu e a terra. In: RENZO, Ana Maria Di et al. (Orgs). **Sociedade e discurso**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do Estado**, 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ASTUTO, Bruno. **Joelma compara gays a drogados e diz ser contra casamento homossexual**. Disponível em:

<<http://colunas.revistaepoca.globo.com/brunoastuto/2013/03/30/joelma-compara-gays-a-drogados-e-diz-ser-contra-casamento-homossexual/>> Acesso em: 06 jan. 15

BARONAS, Roberto Leiser; AGUIAR, Gisele Freitas. Do acontecimento histórico ao acontecimento discursivo: o político na charge. **Bahktiniana**, São Paulo, v. 1, n. 2. 2. sem. 2009. p. 165-182.

BENVENISTE, Émile. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Néri. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas: Pontes, 2005.

BONNAFOUS, Simone. Sobre o bom uso da derrisão em J. M. Le Pen. In: GREGOLIN, Maria do Rosário. **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos-SP: Claraluz, 2003.

BORBA, Francisco da Sila. **Dicionário de Usos do Português do Brasil**. São Paulo: Ática, 2002.

BRASIL, República Federativa. **A Constituição Federal**. Disponível em:

<[http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988\\_04.02.2010/CON1988.pdf](http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_04.02.2010/CON1988.pdf)>. Acesso em: 16 mar. 2015.

BRASIL, República Federativa. **Conheça a comissão**. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/conheca-a-comissao/oquee.html>> Acesso em: 25 set. 2014.

CAZARIN, Ercília Ana. As noções de acontecimento enunciativo e de acontecimento discursivo: um olhar sobre o discurso político. **Letras**, Santa Maria, v. 24, n. 48. p. 193-210. jan./jun. 2014.

COURTINE, Jean- Jacques. El Concepto de formación Discursiva. In: BARONAS, Roberto Leiser. (Org.) **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007.

\_\_\_\_\_. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: Edufscar, 2009.

DAGOSTIM, Cristiane Gonçalves. **A charge- funcionamento e efeitos de sentido em atividades escolares: leitura, pesquisa e produção textual.** 2009. 113 f. Dissertação (Mestrado em Análise do Discurso)- Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2009.

DALTOÉ, Andréia. **As metáforas do Lula: a deriva dos sentidos na língua política.** 2011. 219 f. Dissertação. (Mestrado em Análise do Discurso)- Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2011.

DUAYER, Elihu. **Joelma compara Marco Feliciano a drogados.** Disponível em: <<http://www.humorpolitico.com.br/marco-feliciano-2/joelma-compara-homossexuais-a-drogados>> Acesso em 3 nov. 2014.

ESTADO DE MINAS. **Edir Macedo e mais sessenta e quatro estão em lista do 64 bilionários da Forbes; Eike fica de fora.** Disponível em: <[http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2014/03/03/internas\\_economia,504187/edir-macedo-e-mais-64-estao-em-lista-de-bilionarios-da-forbes-eike-fica-de-fora.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2014/03/03/internas_economia,504187/edir-macedo-e-mais-64-estao-em-lista-de-bilionarios-da-forbes-eike-fica-de-fora.shtml)> Acesso em: 19dez. 2014.

FACOM. **Impressão digital.** Disponível em: <<http://impressaodigital126.com.br/2013/04/06/a-historia-das-charges-no-brasil-e-no-mundo/>> Acesso em: 05 mai. 14.

FLORES, Giovanna Benedetto. **Entre a ciência e a mídia: um olhar de assessoria de imprensa.** 2005. 91 f. Dissertação. (Mestrado em Análise do Discurso)- Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2005.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos de nação, liberdade e independência na imprensa brasileira (1821-1822) e a fundação do discurso jornalístico brasileiro.** 2011. 134 f. Tese. (Doutorado)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

GALLO, Solange Leda. **Discurso da escrita e ensino.** Campinas: Unicamp, 1992.

\_\_\_\_\_. Autoria: Questão enunciativa ou discursiva? **Linguagem em (dis)curso**, v. 1, n. 2, jan./ jun. 2001.

\_\_\_\_\_. A Internet como Acontecimento Discursivo. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 4., 2009, Porto Alegre, **1969-2009: Memória e história na/da Análise do Discurso...** Porto Alegre: IV SEAD, 2009.

GOMEZ, Cau. **Em nome do Pai.** Disponível em:<<http://www.ggb.org.br/exposicao%20fora%20feliciano%20ggb%202013.html>> Acesso em: 18 out. 2014.

GRIGOLETTO, Evandra. **A noção de sujeito em Pêcheux: uma reflexão acerca do movimento de desidentificação.** Estudos da Língua(gem), Vitória da Conquista - BA, v. 1, p. 61-67, 2005.

\_\_\_\_\_. Do lugar social ao Lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 3., 2007, Porto Alegre, **O**

**discurso na contemporaneidade:** materialidades e fronteiras... Porto Alegre: III SEAD, 2007.

Grupo Gay da Bahia. Disponível em: <<http://www.ggb.org.br/ggb.html>> Acesso em: 3 nov. 2014.

GUIMARÃES, Eduardo (org). História e Sentido na Linguagem. In: **Da enunciação ao acontecimento discursivo em Análise do Discurso**. GUIMARÃES, Eduardo. Campinas, SP: Pontes, 1989.

\_\_\_\_\_. **Os limites do sentido:** um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas, SP: Pontes, 1995.

GSHOW. Insensato Coração: **Eduardo e Hugo oficializam união com presença de Kleber**. Disponível em: <<http://gshow.globo.com/novelas/insensato-coracao/Fique-por-dentro/noticia/2011/08/final-eduardo-e-hugo-oficializam-uniao-com-presenca-de-kleber.html>> Acesso em: 3 nov. 2014.

INDURSKY, Freda. Da interpelação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de formação discursiva. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.). **Análise do discurso:** apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. 2 ed. rev. e ampl. São Carlos, SP: Pedro & João, 2011. p. 75-87.

\_\_\_\_\_. A memória na cena do discurso. INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (orgs.). **Memória e história na/da Análise do Discurso**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

LAGAZZI, Suzi. **O recorte significativo na memória**. Disponível em: <<http://anaisdosead.com.br/3SEAD/Simposios/SuzyLagazzi.pdf>> Acesso em: 3 abr. 2014.

LATTUF, Carlos. **Davi e Golias**. Disponível em: <<http://latuffcartoons.wordpress.com/tag/homofobia/>> Acesso em: 19 jun. 14.

LIMA, Eliomar. **Feliciano afirma que não sai da CDM**. Disponível em: <<http://noticias.band.uol.com.br/brasil/noticia/?id=100000589276&t=>>> Acesso em: 08 out. 2014.

JACQUES, Guilhaumou & MALDIDIER, Denise. Da enunciação ao acontecimento discursivo em Análise do Discurso. In: GUIMARÃES, Eduardo (org.). **História e sentido na linguagem**. Campinas, SP: Pontes, 1989.

MALDIDIER, Denise. Tradução de Eni Orlandi. **A Inquietação do Discurso:** (Re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas, SP: Pontes, 2003.

MALUF-SOUZA, Olimpia. Que sujeito? Interfaces entre o sujeito do inconsciente e o sujeito da ideologia. In: MALUF-SOUZA, Olimpia. et al. (Orgs). **Discurso, sujeito e memória**. Campinas, SP: Pontes, 2012. p. 109-122.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa:** os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Campinas, SP: Revan, 1998.

\_\_\_\_\_. Imprensa, produção de sentidos e ética. In: RIBEIRO, Ana Paula Goular; FERREIRA, Maria Alves. **Mídia e memória: a produção de sentidos no meio da comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

MASSMANN, Débora. **A homoafetividade no discurso jurídico**. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/pdf/18-1/4-18-1.pdf>> Acesso em: 05. Jul. 2015.

MITTMANN, Solange. **Heterogeneidade constitutiva, contradição histórica e sintaxe**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, 2010. Disponível em: <<http://www.upf.br/seer/index.php/rd/article/download/138-/857/>>. Acesso em: 07 jun.14.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso In: \_\_\_\_\_. **Introdução à linguística 2: domínios e fronteiras**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2006. v. 2.

OLIVEIRA, Mariana. **Supremo absolve deputado Marco Feliciano de estelionato**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/05/supremo-absolve-deputado-marco-feliciano-do-crime-de-estelionato.html>> Acesso em: 9 out. 2014.

OLIVEIRA, Roberta Pires de. Semântica. In: MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**, 2 ed., São Paulo: Cortez, 2001. v. 2.

O POVO. **Demócrito dummar é um dos homenageados com medalha da abolição**. Disponível em:

<<http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2014/03/25/noticiasjornalpolitica,3225729/de-mocrito-dummar-e-um-dos-homenageados-com-medalha-da-abolicao.shtml>> Acesso em: 24 mai. 2015.

ORLANDI, Eni. Segmentar ou recortar? **Linguística: questões e controvérsias**. Uberaba, MG: FIUBE, 1984.

\_\_\_\_\_. Vão surgindo os sentidos. In: ORLANDI, Eni. (org.). **Discurso fundador, a formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas: Pontes, 1993.

\_\_\_\_\_. Autoria e interpretação. In: \_\_\_\_\_. **Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. **Discurso e leitura**. 3. ed. São Paulo: Cortes, 1996.

\_\_\_\_\_. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1998.

\_\_\_\_\_. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **A linguagem e seu funcionamento:** as formas do discurso. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

\_\_\_\_\_. **Discurso e textualidade.** Campinas, SP: Pontes, 2006.

\_\_\_\_\_. Violência e processos de individualização dos sujeitos na contemporaneidade. In: \_\_\_\_\_. SARGENTINI, V. & GREGOLIN, M. S. (orgs.) **Análise do discurso:** heranças, métodos e objetos. São Carlos, Claraluz: 2008.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio.** 6 ed. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. Políticas Institucionais: a interpretação da delinquência. In **Bolema.** Rio Claro, SP: v. 23, n. 36, agosto 2010a. p. 625-638.

\_\_\_\_\_. **Discurso em análise:** sujeito, sentido, ideologia. Campinas, SP: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel. Tradução de Eni Orlandi. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Campinas, SP: Pontes, 1990.

\_\_\_\_\_. Michel. Remontons de Foucault à Spinoza. In: MALDIDIER, Denise. **L'Inquietude du Discours.** France: Éditions des Cendres, 1990a. p. 245-260.

\_\_\_\_\_. Tradução de Eni Orlandi et al. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

PLC122. **Texto atual de Paim.** Disponível em:

< <http://www.plc122.com.br/plc122-paim/#ixzz2lQ5O4RLZ>.> Acesso em: 10 jan. 2015.

RAFAMUSIC. **Fernanda Montenegro beija atriz na boca.** Disponível em:

<<http://rafamusictv.blogspot.com.br/2013/03/fernanda-montenegro-beija-atriz-na-boca.html>> Acesso em: 3 nov. 2014.

RANCIÈRE, Jacques. Tradução de Ângela Leite Lopes. **O desentendimento - política e filosofia.** São Paulo: Editora 34, 1996.

REBOUÇAS, Clayton. **Blog do Eliomar.** Disponível em:

< <http://blog.opovo.com.br/blogdoeliomar/categoria/charge/page/10/>> Acesso em: 10 out. 2014.

REDAÇÃO UOL. **Mostra "Fora Feliciano" reúne cartuns e caricaturas no GGB.**

Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/cultura/exposicao/noticias/1500982-mostra-fora-feliciano-reune-cartuns-e-caricaturas-no-ggb>> Acesso em: 8 dez. 2014.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; GALLI, Fernanda Correa Silveira. Efeitos de sentido em cartuns: sujeito e consumo da/na rede eletrônica. **RUA.** Campinas, SP: n. 19, v. 2. p. 108-118. fev. 2013.

ROMUALDO, E.C. **Charge jornalística. intertextualidade e polifonia:** um estudo de charges da Folha de S. Paulo, Maringá: Eduem, 2000.

RUSSO, Renato. Renato Russo de A a Z: **As ideias do líder da Legião Urbana**. Campo Grande: Letra Livre, 2000.

SARNEY, José. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17716.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm)> Acesso em: 10 jan. 2015.

SEQUEIRA, Cláudio Dantas et al. **Marco Feliciano**: o homem que desafia o país. Disponível em: <[http://www.istoe.com.br/reportagens/286746\\_MARCO+FELICIANO+O+HOMEM+QUE+DESAFIA+O+PAIS](http://www.istoe.com.br/reportagens/286746_MARCO+FELICIANO+O+HOMEM+QUE+DESAFIA+O+PAIS)> Acesso em: 07 jun. 14.

SETTI, Ricardo. **Veja entrevistou o controvertido deputado/pastor Marco Feliciano**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/veja-entrevistou-o-controvertido-deputado-pastor-marco-feliciano-leia-e-chegue-as-suas-proprias-conclusoes/>> Acesso em: 30 jun. 2014.

SOUSA, Waldenia Klesia Maciel Vargas. **O discurso político- humorístico do gênero charge**. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/viewFile/343/396>> Acesso em: 13 out. 14.

TEIXEIRA, Mário. **PL 122**. Disponível em: <<http://www.portalfiel.com.br/charges/43-pl-122-politica.html>> Acesso em: 18 out. 2014.

TERRA. **Em novo protesto contra feliciano, marcha de 20 mil tem 4 detidos**. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/em-novo-protesto-contrafeliciano-marcha-de-20-mil-tem-4-detidos,8ad0cdd88a83e310vgnclid2000000ec6eb0arcrd.html>> Acesso em: 23 mai. 2015.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil: **Teoria Geral do Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento**. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

WATERS, Mike. **Charges Gospel**- Evangélicos. Disponível em: <<http://www.portalfiel.com.br/charges>> Acesso em: 05. Jul. 2015.

ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela. **Cidadãos modernos**: discurso e representação política. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

## ANEXO: POLÍTICA & CIA

26/03/2013

às 15:35 \ [Política & Cia](#)

MARCO FELICIANO: “VEJA” entrevistou o controverso deputado-pastor. Leiam e cheguem às suas próprias conclusões sobre ele



**Deputado Marco Feliciano: "Eu não disse que todos os africanos são amaldiçoados. Até porque o continente africano é grande demais" (Foto: Cristiano Mariz)**

*Amigas e amigos do blog, não poucos leitores deste blog, na maioria evangélicos, criticaram [meu post](#) — crítico — à escolha do deputado Marco Feliciano (PSC-SP) para presidir a [Comissão de Direitos Humanos e Minorias](#) da Câmara dos Deputados. Vários me acusaram, injustamente, de preconceito contra os evangélicos — quando em meu post original nem mencionei religião alguma — e de não apresentar no blog um “outro lado” da questão.*

*Em resposta e em respeito a esses leitores, apresento, agora, o “outro lado” propriamente dito: a longa entrevista às Páginas Amarelas de VEJA concedida há dias pelo próprio deputado. Leiam, conheçam suas opiniões e cheguem às suas próprias conclusões.*

Entrevista concedida a [Juliana Linhares](#), publicada em edição impressa de **VEJA**

Marco Feliciano

### **“EU ACREDITO NO DIÁLOGO”**

***O novo presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara diz o que o incomoda nos gays e por que “nem todos os negros são amaldiçoados”***

O deputado federal Marco Feliciano é metrossesual. Calma. A palavra define homens muito preocupados com a aparência, e ele preenche os requisitos básicos: alisa os cabelos, desenha as sobrancelhas, gosta de perfume, usa anel.

Pastor pela Assembleia de Deus, ele foi indicado pelo Partido Social Cristão para presidir a Comissão dos Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e abriu as portas do inferno.

Um órgão que nunca foi exatamente popular caiu na boca do mundo por causa da bagagem que Feliciano carrega, como comentários sobre a “maldição” bíblica contra os “africanos” e suas opiniões a respeito de práticas homossexuais.

Paulista de Orlândia, onde mora com a mulher, pastora, e três filhas, ele fala com grande franqueza sobre os assuntos em questão e certos atos exóticos praticados em Brasília.

**O senhor está sendo acusado de racismo por ter dito que o povo africano era amaldiçoado. Poderia esclarecer a questão?**

No Gênesis, a *Bíblia* conta que Noé, quando saiu da Arca, embebedou-se e ficou nu. O filho mais novo dele, Cam, riu do pai e contou o que havia visto aos dois irmãos. Quando Noé soube da história, em vez de puxar a orelha dele, lançou uma maldição sobre o filho de Cam, Canaã. Disse que Canaã seria escravo.

Naquela época, eu tinha feito um estudo de geografia e vi que os três filhos de Noé é que haviam povoado os continentes da Terra. E de Canaã vieram aqueles que povoaram parte da Etiópia.

**O senhor está ciente de que passagens como essa foram usadas para justificar a escravidão em diferentes períodos da história e que igrejas cristãs, católicas e protestantes, já fizeram um mea-culpa disso?**

Sim. As igrejas pecaram.

Fizeram vista grossa e usaram teses assim para justificar e proteger a escravidão. Mas eu acredito, e disse isso naquela mesma ocasião, que toda maldição é quebrada em Cristo, pelo derramamento de seu sangue na cruz.

Eu não disse que os africanos são todos amaldiçoados. Até porque o continente africano é grande demais. Não tem só negros. A África do Sul tem brancos.

Minha mãe é negra. Se eu fosse estudar, teria direito a cotas. Olha o meu cabelo como é. É todo crespo. E olha que eu dei uma esticadinha. Faço escova progressiva todo mês. Eu gosto dele liso. Minha mãe também faz no dela.

**O que o incomoda nos homossexuais?**

Eu sou cristão. A *Bíblia* é o meu livro de cabeceira. Comecei a pregar com 13 anos. Rodei setenta países ensinando a *Bíblia*. Devo ter 8 milhões de DVDs de mensagens.

A minha formação cristã me ensina que o ato homossexual é errado, que é pecado. Eu não aceito o ato, mas aceito o homossexual.

**De que forma?**

O homossexual é uma pessoa. Como pessoa eu o respeito, eu tenho carinho por ele. Não pratico violência contra ele. Todavia, o ato eu não sou obrigado a aceitar. Isso não faz de mim alguém que o odeia. Os militantes gays tentam me destruir pelo simples fato de eu pensar diferente deles. Num estado democrático de direito, todo mundo tem direito à liberdade de expressão.

**Não existe lei que faça alguém gostar de pessoas com práticas sexuais diferentes, mas a discriminação com base nisso é ilegal. O senhor acata isso?**

Só o fato de eu declarar que sou contrário não significa que estou discriminando. Eu simplesmente não apoio o ato homossexual. A raça humana para crescer precisa de um homem e uma mulher. O que está havendo é uma discriminação por parte do outro lado. Os meus direitos estão sendo tolhidos: não me deixam trabalhar, não me

deixam cultivar. Uma parte da sociedade que tem poder de grito não pode impor sua condição a uma sociedade inteira.

**A seu juízo, qual deve ser a punição para alguém que não contrata um homossexual em virtude dessa condição?**

É discriminação. Todavia, em se tratando de certas profissões, o sentimento do coração de um pai precisa ser ouvido. Eu sou pai, tenho filhas e preciso de uma babá. Uma se candidata e declara que tem orientação sexual diferente...

**O senhor contrata essa babá?**

Depende do posicionamento dela. Vou dar um exemplo prático. Quem fez a decoração da minha casa e organiza o aniversário das minhas filhas é um homossexual. Ele almoça comigo e com a minha esposa. Por quê? Porque é homossexual mas não faz o ato. Porque é ordeiro, porque não quer doutrinar as minhas filhas. Os gays não são problema. O meu patrão, que é Deus, não impede as pessoas de viver. O problema são os ativistas. Eles ganham para isso. Eles passam o dia todo perseguindo pessoas.

**O senhor já pensou na possibilidade de alguma das suas filhas se tornar homossexual?**

Claro que sim. Mas a criança é doutrinada desde cedo. As minhas filhas veem um pai e uma mãe que se amam. Elas frequentam um ambiente sadio. Orientação pode ser aprendida. Eu ensino as minhas filhas e espero o melhor delas. Duvido que algum pai, quando seu filho nasce, espere que ele seja homossexual. Eu ficaria triste, mas amaria minha filha da melhor forma.

**Durante um congresso evangélico, o senhor disse que a aids é um câncer gay.**

Eu não me lembro de ter dito isso. Disse que a aids era uma espécie de câncer e que, no princípio, ela matou inúmeros gays. Mas, veja, eu estava sob muita pressão. Eu sofro ameaças de morte. Os ativistas pressionam muito, até você perder o controle. Se eu disse isso, foi uma colocação um pouco infeliz.

**O que o senhor diria sobre crianças que nascem com aids?**

Criancinhas não têm culpa de nada. A culpa é dos pais delas.

**O senhor se incomoda em ver dois homens se beijando?**

É algo que me provoca repulsa. Você vai a um restaurante para jantar. Existe motel para fazer outras coisas, há lugares escondidos. O Clodovil dizia isso. Quando ele queria ter intimidade com seu parceiro, ficava entre quatro paredes. O nosso povo não está preparado para isso.

**O que o senhor acha da teoria segundo a qual impulsos homossexuais podem desencadear comportamentos agressivos em relação a gays?**

Isso foi um subterfúgio de Freud para explicar porque que ele também tinha seu lado promíscuo. Ele se baseou só nele e queria que todo mundo fosse como ele. Eu reprimo porque sou um professor da *Bíblia*. Eu sou um sacerdote. Eu sou alguém que instrui. Eu sou o quê, um homossexual enrustido? Isso é um absurdo. Eu conheço pessoas que vieram do homossexualismo, alguns chegaram a ser transformistas e hoje são casados, têm filhos. E foi porque eles ouviram a palavra e voltaram.

**A sua igreja converte homossexuais em heterossexuais?**

Existe o caminho do retrocesso. Ou melhor, da conversão. Retrocesso é horrível. Quero dizer, o caminho da conversão, de voltar atrás.

### **No meio de tantos protestos, o senhor teve apoio de outros partidos?**

Do senador Magno Malta e do deputado Eduardo Cunha, do PMDB, que me deu todo o apoio. A (deputada) Benedita da Silva é minha amiga [*a ex-senadora e ex-governadora do Rio de Janeiro, negra, é evangélica e pertence ao PT*]. Ela me disse: “Marco, mostra que você é aquilo que eu conheço”. A Benedita sabe que eu sou moderado. Eu acredito no diálogo. É por isso que estou nessa Casa.

Agora, você acha que os 513 deputados concordam em tudo? Você acha que todo mundo votou tranquilo na PEC das trabalhadoras domésticas? Dentro dos banheiros, eu via deputado esmurrando a parede. Mas, na hora de votar, foi a favor, porque era um projeto de apelo popular. Eu votei a favor das empregadas domésticas porque minha mãe foi uma a vida toda.

Existe muito teatro aqui dentro. Veja o que aconteceu com o Domingos Dutra (o ex-presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara e deputado federal pelo PT-MA), por exemplo.

### **O que aconteceu?**

Eu conversei com ele um dia antes da votação que me elegeram. Tudo na paz. Ele disse: “Fica tranquilo”. Era um acordo partidário. E acordo partidário não se quebra nessa Casa. Estava tudo certo. No dia seguinte, ele chegou à Câmara e deu um espetáculo. Renunciou à presidência da Comissão, ameaçou chorar, disse que o que ele estava vendo lá era totalitarismo, uma ditadura. Foi uma encenação piegas. Um teatro grotesco.

### **O senhor se sente traído?**

Sim. Mas eles que me esperem em 2014. Eu fiz a campanha pela presidente Dilma em São Paulo, sozinho, pelo meu partido. O partido estava com José Serra. Eu descobri como eles traem com facilidade. Hoje eu sofro caladinho, mas represento uma comunidade muito grande. Quando eles estavam desesperados, vieram correndo, implorando até mim. Em 2014, a conversa vai ser muito diferente.

### **Organismos de defesa dos direitos humanos, em geral, existem para proteger as camadas mais desprotegidas. Quais são elas, na sua opinião?**

Os gays não se encaixam em minorias. Eles têm os melhores empregos, estão em toda a parte cultural do país, têm financiamento de fundações estrangeiras. Eles têm vez. Eles têm voz. Tudo o que eles fazem a mídia divulga. Eu citaria como camadas desprotegidas os matutos que moram nos sertões e são escravizados por senhores feudais, as meninas que são violentadas no Norte e Nordeste, os moradores de rua, que não têm prato de comida. Nós damos comida aos presos! Por que os órgãos governamentais não se movem para resolver esses problemas?

### **O que o senhor, como deputado, propôs para a situação de matutos, meninas violentadas e moradores de rua?**

A minha área era outra. Eu nunca havia parado para pensar nessas questões. Eu me debrucei sobre a pasta agora e comecei a enxergar esses problemas. Cada deputado aqui é eleito por um grupo. E os parlamentares visam aos projetos para os seus grupos. Aqui não dá para ser clínico-geral...